



## Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores Diário da Sessão

**VIII Legislatura**  
**I Sessão Legislativa**

**Número: 3**  
**Horta, Quinta-Feira, 9 de Dezembro de 2004**

**Presidente:** *Deputado Fernando Menezes*  
**Secretários:** *Deputados António Loura e Cláudio Lopes*

### Sumário

*Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 10 minutos.*

Após a intervenção do Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*), iniciou-se o debate do Programa do IX Governo Regional.

Usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Gusmão (*PP*), José Manuel Bolieiro (*PSD*), Francisco Coelho (*PS*), Pedro Gomes (*PSD*), José San-Bento (*PS*), Herberto Rosa (*PS*), Sérgio Ávila (*PS*), António Marinho (*PSD*), Carla Bretão (*PSD*), José Rego (*PS*), Lizuarte Machado (*PS*), José Melo (*PP*), Cláudia Cardoso (*PS*), Costa Pereira (*PSD*), Jorge Macedo (*PSD*), Alberto Pereira (*PSD*), Nuno Tomé (*PS*), Piedade Lalande (*PS*), Rui Meneses (*PSD*), Paulo Messias (*PS*), António Gonçalves (*PSD*), o Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*) e os Srs. Secretários Regionais da Presidência (*Vasco Cordeiro*), Adjunto do Vice-Presidente (*Carlos Corvelo*), da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*), da Habitação e Equipamentos (*José Contente*) e da Economia (*Duarte Ponte*).

*Os trabalhos terminaram às 20 horas.*

**Presidente:** Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, bem-vindos a este primeiro plenário da Assembleia Regional.

Como é regimental e legal, vamos iniciar os nossos trabalhos com a apresentação do Programa do Governo Regional, subsequente às eleições.

Tem a palavra o Sr. Secretário da Mesa para proceder à chamada.

*Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:*

#### ***Partido Socialista (PS)***

**Ana Isabel Damião de Serpa Arruda Moniz**

**António Gonçalves Toste Parreira**

**António José Tavares de Loura**

**Catarina Paula Moniz Furtado**

**Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa**

**Fernando Manuel Machado Menezes**

**Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral**

**Guilherme de Fraga Vicente Nunes**  
**Henrique Correia Ventura**  
**Hernâni Hélio Jorge**  
**José Carlos Gomes San-Bento de Sousa**  
**José de Sousa Rego**  
**José Gabriel Freitas Eduardo**  
**José Gaspar Rosa de Lima**  
**José Manuel Gregório de Ávila**  
**Lizuarte Manuel Machado**  
**Lubélia Maria de Melo Figueiredo Chaves**  
**Luís Paulo de Serpa Alves**  
**Manuel Avelar Cunha Santos**  
**Manuel Herberto Santos da Rosa**  
**Manuel Soares da Silveira**  
**Maria Fernanda da Silva Mendes**  
**Maria Piedade Lima Lalanda Gonçalves Mano**  
**Mariana Rego Costa de Matos**  
**Nélia Maria Pacheco Amaral**  
**Nuno Alexandre da Costa Cabral Amaral**  
**Nuno André da Costa Soares Tomé**  
**Osório Meneses da Silva**  
**Paulo Manuel Ávila Messias**  
**Renato Luís Pereira Leal**  
**Rogério Paulo Lopes Soares Veiros**

***Partido Social Democrata (PSD)***

**Aires António Fagundes dos Reis**  
**Alberto Abílio Lopes Pereira**  
**António Augusto Batista Soares Marinho**  
**António Lima Cardoso Ventura**  
**António Maria da Silva Gonçalves**  
**Carla Patrícia Carvalho Bretão Martins**  
**Cláudio José Gomes Lopes**  
**Clélio Ribeiro Parreira Toste Meneses**  
**Jaime António da Silveira Jorge**  
**Jorge Alberto da Costa Pereira**  
**Jorge Manuel de Almada Macedo**  
**José Manuel Avelar Nunes**  
**José Manuel Cabral Dias Bolieiro**  
**Luís Henrique da Silva**  
**Maria José Botelho de Viveiros da Silva Lemos Duarte**  
**Mark Silveira Marques**  
**Pedro António de Bettencourt Gomes**  
**Rui Fernando Dinis Borges de Meneses**  
**Sérgio Emanuel Bettencourt Ferreira**

***Partido Popular (PP)***

**José Joaquim Vaz de Melo**  
**Paulo Domingos Alves de Gusmão**

**Presidente:** Estão presentes 52 Srs. Deputados.

Pode entrar o público.

Começo por informar a câmara que, de acordo com a conferência de líderes, foram determinados os seguintes tempos:

Para o Governo 4 horas;

Para o Partido Socialista 4 horas;

Para o Partido Social Democrata 2 horas e 30 minutos;

Para o Partido Popular 16 minutos.

Para as declarações de encerramento o Governo e o Partido Socialista dispõem de 30 minutos cada, o Partido Social Democrata 18 minutos e Partido Popular 8 minutos.

Também ficou acordado na conferência que os nossos trabalhos vão iniciar-se com o Programa do Governo e não haverá intervenções para tratamento de assuntos políticos.

Depois de terminarmos a votação do Programa do Governo, vamos votar três pedidos de urgência que deram entrada na Mesa e que dizem respeito à Comissão de Revisão do Estatuto, à Comissão de Revisão do Sistema Eleitoral e à Comissão de Acompanhamento do Acordo da Base das Lajes.

Estes três pedidos de urgência e respectivas resoluções serão aprovados no final dos nossos trabalhos.

Creio que estamos em condições de iniciar o debate sobre o Programa do Governo por isso chamava o Sr. Presidente do Governo Regional para fazer a abertura.

**Presidente do Governo Regional dos Açores** (*Carlos César*): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados:

Na decorrência dos resultados das eleições legislativas regionais do passado dia 17 de Outubro e do acto de posse, perante esta Assembleia, do IX Governo Regional, compete-me proceder à abertura destes debates através de uma primeira apresentação dos objectivos gerais do Programa que pretendemos fazer aprovar.

Compreendo que, por razões formais, ou por razões substanciais que venham a ser evidenciadas, os partidos da oposição não o votem favoravelmente. Tal não impedirá, decerto, que o eventual mérito das suas críticas e observações não seja aproveitado pelo próprio Governo, não obstante o Programa, agora proposto, decorrer dos compromissos eleitorais assumidos pelo Partido Socialista e sufragados pela maioria dos Açorianos. Sabemos o que temos feito e o que queremos fazer, temos um rumo traçado, mas não avocamos certezas que não sejam validadas, no contraditório, face às opiniões de outras correntes políticas ou, noutro plano ainda, face à experiência e à participação activa e desejada dos parceiros sociais, das autarquias locais e dos Açorianos em geral.

Desenvolveremos, pois, uma prática continuada de diálogo e de fomento da participação, sem abdicar, porém, de tomar as decisões que nos cabe assumir no tempo certo. Seremos, como sempre, inteiramente responsáveis e responsabilizados por tudo aquilo que depender de nós, numa Legislatura, aliás, onde o Governo a que presido volta a ter um apoio político maioritário, mais uma vez reforçado. Ao Governo, como já tive a oportunidade de dizer, interessará, sempre mais, agir bem do que agir por conta própria.

O espaço vivencial e de elaboração da nossa Autonomia é, dessa forma, melhor assimilado e enriquecido, mas a Autonomia, em cuja defesa nos empenharemos sem vacilar, é, igualmente, um modo de nos organizarmos na relação potenciadora e inevitável com o exterior, designadamente com as referências nacional e europeia, com regiões similares e com outras, do outro lado do Atlântico, onde as correntes emigratórias açorianas deixaram, ou assinalam, muitas possibilidades ainda não totalmente aproveitadas.

No aprofundamento dessa projecção externa da Região avulta a problemática ligada à obtenção de benefícios mais efectivos resultantes da base militar americana, na ilha Terceira, ao abrigo do Acordo de Cooperação e Defesa entre os Estados Unidos da América e Portugal. Pesem, embora, os indícios de uma maior atenção da parte americana face aos projectos apresentados pelos Açores, subsiste a necessidade de clarificação do Estado português quanto ao seu real empenho na mobilização e canalização para a Região Autónoma dos melhores efeitos daquele Acordo. Independentemente do resultado das próximas eleições legislativas nacionais e do trabalho útil que será desenvolvido pela Comissão Eventual criada por este Parlamento, o IX Governo Regional colocará este assunto no âmbito das suas prioridades de diálogo com o Governo da República.

Ao mesmo tempo, acentuaremos as nossas relações com os meios políticos norte-americanos a que temos acesso, incorporando, também, por essa via, a consideração e o apoio que devemos continuar a dispensar à nossa comunidade emigrada, quer nos Estados Unidos quer em outros países. Para além da consolidação do intercâmbio cultural, formativo e informativo, do apoio à vida associativa

das comunidades e da atenção prioritária aos jovens filhos de emigrantes e ao ensino da língua portuguesa, temos como objectivo obter um relacionamento, no plano económico, mais produtivo para ambos os lados.

Não esqueceremos, a propósito, que somos hoje uma Região que recepciona emigrantes de outros países e, exactamente, porque os queremos acolher da mesma forma respeitada e integradora que os Açorianos radicados em outros lugares desejaram ou ambicionam, reforçaremos os meios para ter sucesso nesse objectivo. Com esse espírito, a nova orgânica do IX Governo atribui à Direcção Regional das Comunidades a tutela simultânea dos assuntos da emigração e da imigração.

A esses novos concidadãos reservamos a nossa defesa pelo seu estatuto de dignidade social e pelas suas identidades culturais próprias, em interacção com a Região de oportunidades e de vivências culturais intensas que já somos.

De facto, a importância da cultura ganha, neste dealbar do século XXI, uma nova dimensão, sendo meu entendimento que, no plano da consolidação da Autonomia constitucional, há que entender a modernidade a partir das tradições e dos traços distintivos da nossa Região. Daí que se impõe a questão de operacionalizar as políticas culturais, integrando-as nas estratégias de desenvolvimento dos Açores e seguindo duas grandes linhas de intervenção, nas áreas do Património e da Acção Cultural.

Sendo um direito dos cidadãos, as políticas culturais visam a instrução, a informação, o exercício da cidadania, a participação democrática, através do acesso aos bens culturais, às competências de recepção e de criatividade, ao reconhecimento de uma identidade capaz de fomentar símbolos renovados, com expressão própria e comunicação descentralizada.

Por isso, ao reconhecer que os impulsos culturais são enquadrados por afeições a heranças e por legítimas ambições de inovação, as linhas orientadoras da nossa política, na área da cultura, visam essa dinâmica de equilíbrio, de modo a que uma cultura de autonomia não iniba, nem prejudique, a nossa visão universalista. Para tanto, há que promover o conhecimento de nós mesmos para que possamos, com discernimento, conhecer e reconhecer as diversidades dos outros. Queremos que os Açorianos se reapropriem dos seus bens herdados e sejam capazes de concitar apoios à sua criatividade e de gerar novos símbolos que surpreendam e de que orgulhem os nossos vindouros. Queremos, por isso, estar presentes quando precisarem de nós.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Programa do IX Governo Regional identifica, com suficiente clareza, o modelo de desenvolvimento que queremos seguir nos Açores. Destaco, então, os seus vectores essenciais:

- queremos promover o reforço da rentabilidade e sustentabilidade do sector primário, o que deverá acontecer através de uma acção eficaz no sentido da redução dos custos de produção, da potenciação do desenvolvimento da economia de escala e do valor acrescentado gerado pelas respectivas actividades;
- queremos afirmar a importância do sector terciário na estrutura produtiva regional, acentuando o efeito multiplicador da actividade turística na economia açoriana, incluindo o correspondente reforço do consumo interno suscitado pela ampliação do mercado;
- queremos encetar uma aposta na atracção de investimento externo diversificador da actual base produtiva, baseada no aproveitamento das vantagens comparativas decorrentes da localização estratégica dos Açores, das infra-estruturas portuárias e aeroportuárias existentes, bem como da nossa estabilidade política e social; e, a aposta na captação de projectos inovadores, cujo factor crítico de sucesso assente na incorporação de novas tecnologias e na qualificação dos recursos humanos;
- queremos contribuir para o aumento do nível de educação e de formação profissional, tendo como referências os indicadores e os objectivos contidos na Estratégia de Lisboa para a União Europeia e, finalmente,
- queremos ter em atenção a permanente adequação dos instrumentos de protecção e inserção sociais face a fenómenos persistentes, ou emergentes, de exclusão.

O desenvolvimento económico dos Açores encontrará nas políticas ambientais um factor de sustentação e valorização, prosseguindo acções no domínio da conservação da natureza, da qualidade ambiental, do planeamento estratégico para os recursos hídricos, e, fazendo imperar, sucessiva e rapidamente, os instrumentos de ordenamento do território. O desenvolvimento social,

também sustentado por uma oferta dinâmica do emprego, visará o fortalecimento da autonomia dos projectos de vida e das responsabilidades individuais e a eliminação de situações crónicas de dependência que sejam injustificadas.

Nesse último contexto, o governo quer prosseguir as linhas essenciais da sua política de solidariedade social, recuperar dos “deficits” que caracterizam ainda o parque habitacional na Região, os níveis de sucesso e inclusão educativos, a prevenção e os cuidados de saúde em determinadas áreas. Sabemos, no caso do Serviço Regional de Saúde, que é absolutamente necessário minimizar o seu problema estrutural de financiamento e teremos isso em atenção no desenvolvimento das reformas que têm sido introduzidas e que vamos continuar a executar no cumprimento do Programa do Governo.

O Governo quer, através do fomento da empregabilidade, atingir, antes do termo fixado, a taxa de emprego de 70% que a Estratégia Europeia para o Emprego fixou como objectivo a concretizar em 2010. O Governo quer, por considerar de vital importância para o nosso desenvolvimento, alcançar a dimensão de investimento na investigação científica e na inovação tecnológica definida pela União Europeia, também para 2010. Neste mesmo âmbito, queremos utilizar todos os recursos comunitários disponíveis e fomentar parcerias com entidades públicas e privadas, tendo em conta, especificamente, o investimento na divulgação da cultura científica e do ensino experimental das ciências e o aumento da penetração na sociedade açoriana das tecnologias da informação e da comunicação.

A população juvenil será, prioritariamente, alvo da maior parte destas políticas, e as ilhas, com maiores dificuldades de conexão com os melhores ritmos de crescimento ou de acesso a bens e serviços, serão objecto de medidas com impactos cuidadosamente estudados e experimentados, de discriminação positiva, inserindo-se, também com essa finalidade, a criação do Fundo Regional de Coesão e de Apoio ao Desenvolvimento Económico.

Para além das acções de política económica dirigidas directamente à coesão territorial, o Governo continuará a agir para reforçar a autonomia energética da Região, para reduzir os custos das acessibilidades e, através de uma política de promoção e apoio ao investimento privado marcada por uma clareza de médio prazo, por critérios de estabilidade e previsibilidade, a assegurar a confiança dos empresários no modelo de desenvolvimento.

Para a consolidação de um clima de confiança, mobilizador do papel crescente da iniciativa privada nos Açores, elegemos as políticas de estabilidade orçamental garantindo o equilíbrio das contas públicas como um factor estruturante. Se for preciso andar menos depressa assim o faremos, porque o que importa é que não nos aconteça o que aconteceu no País, com a deterioração das capacidades financeiras públicas e a desmotivação completa dos investidores. Essa cumplicidade indispensável, entre a autoregulação financeira do Governo e a sua capacitação para o apoio aos promotores empresariais, deverá ser um dos esteios do nosso crescimento económico, o qual, ajudado pelas políticas de desenvolvimento social, assegurará a continuidade do caminho de convergência, que estamos a fazer, com as médias da União Europeia e do País desde 1998 e 1999 respectivamente.

Não é de crer, dado o clima de restrição ao nível da administração central, que seja possível a curto prazo uma revisão positiva da Lei de Finanças das Regiões Autónomas. Abordaremos, por isso, com cuidado essa problemática, sem, porém, a excluir da nossa agenda. Outra coisa é garantir a regularização de dívidas do Governo da República à Região, nomeadamente no que toca aos acertos das transferências ao abrigo daquela Lei e às receitas fiscais, as quais, só nesses casos, rondam actualmente os 130 milhões de euros em atraso.

Nestes aspectos, o grande esforço selectivo do Governo Regional será o de promover a contenção e racionalização das despesas de funcionamento, não esquecendo, porém, que parte importante delas são investimentos indirectos na dinamização das pequenas economias locais. O objectivo mais criterioso da organização orçamental será o do pagamento do funcionamento da Administração Regional – incluindo o dos sectores da Educação e da Saúde – com as receitas fiscais e patrimoniais da Região, libertando as receitas de transferências externas para o financiamento do investimento. E o investimento, designadamente o público, sem prejuízo do plano de obras públicas e infra-estruturas constante dos compromissos eleitorais do IX Governo, terá que ser predominantemente orientado na perspectiva do seu efeito multiplicador na economia, reforçando a convergência real dos Açores com os índices nacionais e comunitários de produção e de rendimento. Será, sobretudo,

nesse sentido, que o Governo incrementará as políticas de cooperação técnica e financeira com a Administração Local, acautelando, é certo, a igualdade de acesso a esses apoios, mas reformulando-os de acordo com aquela orientação.

Queremos que esta Legislatura incorpore, também, avanços concretos no processo de desburocratização da administração pública, libertando incomodidades e demoras excessivas ainda existentes e ganhando fluidez e tempo precioso para todos – cidadãos e empresas. A formação e requalificação de recursos humanos na Função Pública, a simplificação procedimental no que a instrução de processos depender exclusivamente da Administração Regional, a incorporação tecnológica e a facilitação de acessos – como acontecerá com o incremento da Rede Integrada de Apoio ao Cidadão – são medidas, entre outras, visando aquela agilização.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A Legislatura, que agora se inicia, será fortemente marcada pelo desenvolvimento negocial do novo período de programação da União Europeia para 2007/2013, pelo que a importância da sua preparação – quer através do Governo da República quer junto das instituições e serviços da União – é inquestionável em função da sua repercussão na qualidade do desenvolvimento regional a médio prazo.

O Governo já seleccionou os objectivos a alcançar no âmbito deste processo: garantir o montante global de apoio financeiro conseguido no III QCA, o que a preços de 2007 ultrapassará os mil e duzentos milhões de euros; elaborar o Quadro Estratégico Regional em concatenação com o Quadro de Referência Estratégica Nacional, assegurando na concessão dos Programas Operacionais a competitividade e qualificação do nosso modelo de desenvolvimento; desenvolver as acções tendentes ao aproveitamento integral das oportunidades da nova regulamentação comunitária específica para as RUP, destacando a comparticipação de custos de funcionamento na área dos transportes; e, conceber e preparar as candidaturas à rubrica “Grandes Projectos”, associadas à aquisição de meios de transporte aéreo e marítimo.

Até ao início da nova programação daremos toda a atenção à execução do PRODESA – agora reforçado em 50,8 milhões de Euros, graças, fundamentalmente, ao Prémio de Eficiência – procurando evitar a sua sobreposição com o próximo quadro de apoio; procuraremos, ainda, a aprovação de outros investimentos no âmbito do Fundo de Coesão, o acompanhamento da execução dos 115 projectos já aprovados no INTERREG III B e o cumprimento do seu fecho no primeiro semestre de 2008, tal como o faremos em relação ao LEADER, ao Programa de Desenvolvimento Rural e ao Programa Regional de Acções Inovadoras. De uma forma geral, o Governo está satisfeito pela maneira como os promotores públicos e privados têm aproveitado as disponibilidades dos cofinanciamentos europeus, sendo de realçar a mesma apreciação positiva de todas as entidades avaliadoras externas e, recentemente, do próprio Comissário Europeu para a Política Regional. Em todo este processo, agora e no futuro, releva o trabalho de parceria com as autoridades nacionais e comunitárias.

Reafirmamos, por outro lado, o empenho do Governo Regional na vitalização dos sectores económicos tradicionais, como as pescas e a agricultura, que deverão ter, perante a nossa realidade concreta, instrumentos de regulação e solidariedade europeias adequados à sua sustentação e competitividade. Queremos, nessas áreas, encontrar no Governo da República um aliado activo na defesa dos interesses açorianos elaborados a partir do diálogo com o governo da Região e os parceiros desses sectores aqui sedeados, em múltiplos aspectos, mas particularmente no caso mais emergente de revisão do POSEIMA.

Por razões absolutamente naturais, mas também pelas envolvências mais recentes da política de pescas da União Europeia, o Governo deverá colocar um maior ênfase na fundamentação do objectivo estratégico de defesa da exploração sustentada dos recursos da zona económica marítima açoriana. Para tal, todas as diligências a empreender devem ser credibilizadas através de um suporte científico persuasivo, privilegiando para o efeito a Universidade dos Açores e a excelência do seu Departamento de Oceanografia e Pescas e as suas acções de intercâmbio com outros meios científicos europeus, ou de outros países como o Canadá.

O rumo da nossa política regional de pescas estará, pois, associado a essa posição estruturante – aliás, de largo consenso na Região – sem que, todavia, deixem de ser prioridades o reforço da competitividade e o fortalecimento do tecido económico e social do sector, bem como a permanente

requalificação da frota, das infra-estruturas e dos equipamentos portuários e a reestruturação do sector industrial ajuzante.

Na agricultura, porém, torna-se imperiosa a interactividade da produção, da transformação e da comercialização, para garantir eficiências, ainda desperdiçadas, nas fileiras do leite e da carne. Entre as medidas que, com o devido detalhe, são enumeradas no Programa do Governo, realço a importância que devemos atribuir à diversificação produtiva, bem como à compatibilização agro-ambiental em geral, mas em especial em áreas naturais protegidas e, em especial, na conformidade com os planos das bacias hidrográficas. A reestruturação orgânica do departamento governamental de tutela, a ser aprovada proximamente, deverá contribuir eficazmente para uma melhoria do acompanhamento dos produtores agrícolas e da gestão económica dos recursos florestais, proporcionando, ao mesmo tempo, a aceleração de investimentos infraestruturais facilitadores das actividades em causa, tais como caminhos e abastecimentos de água e de electricidade às explorações.

O Governo não prescinde de valorizar as funções económicas e sociais da agricultura e das pescas no modelo de desenvolvimento dos Açores. Perante as dificuldades, com origem predominante no enquadramento externo, devemos permanecer unidos. Perante as questões de política interna devemos estar sensíveis, atentos e disponíveis, inclusive para reconsiderar decisões tomadas. Os agricultores e os pescadores açorianos podem contar com o nosso apoio.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados:

Ficam, desta forma, salientadas as principais linhas de caracterização da actividade governativa nos próximos quatro anos. A apresentação das orientações do planeamento e das acções anuais, que ocorrerá no primeiro trimestre de 2005, incorporará o programa agora apresentado nos seus aspectos mais circunstanciados.

Desejo muito – e tudo farei para isso – que esta Legislatura seja, uma vez mais, um período de bom governo. Sei que, de forma constante, surgem novos desafios que requerem a nossa competência, a nossa criatividade e renovadas energias. Estamos aqui para isso e por causa disso. Sabemos que o governo dos Açores é herdeiro de uma luta de sucessivas gerações, em diferentes formações históricas, pela nossa Autonomia Política. Sei que cuidar dessa herança é cuidar dos Açorianos. Foi pensando assim que li, em voz alta, o juramento que me permite, com muita honra e sentido de responsabilidade perante as Açorianas e os Açorianos, presidir pela terceira vez consecutiva ao Governo Regional dos Açores.

Humildes perante os sucessos e fortes na ultrapassagem das adversidades, aqui estão os membros do Governo para continuar a mudar os Açores para melhor.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

*(Pausa)*

Estão inscritos os Srs. Deputados Paulo Gusmão, José Manuel Bolieiro e Francisco Coelho.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

(\*) **Deputado Paulo Gusmão (PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Permita-me Sr. Presidente que nesta primeira intervenção saúde V. Exa. pela sua reeleição, desejando um bom mandato à frente dos destinos desta casa; saúde todos os Srs. Deputados, de uma forma especial aqueles que pela primeira vez exercem o seu mandato representando dignamente o povo dos Açores e que saúde também, o Governo Regional, em particular o seu Presidente, desejando que os próximos 4 anos sejam tempos de desenvolvimento para os Açores e que o trabalho que seja feito, seja em prol desse mesmo desenvolvimento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Ouvi, como todos vós, a intervenção do Sr. Presidente. De facto, tal como o programa, tem intenções e tem um objectivo que é bastante ambicioso e obviamente benéfico para a nossa terra.

Mas depois, nas medidas concretas, não o consubstancia. Não digo que o contrarie, mas não o consubstancia.

Certamente que os Srs. Deputados da maioria terão mais elementos do que aqueles que dispomos neste programa para poder ter a certeza de que o grande objectivo do desenvolvimento sustentável vai ser concretizado.

É nessa medida que gostaria de questionar o Sr. Presidente do Governo sobre três ou quatro ideias que não estão consubstanciadas.

Em primeiro lugar, termos a noção do que é realisticamente o desenvolvimento sustentável, que é usado por diversas vezes e é quase a linha condutora deste Programa do Governo.

O desenvolvimento sustentável, mais do que até um desenvolvimento contínuo e seguro, no seu próprio conceito, significa um desenvolvimento cujas medidas são já a pensar nas gerações futuras.

É tido pelos especialistas como um desenvolvimento a pensar nas próximas 4 ou 5 décadas.

Partindo dessa premissa, digo desde já que, por exemplo, a estratégia europeia do desenvolvimento sustentável ainda está em estudo; que o plano nacional do desenvolvimento sustentável também está em estudo; que na Região os elementos base desse mesmo desenvolvimento, nomeadamente o Plano Regional de Ordenamento Turístico e o Plano Regional de Desenvolvimento do Território agora é que vão ser elaborados, a Agenda 21 que envolve as autarquias, a ela ainda só aderiram 30 autarquias... **Presidente:** Sr. Deputado, o seu tempo para pedidos de esclarecimento está a chegar ao fim.

**O Orador:** ... e dos Açores não há nenhuma.

O Programa diz em concreto que quer prosseguir com uma política global de desenvolvimento sustentável que faça dos Açores uma região exemplar no contexto nacional e europeu.

De facto, só a Suécia é que já está na 2ª fase deste mesmo desenvolvimento sustentável.

Nas medidas concretas, e porque o tempo esgotou-se, em ponho dois ou três exemplos que gostaria que V. Exa. me esclarecesse.

O porto de Ponta Delgada é um bom exemplo de que não é desenvolvimento sustentável. São obras que serão feitas. Querer pôr mais coisas dentro do mesmo porto é bem o exemplo de que não se está a pensar nas próximas gerações.

No caso da educação, teimar em não pôr o ensino profissional ao nível do ensino normal é também não pensar nas próximas gerações.

Dou um outro exemplo a nível das infra-estruturas perguntando se o Governo está disponível para repensar essa mesma questão.

Dou também como exemplo as estradas na Ilha de São Miguel em que muitas delas serão feitas em duas faixas, quando sabemos que nos próximos 10 anos já não terão viabilidade para isso mesmo.

Para já eram estas as questões.

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, um cumprimento ao Sr. Presidente e aos Srs. Membros do Governo com votos de bom trabalho, para, em benefício dos Açores e dos Açorianos, realizarem um mandato de sucesso.

É na dialéctica política e na pluralidade democrática que podemos cumprir a função de fiscalização e apresentar alternativas de governo.

Um Programa de Governo é naturalmente o cumprimento do Programa Eleitoral sufragado no dia das eleições, mas as responsabilidades do Governo são muito mais do que isso, desde logo, o esclarecimento de toda a discussão política no processo eleitoral.

Para além da intervenção do Sr. Presidente do Governo, num relato mais ou menos sintético do Programa do Governo, importa suscitar esclarecimentos sobre as grandes questões que durante o debate eleitoral foram realizadas e que hoje correspondem a uma expectativa dos açorianos.

Quero, também, deixar nota de que é a partir da aprovação do Programa do Governo que este governo, tomando a sua investidura parlamentar, passa a estar em pleno exercício de funções governativas.

Por isso, no tempo que disponho, gostava, de uma forma muito sintética, colocar algumas questões ao Sr. Presidente do Governo, que não foram referenciadas na sua intervenção, nem estão explícitas no Programa do Governo. Importa que os açorianos vejam esclarecida a intenção do Sr. Presidente do Governo e do Governo quanto às questões que vou colocar a V. Exa.

Como sabe, fez parte do debate, quer da anterior legislatura, quer sobretudo neste debate eleitoral, a questão da progressiva melhoria dos vencimentos dos trabalhadores das Instituições Particulares de Solidariedade Social, de modo a conseguir nesta legislatura a sua equiparação salarial com os funcionários públicos com funções idênticas.

Para esta legislatura, gostaria de saber, em concreto, qual a posição do Governo Regional sobre esta matéria. Que expectativa dá a estes trabalhadores e aos respectivos utentes das IPSS?

Finalmente, e ainda em matéria social, também faz parte do património legislativo desta câmara a criação do complemento regional de pensões como forma de aproximar as pensões e reformas mais baixas ao valor do salário mínimo nacional.

Que posição tem o Governo Regional sobre esta matéria?

**Presidente:** Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

**O Orador:** Em matéria de saúde, Sr. Presidente do Governo, e uma vez que fez referência às reformas na área da saúde, dizendo que pretende diminuir os problemas do financiamento do Serviço Regional de Saúde, gostava de saber se mantém a sua posição pessoal e se adoptará, como política do governo, o pagamento dos cuidados de saúde por quem pode pagar. O Sr. Presidente fez referência a esta solução em plena campanha eleitoral e numa das suas visitas ao Serviço Regional de Saúde.

Portanto, gostava de saber se o Sr. Presidente do Governo fará, no âmbito do financiamento do Serviço Regional de Saúde, alguma reforma no sentido de introduzir taxas moderadoras, quer para disciplinar o acesso, quer para ajudar ao financiamento do Serviço Regional de Saúde.

Finalmente, e já na área económica, gostaria que o Sr. Presidente explicasse aos açorianos, em particular àqueles que são residentes nas ilhas mais pequenas, uma vez que reconheceu um certo abandono à política de desenvolvimento harmónico, como vai funcionar o agora proposto fundo de apoio à coesão e ao desenvolvimento económico da Região. Que meios financeiros e que diferenças vão existir na aplicação desses meios em relação às ilhas mais pequenas?

Para terminar, Sr. Presidente do Governo, que projectos tem no âmbito da futura revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas para apresentar à República, designadamente sobre as verbas a atribuir ao fundo de coesão – como sabe, desde 2001, não temos nada previsto – e que áreas ficarão definidas em regulamento para os projectos de interesse comum, uma vez que até agora não tiveram qualquer aplicação?

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(\*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na primeira vez que intervenho nesta casa, nesta legislatura, gostaria de começar saudando o Sr. Presidente da Assembleia, todas as senhoras e todos os senhores deputados, desejando a todos, em conjugação connosco e com a minha pessoa, votos de um profícuo trabalho no cumprimento do compromisso que assumimos perante os açorianos e em prol dos Açores.

Saúdo também a Sra. e os Srs. Membros do Governo e naturalmente o Sr. Presidente do Governo desejando a todos as maiores felicidades no exercício dos seus difíceis cargos.

A minha intervenção nesta casa é para solicitar alguns esclarecimentos, mas também para, e desde já, esclarecer o Sr. Presidente do Governo que não o vou apoquentar com o conceito difícil de desenvolvimento sustentável. Recorrerei, com muito gosto, a qualquer dicionário sobre esta matéria. Também não vou questionar sobre questões que já falei.

Dou, ao Sr. Presidente do Governo, os meus parabéns pela sua intervenção. Devo dizer, apesar de tudo, com natural sinceridade e também agrado, que grande parte do seu conteúdo não me surpreendeu, porque, desde logo, este Programa do Governo tem a enormíssima virtude democrática de dar efectividade ao compromisso eleitoral que o Partido Socialista assumiu perante os açorianos e que teve da parte destes a resposta que todos nós conhecemos.

Também não vou pedir ao Sr. Presidente do Governo que me diga (não preciso que ele me diga!) que, de entre esses compromissos, o Partido Socialista não mandou promessas individuais para casa dos trabalhadores das IPSS prometendo uma equiparação salarial. Sei disso seguramente. Também sei que ao nível do complemento regional de pensão, os Governos presididos por Carlos César tiveram o comportamento que tiveram e cumpriram os compromissos que nessa matéria sempre fizeram.

Também sei, e por isso não vou apoquentar o Sr. Presidente do Governo, que só a partir de 2000 é que nós temos complemento de pensão e não desde que a Autonomia existe, e nem sequer questiono por que é que chegamos a ter alguns benefícios ao nível dos custos de insularidade dos funcionários públicos e eles foram revogados nesta casa.

O que eu iria perguntar ao Sr. Presidente do Governo, face às informações que nos trouxe, prende-se com as autonomias, porque quando se fala em autonomias, muitas vezes, fora delas e em termos da República, se fala como um mau negócio.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** O Sr. Presidente é que sabe!

**Presidente:** Sr. Deputado, agradecia que fosse concluindo.

**O Orador:** O Sr. Presidente do Governo lembrou-nos que, afinal, ao nível da legislação em vigor, há um conjunto de verbas que são devidas aos Açores. Eu gostaria, tanto quanto possível, que o Sr. Presidente do Governo, para além do que já disse, precisasse isso.

Já que estamos a falar neste relacionamento, gostaria também que o Sr. Presidente do Governo, se pudesse, nos elucidasse, atenta a uma reunião recente e embora eu saiba também que o interesse desta matéria e destas elucidações pode ser meramente histórico, mas a história também é importante, se o ainda Governo da República está pensando cumprir aquilo que muito recentemente prometeu, a vários níveis e em várias medidas, fazer para com os Açores.

Muito obrigado.

**Presidente:** Srs. Deputados, eu já percebi que tenho que ter uma interpretação mais ou menos extensiva em relação aos tempos nesta fase, porque realmente as perguntas são muitas. Em relação ao Sr. Presidente do Governo a situação torna-se mais difícil, porque tem que responder a todas.

Compreendam que eu vou ter uma certa latitude de entendimento para permitir que as questões sejam colocadas e respondidas.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

(\*) **Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados:

Permitam-me que, em primeiro lugar, agradeça as felicitações do PP e do PSD, através dos Srs. Deputados Paulo Gusmão e José Manuel Bolieiro, e também a generosidade e absoluta sinceridade dos votos de sucesso para com o Governo nos próximos 4 anos.

Permitam-me também que faça uma primeira observação.

Eu creio que este Programa do Governo é, seguramente, um dos programas mais circunstanciados e desagregados na operacionalização dos seus princípios gerais, daqueles que foram apresentados na história de toda a Autonomia.

De resto, havia uma forte tradição de condensação e de economia nos Programas de Governo, nos primeiros Governos de Autonomia. Este é, seguramente, no quadro dos três governos a que presidi, o programa mais circunstanciado. Portanto, há poucas dúvidas sobre a forma de operacionalizar os princípios gerais nele consignados. Respondo assim a uma das primeiras questões colocadas pelo Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Em segundo lugar, eu não percebi se era desenvolvimento sustentável ou se era desenvolvimento sustentado, mas o que basicamente interessa é que o Governo Regional tem consciência que a sua acção deve conduzir a um modelo de sustentação do nosso desenvolvimento.

Essa sustentação, essa sustentabilidade, deve ser conferida através de acções de enquadramento e de acções envolventes da actividade económica e da actividade social que tenham especial enfoque em domínios como:

- o da sustentabilidade ambiental, com a conclusão de todos os instrumentos de planeamento que estão em curso – quando entrámos para o Governo não havia nenhum instrumento de planeamento nos Açores;

- com uma regulação suficientemente clara e compatível com os objectivos de desenvolvimento regional e com as características do território;
- com uma política muito dirigida à qualificação dos nossos recursos humanos, quer através da melhoria dos índices de sucesso educativo, quer através de uma correcta gestão do investimento na formação profissional, através da inclusão tecnológica, da incorporação tecnológica pelas empresas, da acessibilidade e da facilitação dos meios de inclusão dos açorianos e particularmente das gerações mais novas na sociedade de informação e do conhecimento, através de uma política de estabilidade financeira que permita também transmitir estabilidade ao conjunto das políticas de incremento, de apoio e de promoção do investimento privado;
- e, finalmente, numa política de diversificação produtiva, ou seja, de atenuação de dependência unilateral do nosso desenvolvimento económico.

É assim que nós encaramos de um modo geral a forma sustentável de desenvolver os Açores e de correr menos riscos nesse percurso ascendente que estamos a fazer.

Felizmente, desta vez, já posso estar perante os Srs. Deputados, e particularmente perante os Srs. Deputados que representaram os Governos anteriores a 1996,...

**Deputado Mark Marques (PSD):** Nós é que representámos? Quando?

**O Orador:** ... para dizer-lhes que podem estar tranquilos porque os Açores já não são a Região mais pobre da União Europeia, como era quando os senhores geriram o Governo dos Açores, e já não era quando os senhores afixaram por toda a Região cartazes dizendo isso,...

**Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro):** *Muito bem!*

**O Orador:** ... como se pode agora ver pela conclusão das informações constantes do Estatuto Nacional de Estatística a propósito das contas regionais de 2002.

Em relação ao Sr. Deputado José Manuel Bolieiro também queria lhe dizer que o Governo e eu próprio temos todas as razões para, revendo e relendo o meu próprio Programa, considerar que vamos cumprir os nossos compromissos eleitorais.

Como bem sabe, podem existir adversidades, podem ocorrer situações que não dependem exclusivamente de nós – isso tem acontecido no passado, sempre aconteceu e acontecerá – mas de um modo geral nós pensamos que tanto a nossa proposta de compromissos perante os açorianos como o nosso Programa de Governo são responsáveis e correspondem àquilo que é realizável no quadro desta legislatura que agora se inicia.

Respondendo a questões mais concretas no domínio da convergência salarial dos trabalhadores das Instituições Particulares de Solidariedade Social, em relação aos índices médios de profissões similares no âmbito da função pública, gostaria de dizer-lhe que nós vamos continuar a fazer um esforço, porque fomos nós que começámos (até deram-me as notas de todas as percentagens e da sua relação em relação a aumentos anuais da função pública). Essa convergência está a fazer-se e vai continuar a ter o seu curso.

De resto, não é possível falar de um modo simplificado entre convergência de trabalhadores das IPSS e convergência na função pública, porque não existem em todos os casos, e particularmente nos casos de que estamos a falar, profissões idênticas no âmbito da função.

Mas, assentando num princípio geral de dignificação e melhoria da remuneração média dos trabalhadores das IPSS, o Governo mantém o seu compromisso e mantém a política que tem vindo a desenvolver até agora.

No que diz respeito ao complemento de pensões, como noutras questões que não mencionou, como por exemplo, a remuneração complementar, nós mantemos a mesma política que anunciámos aos açorianos nas eleições em 2000 e que voltámos a anunciar em 2004.

Em todos os casos nós queremos que esses aumentos sejam superiores à inflação e no caso da remuneração complementar são idênticos à função pública.

No que diz respeito à sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde, eu tenho-me referido muitas vezes a estas questões e em diversas perspectivas.

Não me parece possível introduzir mecanismos de financiamento do Serviço Regional de Saúde de forma independente ou divergente de idênticos mecanismos a conceber do ponto de vista do Serviço Nacional de Saúde e da prestação do serviço público em geral no nosso país.

Há sistemas e áreas de actuação de interesse público e de serviço público em que a divergência procedimental e a divergência estrutural também actuam em prejuízo da complementaridade desse sistema.

A nossa convicção é de que o problema do financiamento do Serviço de Saúde é, pelo menos no que nos interessa, um problema nacional – sabemos mesmo que não é só nacional, é também de outros países europeus – e a solução para o seu financiamento terá que ser encontrada para o conjunto dos dois serviços regionais de saúde e do Serviço Nacional de Saúde.

De resto, sabemos que a própria dívida do Serviço Regional de Saúde, que não é bem uma dívida, é a contratação de uma situação de empréstimo com a banca, visto que nós não devemos a fornecedores, é uma situação, aliás, muito menos grave, como sabe, do que a do Serviço Regional de Saúde da Madeira ou do próprio Serviço Nacional de Saúde.

Mas é possível e absolutamente necessário encontrar uma solução que seja nacional para este problema, para além daquilo que nos compete fazer e que está a arrancar a partir da formação da SAUDAÇOR e que tem a ver com a racionalização de procedimentos de gestão, a própria informatização do sistema, a melhor fiscalização das eficiências que nele são geradas e a eventualidade de legislação de carácter nacional que, no quadro e no espírito da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, conceba responsabilidades partilhadas de financiamento entre as administrações regionais dos Açores e da Madeira e a administração central.

No que diz respeito ao Fundo de Coesão previsto na Lei de Finanças Regionais, para este ano de 2004 temos uma transferência do Governo Central na ordem dos 53 milhões de euros.

No que diz respeito a projectos de interesse comum eles não têm sido tipificados como tal, mas também não tem havido para a Madeira.

Há, neste momento, uma desregulamentação desse aspecto.

Concordo, como é evidente – e a resposta não podia ser outra – que importa caminhar no sentido da sua regulamentação e importa que essa regulamentação e especificação da solidariedade nacional não venham a contribuir para se aliviarem outros instrumentos de solidariedade financeira que estão previstos na Lei de Finanças das Regiões Autónomas.

Disse já na minha intervenção inicial – já tínhamos dito isso no âmbito do anterior governo e continuamos a dizê-lo – que não me parece que a situação financeira que o país atravessa seja propícia a iniciativas legislativas ousadas ou pelo menos com um potencial de acréscimo de benefício para as Regiões Autónomas, em matéria de revisão da Lei de Finanças.

Parece-me de elementar bom senso não forçar essa matéria, não obstante o anterior Governo da República, ou melhor o actual ainda Governo da República, visto que não sei se a esta hora a Assembleia da República foi ou não dissolvida, ter aprovado uma longa resolução, em Conselho de Ministros, que prevê a formação de um grupo de trabalho para a revisão da Lei de Finanças Locais. Se eu não tivesse o hábito de ler as coisas até ao fim não tinha reparado que no meio também havia um grupo de trabalho de revisão da Lei de Finanças Regionais.

De qualquer modo não sabemos se essa matéria, dada a data da resolução, era para ser levada a sério, ou não, como iniciativa de crédito por parte do Governo da República.

Suponho que também me falou nas questões respeitantes às dívidas...

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** E no que se refere à coesão?

**O Orador:** No que diz respeito ao fundo de apoio à coesão e ao desenvolvimento económico, neste momento, temos pendente no Conselho Regional de Concertação Estratégica o diploma que cria esse fundo que também ficará associado a uma revisão orgânica da Secretaria Regional da Economia. O fundo de coesão ficará na tutela da Secretaria Regional da Economia.

Será concebida uma dotação especial para esse efeito que pode ou não estar incluída no plano, mas que estará a coberto das receitas do Fundo Regional de Coesão, que resulta da extinção do Fundo Regional de Apoio às Actividades Económicas e, em consequência, as receitas são as mesmas que o Fundo Regional de Apoio às Actividades Económicas tinha e que são, de resto, receitas muito vultuosas que serão naturalmente complementadas de acordo com as necessidades, com as provisões resultantes das verbas do plano e do orçamento.

O que interessa saber é que terá que haver uma resposta. A resposta necessária, em todas as ocasiões, do ponto de vista do apoio majorado aos investimentos que se considera selectivamente com efeito multiplicador e estratégico no desenvolvimento e na consolidação do desenvolvimento

das ilhas que o fundo abrange, é que existirá necessariamente e no quadro da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, até ao limite das nossas capacidades e do nosso núcleo competencial nesta área, os benefícios fiscais e as alterações de natureza fiscais que potenciem e aliciem o investimento nessas ilhas ou que facilitem a actividade económica nas mesmas.

Também para elas, mas não só para elas, o Governo estará atento do ponto de vista da sua participação em iniciativas comuns, ou em realização de parcerias público-privadas, ou na criação de sociedades de investimento que permitam a ultrapassagem de défices estruturais que fragilizam o desenvolvimento dessas ilhas e que as impedem de progredir ao mesmo ritmo com que outros núcleos que, por definição económica, são mais capacitados na região.

É evidente que uma ilha com mais população, com maior número de infra-estruturas, tem um potencial desenvolvimento económico ou de crescimento económico, no mínimo, muito maior.

Não se trata aqui de descobrir nada de extraordinário, por isso não me parece razoável pensar-se ou dizer-se que o Governo concorda ou manifesta a sua deiscência no sentido de um desenvolvimento regional que até agora se processou a dois ritmos. Não. Ele processar-se-á – já o disse e disse-o em plena campanha eleitoral – sempre a vários ritmos, porque os espaços regionais e as características territoriais dos Açores assim o determinam, porque isso acontece em toda a parte do mundo e assim há-de acontecer. O que temos que fazer é, na medida do possível, introduzir factores de discriminação positiva que possam amenizar essas diferenciações e conter essas marginalidades do ponto de vista do percurso económico de crescimento que estamos a fazer nos Açores.

O grande objectivo do Governo é, no plano económico, manter a convergência real que está a acontecer. Não é apenas uma convergência baseada na má performance da economia nacional.

Nós crescemos mais do que país desde 1999, é certo, e crescemos mais do que a média da União Europeia desde 1998, de forma sistemática e consolidada.

Portanto, temos que manter esse percurso e basta verificarmos, por exemplo, que entre 2000 e 2002 o nosso crescimento económico foi o dobro do crescimento nacional. Isso tem que ser tido em consideração e tem que se perceber que estamos no bom caminho.

É indispensável associar, até por motivos de sustentação do nosso desenvolvimento uma dinâmica social de qualificação, uma dinâmica social de inserção.

Nestas matérias devemos ser aquilo que sempre fomos, um partido socialmente solidário, porque socialmente preocupado e assente na ideia de que o crescimento e o desenvolvimento económico se fazem para as pessoas e para o seu bem-estar.

É por isso que nós estamos aqui. É por isso que os senhores estão aí.

É por isso que felizmente ainda há diferenças entre os partidos políticos em Portugal.

Muito obrigado.

**Presidente:** Vamos prosseguir o nosso debate.

Recordo que estamos a debater o Programa por tempos globais. Portanto, está sempre a descontar.

O Sr. Deputado Gusmão inscreveu-se para mais esclarecimentos. Tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Gusmão (PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A ideia da sustentabilidade, obviamente, que não era para apoquentar o Sr. Presidente do Governo e muito menos o Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Apenas para aferirmos da viabilidade da intenção.

Dou mais um exemplo em concreto, porque não é possível dar mais.

O terceiro pilar – se for possível dar uma explicação concreta sobre isso.

De facto, a ideia de um terceiro pilar económico na Região é uma boa intenção, mas o que é isso em concreto?.

O que é o investimento externo?

Para que é que vai ser canalizado o investimento externo?

Ao lado da agricultura e do turismo, o que é o terceiro pilar?

É uma boa intenção e é fácil programá-la, mas depois não é concretizada.

Esse é que é, para nós, o grande defeito deste programa que aqui é apresentado.

Finalizando, em relação à própria intervenção do Sr. Presidente ou àquilo que disse o Sr. Deputado Francisco Coelho, gostaria de dizer que, naquilo que é a nossa relação com a República, estamos disponíveis. Julgamos que este até é o tempo certo em que todas as forças políticas aqui representadas podem ter compromissos comuns – independentemente daquilo que venha a ser o

resultado das próximas eleições e daquele que venha a ser o novo Governo da República – em relação às nossas necessidades, àqueles que são os nossos direitos e àquelas que serão obviamente as nossas reivindicações, mais do que depois cada um tomar o seu lado da trincheira, sendo que a nossa trincheira deve ser obviamente os Açores, incluindo aquelas que foram as promessas que este Governo da República fez para os Açores na campanha eleitoral e muitas outras que certamente são necessárias.

Muito obrigado.

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Presidente do Governo:

(\*) **Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Gusmão:

Em primeiro lugar, quero dizer-lhe que não precisa de fazer política na sua trincheira, porque nós vamos estar muito ocupados em abater os problemas regionais e não a fazer de tiro ao alvo à oposição.

Portanto, pode estar de peito aberto e colaborante na medida em que quiser ou souber, para o bom governo dos Açores.

O que é o investimento externo?

É o investimento promovido por investidores externos.

**Deputado Paulo Gusmão (PP):** Para que é?

**O Orador:** Espero ter sido suficientemente claro.

**Deputado Paulo Gusmão (PP):** E o objectivo? Qual é?

**O Orador:** Tem que perguntar aos investidores.

É esse basicamente o problema do investimento externo.

Nós sabemos que temos limitações do nosso mercado, da nossa iniciativa económica. Temos, de resto, o nosso empresariado envolvido em tarefas fundamentais no domínio da agricultura e no domínio do desenvolvimento turístico.

Nós precisamos não só de mais pessoas na Região, como é evidente, como precisamos também de mais capitais. Para isso temos que fazer um grande esforço que não se resume à publicação do guia do investidor, quer através de um organismo que venhamos a criar, se não tivermos a possibilidade de uma parceria mais efectiva e com melhores resultados, com o organismo nacional de captação de investimento externo que neste momento ainda existe e que tem sido criticado pelo próprio actual governo do ponto de vista da sua eficácia, quer através da contratação de serviços especializados nesta área para a atracção de capitais externos para o investimento na Região.

O Acordo da Base das Lajes, do meu ponto de vista, devia ser explorado mais na perspectiva da existência de investimentos com capitais norte americanos na nossa Região, ou na sua participação no capital de determinadas empresas, do que propriamente na prestação de apoios selectivos e sectoriais que acabam, no seu conjunto, por não traduzir uma cooperação de grande realce.

Portanto, o nosso esforço tem que ser nestas áreas.

Mencionei na minha intervenção e julgo que existem essas vantagens comparativas. Penso que numa acção paciente e estudiosa é possível captar esses investimentos.

Qualquer pequeno investimento externo é um bom investimento para a nossa Região.

Portanto, nós temos que fazer esse esforço.

Sempre que o Sr. Deputado Paulo Gusmão, no âmbito das suas relações internacionais e quando estiver fora da sua trincheira, encontrar um investidor externo com interesse para os Açores, aguardamos preciosamente a sua informação e o seu telefonema e até o convidaremos para...

**Deputado Paulo Gusmão (PP):** Isso está mesmo mal! Se está à minha espera, está mesmo mal! Está mesmo à rasca!

**O Orador:** Sabe, eu estou à sua espera porque tenho uma enorme curiosidade – visto que já não tenho curiosidade no caso da resolução dos problemas do PSD – no desfecho dessa bancada. Queremos saber como é que no fim...

**Deputado Paulo Gusmão (PP):** Pelo menos em espaço!

**O Orador:** ... essa bancada estará.

Ainda não está no seu sítio certo, mas o PSD insiste em tomar a direita do Parlamento.

Muito obrigado.

**Presidente:** Srs. Deputados, não havendo mais pedidos de esclarecimento, eu consideraria que esta abertura do debate estava concluída, e por uma questão logística nós faríamos aqui uma interrupção dos trabalhos por 15 minutos e depois voltávamos para dar sequência ao debate.  
Muito obrigado.

*(Eram 11 horas e 25 minutos)*

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos prosseguir os nossos trabalhos.

*(Eram 11 horas e 45 minutos)*

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

As minhas primeiras palavras são para V. Exa., Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, para o saudar e para lhe manifestar o respeito institucional – pessoal e do PSD – que o desempenho de tão elevado cargo nos merece.

V. Exa. e os restantes membros da Mesa contarão com o apoio do PSD na dignificação do trabalho parlamentar e nas acções que visem alterar e melhorar o funcionamento da Assembleia Legislativa, a começar por uma reforma profunda do regimento.

Faço votos, Sr. Presidente, para que a “expressiva maioria” que o elegeu – para utilizar palavras suas – corresponda a uma, também, expressiva independência no exercício de funções e a uma expressiva vontade de colocar a Assembleia Legislativa no lugar que o sistema político autonómico lhe confere: o de primeiro órgão da autonomia, com funções de fiscalização do Governo Regional.

Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

No início do debate do programa do IX Governo Regional, cuja aprovação assinala a sua investidura por esta Assembleia, quero dizer-lhe que deste Governo, os Açorianos esperam o cumprimento das suas promessas eleitorais.

Do confronto do Programa Eleitoral do Partido Socialista com o programa do Governo cuja discussão hoje iniciamos, resulta que muitas das promessas desapareceram, sem deixar rasto político, num primeiro sinal de que, quem muito prometeu, se prepara já – um mês e meio depois das eleições – para começar a não cumprir.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

Que fique claro desde já, para que todos os Açorianos saibam, que o Governo Regional que proclama o diálogo e dele faz uma nova teologia política e a maioria parlamentar que o apoia nesta Assembleia começam por tentar silenciar a oposição: às duas horas e meia de tempo atribuído para este debate ao PSD, contrapõem-se as oito horas do Governo e do PS.

O PS aplica a “lei da rolha”, em resultado dum regimento que a maioria socialista impôs, de forma a evitar o debate político que deve ter lugar nesta Assembleia.

Engana-se a maioria socialista: o PS bem pode limitar os direitos da oposição, valendo-se da dimensão da sua maioria, mas não impedirá que, nesta Assembleia ou fora dela, o PSD lidere a oposição a este Governo.

Em 17 de Outubro os Açorianos conferiram, pelo voto, legitimidade ao PS para governar os Açores. Ao PSD conferiram legitimidade para liderar a oposição.

O PSD, com humildade democrática, respeita a vontade dos Açorianos, sabendo que o projecto que liderou, representa mais de 30% do eleitorado que não se revê, nem no estilo, nem no projecto de governação protagonizado pelo PS.

O PSD perdeu as eleições, mas não perdeu o direito de representação democrática que o povo lhe conferiu.

Exercemos, aqui, neste debate, o nosso direito à coerência. Com a derrota eleitoral, não penhorámos as nossas convicções, nem abdicamos do nosso projecto para a sociedade açoriana.

O Governo do Partido Socialista deve governar, segundo o seu programa. Não lhe daremos conselhos sobre a acção governativa. Faremos, isso sim, o julgamento do seu desempenho político.

Por isso mesmo, também não aceitamos, que o Governo Regional – de modo inusitado – queira dar lições de comportamento à oposição, como fez o Sr. Presidente do Governo, na tomada de posse deste Governo.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional: O programa do IX Governo submetido a esta Assembleia é um programa de palavras bonitas e de ideias feitas.

É um programa de generalidades, sem que dele se retirem opções para a governação dos Açores.

É um repositório de intenções, sem prioridades.

Onde deve escolher, limita-se a enunciar. Onde pode traçar um rumo novo, satisfaz-se com o elogio da obra feita. Onde deveria ser ambicioso, limita-se à contemplação do passado.

Este programa de Governo fala das pessoas, mas esquece os Açorianos.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Não é fácil!

**O Orador:** Este programa de Governo fala dos Açores, mas esquece, de novo, as ilhas dos Açores.

Este programa de Governo não propõe o que deve, mas cai na tentação fácil de falar da revisão do Estatuto Político-Administrativo e da Lei Eleitoral, matérias da competência exclusiva desta Assembleia, numa atitude de subalternização do parlamento que não aceitamos.

Este programa de Governo, afinal, é o espelho fiel dum Governo de continuidade e sem ambição, que transformou a governação num exercício perdulário para agradar a todos.

Até mesmo aquela que é apresentada publicamente como a grande novidade deste programa de Governo – o Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico – é um sucedâneo apressado da proposta que o PSD apresentou durante a campanha eleitoral para a criação de sociedades de desenvolvimento de ilha.

O Governo propõe a criação deste Fundo, mas ignora a coesão territorial dos Açores como elemento decisivo para o nosso desenvolvimento.

Esperemos que este Fundo, que será aprovado dada a maioria que existe nesta câmara, ...

**Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César):** Nos Açores!

**O Orador:** ... não tenha o destino trágico – do ponto de vista económico e financeiro – das sociedades já constituídas para a área da saúde ou da habitação, que mais não são do que hidras económicas, sufocadas já, por galopantes passivos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

Este não é o nosso programa de Governo. Esta não é a nossa visão para o desenvolvimento dos Açores.

Depois da sua investidura parlamentar, garantida pela confortável maioria de que dispõe, o Governo deverá governar e o PSD liderar a oposição nos Açores, até que os Açorianos decidam de outro modo.

Como diz o Livro do Eclesiástico “para tudo há um momento e um tempo para cada coisa que se deseja debaixo do céu”.

O PSD está disponível para consensualizar com todos os partidos com assento parlamentar as soluções mais adequadas para os Açores em matérias de regime e, desde logo, quanto à revisão do estatuto Político-Administrativo, Lei Eleitoral ou Lei das Finanças das Regiões Autónomas.

Não estaremos ao lado do Governo na reivindicação das justas pretensões dos Açores em relação à República, pela simples razão de que estaremos sempre à sua frente.

À República reivindicaremos o que for justo para os Açores, deste ou doutro qualquer Governo da República, assumindo intransigentemente a defesa dos interesses dos Açores, como sucedeu, por exemplo, na última revisão constitucional que consagrou um assinalável avanço histórico quanto ao sistema autonómico e às competências legislativas regionais.

É este o legado histórico do PSD, que honraremos em nome da luta autonomista, cuja divisa o nosso brasão de armas consagra: “antes morrer livres, do que em paz sujeitos”.

Ao contrário de outros, não reivindicamos para nós o exclusivo da Autonomia.

Ao contrário de outros, deslumbrados consigo próprios, não pretendemos que a história tenha começado apenas há oito anos atrás.

A Autonomia dos Açores é do povo e para o povo. Ninguém é dono da Autonomia!

O povo Açoriano merecia muito mais do que um programa de Governo tão modesto quanto este.

Votamos contra este programa de Governo porque os Açorianos merecem mais. Muito mais!

**Deputado Mark Marques (PSD):** *Muito bem!*

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Estão inscritos os Srs. Deputados San-Bento, Herberto Rosa, Francisco Coelho e o Sr. Secretário Regional da Presidência.

Permitam-me que agradeça, por um lado, as palavras que me foram dirigidas, mas também que diga que na atribuição destes tempos pelos grupos parlamentares foi cumprido o Regimento.

Os tempos atribuídos é proporcional e em função do número de deputados. Portanto, houve aqui o cumprimento escrupuloso e rigoroso destas regras.

O Sr. Deputado afirmou que não havia respeito pela oposição. Existe, Sr. Deputado e existe respeito pelo nosso Regimento.

Posto isto, tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(\*) **Deputado José San-Bento (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, a quem desejo as maiores felicidades na condução do seu novo mandato.

Igualmente, felicitações extensivas a todos os Srs. Deputados, ao Sr. Presidente e aos Srs. Membros do Governo.

Sr. Deputado Pedro Gomes, começaria pelo final da sua intervenção para lhe dizer claramente que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não aceitará lições suas em matéria de Autonomia e de defesa da Autonomia.

Gostava também de lhe dizer que, na minha opinião, o Sr. Deputado fez uma intervenção irascível e completamente desajustada ao momento e ao debate que está a decorrer.

Essa intervenção só é possível ser feita por quem tem uma grande revolta e uma grande frustração pelos resultados eleitorais nas últimas eleições.

O Sr. Deputado veio aqui procurar censurar o Governo, mas mais não fez do que auto censurar-se e censurar a sua bancada.

Uma vez mais assistimos, inacreditavelmente, a uma postura do PSD que, uma vez mais, se demite das suas responsabilidades quando o senhor disse claramente que não apresentaria propostas, não apresentaria ideias e que estariam aqui para fiscalizar.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Não disse isso!

**Deputado Mark Marques (PSD):** Ele não disse nada disso!

**O Orador:** Disse, sim senhor.

O senhor insinuou numa nuance clara esse comportamento e foi o comportamento que os senhores tiveram aqui durante 4 anos e que vos levou ao resultado que todos nós sabemos.

O senhor apresentou uma intervenção que todos nós já conhecíamos, que vem na tradição do PPD/PSD na anterior legislatura e na lógica do “falo mal, logo existo”. Isto não tem qualquer sentido, muito menos neste momento importantíssimo em que os açorianos estão a olhar para o debate do Programa do Governo para os próximos 4 anos.

Portanto, Sr. Deputado, desejo muitas felicidades a si e ao seu grupo parlamentar para continuarem a trilhar esse caminho, para já não falar – e o Sr. Presidente já referiu esse aspecto – na forma como o senhor aborda a questão dos tempos.

Eu lembrar-lhe-ia, por exemplo, que o Presidente do seu Grupo Parlamentar esteve na conferência de líderes onde essa questão foi tratada e, segundo creio, consensualizada.

Para terminar, o senhor que na sua intervenção estava tão preocupado com a gestão do tempo e com o tempo do seu grupo parlamentar, deixe-me dizer com toda a franqueza que nesse aspecto da gestão e da poupança de tempo o senhor deu um péssimo contributo ao seu Grupo Parlamentar.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

(\*) **Deputado Herberto Rosa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Pedro Gomes trouxe-nos a sua intervenção.

Sinceramente, dá-me a impressão que não fez o seu trabalhinho de casa, ...

**Deputado José San-Bento (PS):** *Muito bem!*

**O Orador:** ... nomeadamente naquilo que se reporta às regras que nos regem, passo a redundância, e que estão vertidas no nosso Regimento.

Devo dizer-vos, porque este esclarecimento impõe-se desde já, que a última revisão do Regimento recolheu um largo consenso, quer em termos de comissão, quer em termos de plenário.

O Regimento tem regras que na sua generalidade foram aprovadas por unanimidade. Tem um largo conjunto de normas que até foram propostas pelos partidos da oposição e devo dizer que é tão bom ou tão mau que até tem uma norma de blindagem – veja-se o que dispõe o artigo 204º, nº 2 – que foi proposta pelo seu Grupo Parlamentar. Ou seja, a cláusula que impõe uma maioria qualificada para a sua revisão foi proposta...

**Deputado Renato Leal (PS):** Generosamente!

**O Orador:** ... generosamente, diz o Sr. Deputado e muito bem, pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Sr. Deputado, o que ressalta e o que fica da sua intervenção, deixe-me que lhe diga sinceramente, é isto:

Se o povo está errado, mude-se o povo.

*(Risos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

Só faltou V. Exa. dizer isto para o seu discurso ficar completo.

Muito obrigado.

**Deputado José San-Bento (PS):** *Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(\*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Pedro Gomes:

Começo, desde logo, por desejar-lhe, no desempenho desta actividade para que foi eleito, as maiores felicidades e que consiga dar a todos nós os maiores contributos.

Devo também dizer-lhe que, por aquilo que já me apercebi nesta casa, há duas facções – coisa que não é demais, nem deve estranhar – acerca das praxes parlamentares relativamente aos “deputados caloiros”. Uma gosta de, salvo seja, tentar matá-los à nascença; a outra prefere ser mais comedida, mais tolerante e esperar que as pessoas se habituem a estas lides.

Eu, sinceramente, partilho mais da segunda, mas para isso espero e preciso muito que V. Exa., Sr. Deputado, me ajude. E espero que vá fazendo.

Relativamente ao Regimento e aos tempos, já quase tudo foi dito. O meu colega Deputado Manuel Herberto Rosa disse tudo quando lembrou que os tempos que o Grupo Parlamentar do PSD tem são proporcionais, ou seja, o tempo que o Grupo Parlamentar do PSD tem e o tempo que todos os restantes grupos têm são proporcionais ao tempo que o povo lhes deu.

Indo na mesma linha do Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa e citando um poeta, eu diria que o Sr. Deputado fez-me lembrar aquele poema de Bertholt de Brecht, quando dá um conselho ao camarada Estaline: “se o povo não presta, dissolvam o povo e elejam outro”.

Isto é talvez particularmente azado nos tempos que corremos.

Aliás, o Sr. Deputado, e permita-me que lhe diga, queixou-se muito da falta de tempo. Eu diria que perdeu muito tempo a queixar-se da falta de tempo e poderia bem, com largo benefício para todos nós, ter apresentado as alternativas, as propostas, as observações que o Partido Social Democrata teria num eventual programa de governo.

Também falou no livro do Eclesiástico. Se calhar confundiu-se! Eu penso que tentou foi soltar as “sete bestas” do Apocalipse.

Também falou em penhoras e em legados. Percebo perfeitamente a sua familiaridade com essa linguagem, mas, sobretudo a mim, deixou-me uma suspeita e quase uma certeza: no que depender do Sr. Deputado, a herança do PSD não ficará nem jacente, nem deserta.

Muito obrigado.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Não se preocupe com o PSD!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(\*) **Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para, de uma forma muito simples, clarificar alguns aspectos que me parecem sobremaneira confundidos na intervenção do Sr. Deputado Pedro Gomes.

Em primeiro lugar, em relação à questão das muitas promessas que desapareceram, só nessa parte o Sr. Deputado comete 3 erros que dão bem conta da superficialidade com que terá abordado o programa, quer o eleitoral, quer o do Governo do Partido Socialista.

Em primeiro lugar, o Sr. Deputado esquece-se que o Programa Eleitoral, se é certo que fundamenta e alicerça o Programa do Governo, não se esgota apenas no Programa do Governo.

É necessário ter em conta que os instrumentos de materialização dos compromissos do Partido Socialista não são apenas o Programa do Governo, mas também os planos e orçamentos. Portanto, esta análise é precipitada e pouco concreta naquilo que diz respeito a retirar este juízo de muitas das promessas que desapareceram.

Em segundo lugar, para ser correcto, o Sr. Deputado deveria também ter referido os muitos aspectos que, não constando do Programa Eleitoral, foram assumidos no Programa do Governo, exactamente na sequência daquela dialéctica que é tão cara ao Sr. Deputado José Manuel Bolieiro e que dão bem conta da disponibilidade e da abertura que o Governo e o Partido Socialista encaram esta matéria.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Prove!

**O Orador:** Eu não tenho que provar nada. O senhor é que é Deputado, é que tem que analisar o Programa do Governo e o Programa Eleitoral.

Em relação à questão da “lei da rolha”, aqui se percebe qual a necessidade, qual o objectivo e qual o fundamento da revisão profunda do Regimento que o Sr. Deputado Pedro Gomes pretende fazer nesta Assembleia: ganhar na secretaria aquilo que perdeu nas urnas.

Aquilo que foi feito foi aplicar o Regimento. V. Exa. deseja inverter esta situação, mas parece-me que não terá muito sucesso nesta parte.

Esta primeira intervenção do Sr. Deputado Pedro Gomes dá bem conta do incómodo que o Partido Social Democrata sente nesta discussão. É porque é nesta discussão que o Partido Social Democrata está mais fragilizado. Porquê? Porque o Partido Social Democrata não teve um Programa Eleitoral. A Coligação Açores é que teve um Programa Eleitoral.

O Partido Social Democrata perde as eleições, reafirma naquela tribuna o respeito pela história, mas pretende remeter e enjeitar o seu Programa Eleitoral.

É necessário ter presente que nesta matéria é que se torna claro que aquilo que nós temos naquela bancada são destroços de uma coligação, uma coligação que naufragou a 17 de Outubro, que está incomodada neste momento com esta discussão, porque é exactamente esta discussão que torna patente a sua incapacidade e a sua incoerência em relação a um aspecto fundamental que é o do Programa do Governo.

Naufragou a Coligação!

O PSD constitui neste momento um destroço dessa Coligação e o próprio Partido Social Democrata ainda está a meter água em virtude do naufrágio que ocorreu a 17 de Outubro.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(\*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não gastarei os três minutos para responder em bloco às questões e observações que foram suscitadas e por isso vou entregar à Mesa cópia da minha intervenção para ser entregue ao Sr. Deputado José San-Bento que, pelos vistos, não só não esteve aqui como não ouviu a intervenção que proferi.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**Deputado José San-Bento (PS):** Eu dispenso!

**Deputado Mark Marques (PSD):** É o estilo. Com o tempo os novos vão perceber que é o seu estilo. Ainda não perceberam, nem sequer os da sua bancada!

**Deputada Maria José Duarte (PSD):** Eu já estou a perceber!

**O Orador:** Não discutirei matérias de assassinatos políticos com o Sr. Deputado Francisco Coelho, a quem aproveito para agradecer os votos e retribuí-los, porque o especialista nesta matéria é ele. Portanto, com um especialista não discutimos estas matérias.

Queria dizer que o PSD não se envergonha do seu passado, Sr. Secretário Regional da Presidência. Assume com orgulho tudo o que fez, quando esteve sozinho e quando esteve em coligação. O PSD respeita a vontade do povo açoriano, senão não seria um partido democrático como é. Acho estranho que V. Exa., Sr. Secretário, se preocupe mais com o PSD do que a defender e a mostrar onde é que estão as diferenças do Programa do IX Governo do qual o senhor faz parte. Isso é que é estranho.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Agradeço o desvelo com a preocupação em relação ao PSD, mas anoto esta incapacidade que aqui ficou bem patente.

Porque o tempo é este e não outro, não gastarei os três minutos e termino esta intervenção.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Não havendo mais esclarecimentos sobre esta intervenção, tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

**Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Permitam-me que pela primeira vez que tenho a honra de intervir nesta Assembleia cumprimento todos vós, legítimos representantes de todos os açorianos e conseqüentemente formule o desejo que o vosso trabalho continue a contribuir para o desenvolvimento harmonioso e sustentado da nossa Região.

O Programa do IX Governo Regional, que hoje iniciamos a sua análise, constitui um elemento estruturante na estratégia de desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores, que, desde 1996 temos tido a coragem de concretizar.

Os Açores constituem hoje uma verdadeira excepção no contexto nacional, vivemos num clima de estabilidade política e social devidamente enquadrado num processo de desenvolvimento económico sem precedentes.

Apesar de nos ter sido imposto, através da Lei da Estabilidade Orçamental, a obrigação de financiarmos integralmente as despesas de investimento e funcionamento da Administração Regional com as receitas próprias da Região e as Transferências do Orçamento de Estado e da União Europeia, os Açores, ao contrário do Continente onde o deficit orçamental atinge já os 5%, conseguiram concretizar efectivamente equilíbrio das suas contas publicas sem afectar o nível de investimento programado.

A proibição do recurso ao endividamento não impedirá que, por exemplo, o Plano da Região em 2005, duplique o investimento em relação a 1996, mesmo tendo em conta que no período de 1993/1996 foi necessário, que o Governo Regional de então, recorresse ao aumento da dívida pública para financiar 52,4% do investimento executado nesse período

Os Açores conseguiram demonstrar que, afinal, é possível conciliar o rigor das contas públicas e a consolidação orçamental com o crescimento económico e o desenvolvimento social.

Esta é mais uma lição e um exemplo que os Açores dão ao País, assumindo o seu contributo para o equilíbrio das contas públicas nacionais, mas promovendo simultaneamente o desenvolvimento económico e social sustentado.

Provámos que o rigor e contenção orçamental, não é necessariamente sinónimo de crise, mas pode também, com competência e trabalho, ser sinónimo de crescimento económico, criação de emprego, estabilidade e coesão social.

Tudo isto, apesar do Governo da República manter em dívida, com o apoio expresso do PSD/PP dos Açores, conforme ficou demonstrado na recente votação na especialidade do Orçamento de Estado, mais de 140.000.000 Euros à Região, resultantes 93 milhões de Euros do não cumprimento integral da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, 37 milhões de Euros de receitas fiscais pertencentes à Região e não transferidas e 10,8 milhões de euros referentes ao crédito bonificado à Habitação.

Com o cumprimento destas responsabilidades da administração central será possível aumentar em 50% o volume de investimento do Plano da Região em apenas um ano, bastando para tal que o Governo da República liquide as dívidas que tem para com a Região.

No entanto, estes constrangimentos, não impediram os Açores de continuar o seu processo de convergência real. Na verdade, conforme comprova as contas da Região de 2002, recentemente

publicadas pelo INE. O ritmo de crescimento do PIB regional é muito superior ao verificado no país e na União Europeia. Por exemplo, só em 2002 o PIB Nacional aumentou apenas 0,4% e o da União Europeia 0,8% nos Açores verificou-se um crescimento de 3,7%, isto é, um crescimento nove vezes superior à média nacional.

Se compararmos o período de 1996/2002, o PIB Regional cresceu 56,9% enquanto o PIB Nacional aumentou apenas 44,2%. Isto é, o PIB per capita dos Açores atingiu o índice 82 da média nacional ultrapassando a região norte e igualando a região centro, enquanto, é bom lembrar que em 1996 estávamos a 10 pontos atrás do norte e 7 do centro.

Só no período 2000/2002 os Açores tiveram um ritmo de crescimento médio anual duas vezes superior ao restante país.

Ou seja, a partir de 2002 e pela primeira vez na nossa história, também no critério do PIB per capita, deixámos de ser a região mais pobre do país.

É pena, que esta realidade, agora comprovada pelo INE e, à muito sentida pelos Açorianos, conforme ficou demonstrado nas últimas eleições regionais, não tenha sido conhecida mais cedo, teria assim se evitado a publicidade enganosa que cobriu com nuvens negras muitos outdoors da nossa terra durante alguns meses antes das eleições.

Com certeza que o atraso inexplicável na publicação destes dados, pelo INE sob tutela do Ministro Morais Sarmiento, se ficou a dever a alguma razão operativa e não ao facto deste Instituto ter vindo desmentir factualmente, o conteúdo das declarações deste Ministro na sua participação activa na última campanha eleitoral.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!**

**O Orador:** Estamos, pois, no caminho certo e é na continuação desse rumo que aponta o Programa do IX Governo Regional.

Prosseguir uma política orçamental de rigor e de contenção de despesas de funcionamento, libertando cada vez mais recursos para o investimento público, potenciando assim o crescimento económico, é um sector estruturante da actuação do IX Governo Regional.

O crescimento entre 1996 e 2004, em mais de 200% das receitas provenientes do IRC e de 70% do IRS, apesar da redução das taxas de imposto entretanto realizadas e a duplicação das verbas fiscais referentes a impostos sobre o consumo, demonstram a vitalidade crescente da economia açoriana, a redução da dependência das verbas externas à região, e permitem perspectivar um grau de autonomia crescente das finanças regionais.

Se em 1995 as receitas fiscais apenas conseguiam financiar 69% das despesas de funcionamento, em 2005 as receitas fiscais da região irão financiar 87% do funcionamento da Administração Regional, e se em 1995 as receitas efectivas da Região superavam em apenas 19% as necessidades de funcionamento, em 2005 as receitas afectivas da Região ultrapassam já em 37% as despesas da Administração Regional.

O Programa do IX Governo Regional tem, pois, na consolidação Orçamental baseada na contenção das despesas de funcionamento, na afectação crescente de recursos ao investimento económico e socialmente reprodutivo e gerador de crescimento económico e na progressiva auto-sustentabilidade das finanças públicas regionais objectivos fundamentais da sua acção.

A Lei de Finanças das Regiões Autónomas, constitui também um garante de estabilidade orçamental e de financiamento das despesas de investimento indispensáveis ao prosseguimento do processo de convergência da economia da Região com as economias nacionais e europeias, sendo indispensável continuar a pugnar pela rápida transferência dos 93 milhões euros em falta derivado da incorrecta aplicação da fórmula do cálculo das transferências do Orçamento do Estado.

As receitas provenientes da União Europeia deverão manter, no mandato do IX Governo Regional, um peso relativo constante no financiamento do investimento da Região, potenciando-se as vantagens comparativas decorrentes do excelente nível da execução do III QCA, assegurando-se um reforço do peso relativo da Região no âmbito da distribuição nacional dos fundos estruturantes referentes ao período 2007/2013.

A maximização do aproveitamento das oportunidades da nova regulamentação comunitária específica para as RUP's, designadamente decorrentes da comparticipação nos "sobrecustos" derivados da ultraperificidade, permitirá também reforços a importância das verbas provenientes da União Europeia na estrutura Orçamental Regional.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No âmbito da nossa política de rigor orçamental e de incremento do investimento, o relacionamento com o Poder Local assume uma significativa importância.

De facto, a aposta na cooperação técnico-financeira com as autarquias deve continuar, de modo a permitir uma resposta mais célebre aos problemas com que as mesmas se debatem, dignificando o Poder Local democrático, no respeito mútuo que sempre deverá existir entre os órgãos com competências e atribuições próprias.

O Governo Regional ao ter criado, no âmbito do PRODESA, um eixo próprio para as autarquias, revelou estar atento a esta realidade, à relação de proximidade dos autarcas com as populações que servem, permitindo o desenvolvimento de projectos de investimentos feitos com regras claras, assumindo com transparência a cedência às autarquias de 178.226.000 Euros de fundos estruturais e consequentemente abdicando da sua utilização directa, situação inédita e sem precedentes em qualquer outra Região do País.

Continuamos disponíveis e interessados em prosseguir políticas de cooperação que potenciem o desenvolvimento local e regional, em celebrar parcerias com as autarquias locais, através de contratos de colaboração, para a realização de investimento da competência da administração regional, numa política integrada de criação de sinergias e de potencialização do investimento.

Continuaremos, igualmente, a desenvolver políticas de dignificação do papel das Juntas de Freguesias, cujo processo de informação ocorreu com os Governos do Partido Socialista, através do apoio à aquisição ou melhoramento dos seus edifícios sede e dos equipamentos que garantam a sua funcionalidade.

O Governo Regional não discriminou, nem irá discriminar, qualquer autarquia da Região que com ele queira colaborar, que com ele queira trabalhar.

Assim, exista vontade por parte dos responsáveis do Poder Local, pela nossa parte, as portas estarão sempre abertas...

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A Administração Pública Regional congrega cerca de 16% da população activa da nossa Região.

Os Governos do Partido Socialista, cientes que só se pode exigir qualidade e motivação no trabalho quando existe estabilidade profissional, regularizou a situação de mais de 1.400 trabalhadores da Administração Regional, permitindo a sua integração e consequente estabilidade profissional.

De igual modo, a implementação do complemento de pensão e da remuneração complementar permitiu aos funcionários e agentes da Administração Pública Regional uma compensação relativa aos custos decorrentes da insularidade.

Estas medidas revelam bem a diferença de postura entre este Governo e os outros governos conhecidos.

Para nós, um funcionário público não é um custo, mas um investimento, nem pode ser o objecto privilegiado de críticas de quem entende ser o sector público a raiz de todos os males. Ele é, pelo contrário, um parceiro imprescindível na aposta que estamos a desenvolver que estamos a desenvolver de modernização e desburocratização dos serviços.

No âmbito da modernização administrativa, peça fulcral para uma maior aproximação entre o cidadão e a administração, merece destaque as medidas implementadas e em desenvolvimento da disponibilidade de pareceres jurídicos on-line, da gestão electrónica de correspondência e do incremento das novas tecnologias da informação e do conhecimento em todos os serviços.

Neste âmbito, é primordial a aposta na qualificação e na formação dos funcionários e agentes da Administração Pública Regional, bem como na promoção de uma cultura administrativa assente no princípio da desburocratização e da proximidade com os cidadãos.

Importa, igualmente, potenciar uma política de gestão racional de emprego, bem como garantir uma avaliação de desempenho e uma responsabilização assente em objectivos definidos e em resultados alcançados.

Daí o propósito do Governo Regional em elaborar um Plano Regional para a Promoção da Qualidade nos Serviços Públicos, para toda a Administração Regional, para além da necessidade de se estabelecer parcerias com o sector privado, contribuindo dessa forma para uma maior racionalidade na gestão dos recursos humanos.

A Administração Pública Regional tem de ser entendida como uma entidade vocacionada particularmente para servir os cidadãos e a comunidade, e não para se fechar sobre si própria. O utente terá que ser visto como o objecto e destinatário final da actuação da Administração, através da prestação de um serviço com qualidade, ágil e célebre na resposta ou na resolução dos problemas.

A nossa aposta neste domínio é bem clara, sendo o desenvolvimento e alargamento do âmbito de competências da Rede Integrada de Apoio ao Cidadão – RIAC um objectivo estruturante da nossa actuação.

É nosso propósito, até ao final da presente legislatura, implementar Postos de Atendimento ao Cidadão em todos os Conselhos dos Açores, que ofereçam um leque alargado de serviços e de informações ao cidadão, concentrando, em locais próximos de cada localidade, estruturas com capacidade de resposta imediata às necessidades dos utentes da Administração Pública Regional.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ao findar esta minha intervenção, gostaria de reafirmar e reforçar o empenho do IX Governo Regional em prosseguir uma política de desenvolvimento sustentado, com equilíbrio e rigor nas contas públicas, através de uma política de racionalização das despesas correntes que permita a libertação de mais fundos para investimento.

O empenho em garantir a correcta aplicação da Lei de Finanças das Regiões Autónomas de forma à Região ser ressarcida da dívida que para com ela tem o Governo da República.

A aposta continuada na cooperação e colaboração com o Poder Local, potenciando novos investimentos.

O empenho em modernizar a Administração Pública, tornando-se mais ágil e aproximando-a mais do cidadão, quer através da formação e qualificação dos seus funcionários e agentes, quer através do incremento do Programa RIAC.

Esta nova etapa que hoje se inicia conta, garantidamente, com o apoio da grande maioria dos Açorianos. No entanto, temos consciência de que não seremos os únicos detentores da verdade e, por isso, continua o Governo Regional aberto a todos os que com ele queiram colaborar, apresentando sugestões, propondo alternativas e contribuindo para o aperfeiçoamento disponível dos documentos apresentados.

E, nesse aspecto, as senhoras e senhores deputados têm um papel extremamente importante. Não entendemos, por isso, as intenções de alguns que, mesmo antes deste debate, mesmo antes de propor o que quer que seja, já declaravam o seu voto negativo a este programa do Governo, alegando que o mesmo não corresponde um “projecto de sociedade para os Açores”.

**Deputado Renato Leal (PS): Muito bem!**

**O Orador:** Lamentamos que assim seja, mas cada um deverá responsável pelos seus actos e os açorianos já revelaram, por diversas vezes, o que pensam dessa forma de fazer política.

Sei, e disso tenho consciência, que existe muito trabalho pela frente, que existem muitos desafios a vencer.

Mas, a estes desafios, o IX Governo Regional diz presente.

Porque, acima de tudo estão os Açores.

E nós vamos continuar a mudar os Açores para melhor.

**Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Muito bem!**

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(\*) **Deputado António Marinho (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria apenas tecer duas ou três considerações muito rápidas em relação à intervenção do Sr. Vice-Presidente do Governo e, no fundo, em relação às áreas que tutela a partir de agora.

Quanto às contas regionais de 2002 e do significado de alguns dos valores nelas constantes, deixaremos os comentários que gostaríamos de tecer, em relação a essa matéria, para daqui a mais a algum tempo.

Para já, queríamos tecer aqui algumas considerações muito concretas. Uma delas será uma lembrança, ou talvez uma informação, não sei bem como é que receberá aquilo que vou dizer neste momento.

É sabido que a execução do Orçamento de Estado é conhecida mensalmente por volta do dia 15 do mês seguinte, através de um boletim de execução orçamental que a Direcção Geral do Orçamento põe à disposição do público em geral, inclusivamente através de um site que possui na Internet.

Quando há pouco o Sr. Vice-Presidente referiu a questão da transparência em relação a outras matérias, eu gostaria de perguntar por que motivo o mesmo tipo de situação não acontece em relação ao Orçamento da Região Autónoma dos Açores?

Por outro lado, gostaria de ter uma palavra de esperança – estamos num período natalício. Será que vamos ter essa prenda por parte do Sr. Vice-Presidente já a partir do imediato, ou pelo menos a partir de Janeiro de 2005, para que possamos acompanhar a execução do Orçamento, o que nos está vedado quase em absoluto?

A segunda questão relaciona-se com a questão da dívida pública regional.

O montante da dívida pública regional, porque tem constituído talvez um enorme enigma, tem sido objecto de inúmeras e diferentes leituras, de inúmeras e diferentes interpretações.

Nesse sentido, pensamos que nada melhor do que um responsável novo nesta pasta das finanças regionais para responder às questões deste foro, isto porque provavelmente, ou seguramente, diria eu, já se informou junto do seu staff para melhor se identificar com a realidade que vai ter que lidar a partir deste momento.

Daí que se coloquem três ou quatro questões, todas elas agregáveis e que são extremamente objectivas.

Gostaríamos que o Sr. Vice-Presidente nos informasse qual o ponto de partida deste Governo, em termos de dívida pública, aquilo que tem neste momento, no momento em que assumiu funções, nas suas diferentes formas.

A outra questão já foi colocada pelo meu colega, Deputado José Manuel Bolieiro. Qual o verdadeiro montante do défice do sector da saúde nos Açores?

Quais as estimativas de dívida acumulada no final do presente exercício, no final do presente ano, decorrente das actividades das mediatizadas sociedades anónimas, mais ou menos recentemente constituídas, a saber: SAUDAÇOR, a Sociedade Gestora de Participações Sociais, relativa aos portos, e a SPRHI?

Uma vez que o próprio Programa do Governo prevê transformar o IROA em sociedade anónima, qual a estratégia de financiamento que se prevê seguir nessa nova sociedade?

Quais os montantes estimados que irão decorrer das tão faladas SCUTs, no imediato e nos anos em que a factura vai começar a pesar?

Uma última questão relativa ao PRODESA.

Para quando se prevê o encerramento do PRODESA e qual a quota parte destinada às autarquias locais dos cerca de 50 milhões de euros que resultaram da reprogramação recentemente efectuada?

Muito obrigado.

**Deputado José Manuel Bolieiro e Pedro Gomes (PSD):** *Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

**(\*) Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, permita-me agradecer as perguntas colocadas.

Em relação à transparência da execução do Orçamento e do Plano da Região, com certeza, porque é novo nesta Casa, ainda não teve oportunidade de saber o mesmo.

O relatório de execução trimestral é enviado a esta Assembleia e consequentemente aos Srs. Deputados. Portanto, terá periodicamente conhecimento da execução exacta, quer seja do Orçamento da Região, quer do Plano, no que diz respeito às componentes do ponto de vista de receitas e de despesa.

Se quer uma notícia antecipada, posso dizer-lhe que são excelentes as notícias do ponto de vista de execução, de contenção das despesas de funcionamento da Administração Regional, que este ano terão um crescimento provavelmente inferior a 2%, ou seja, inferior inclusivamente à taxa de inflação e têm um nível de execução no próprio Plano extremamente elevado numa perspectiva global.

Portanto, com certeza que periodicamente terá essas informações através da remessa que será feita a esta Assembleia, mas adianto desde já que terá excelentes notícias sobre a saúde financeira da Região e o seu nível de investimento.

**Deputado António Marinho (PSD):** Esperamos para ver!

**O Orador:** Em relação à dívida pública regional, como sabe, nós vamos entrar no terceiro ano onde, através da Lei de Estabilidade Orçamental, a Região está proibida de contrair qualquer endividamento.

Neste contexto, o volume de dívida da Região é o mesmo que era a 3 de Outubro de 2002, ou seja, 275 milhões 032 mil.

**Deputado António Marinho (PSD):** Directa ou indirecta?

**Deputado Alberto Pereira (PSD):** Toda a dívida!

**O Orador:** Ou seja, nos últimos três anos, toda a estrutura de financiamento, quer do investimento público, quer do funcionamento, tem sido realizada, única e exclusivamente, através do recurso a receitas fiscais, a receitas patrimoniais, às transferências do Orçamento de Estado e às transferências da União Europeia.

Como referi ainda há pouco na minha intervenção, lembrava-lhe que no período do último governo do Partido Social Democrata, entre 93 a 96...

**Deputado Alberto Pereira (PSD):** Ainda?!

**Deputado Mark Marques (PSD):** Isso é uma doença!

**O Orador:** ... foi necessário recorrer ao endividamento, ao aumento da dívida pública, para pagar 52,3% do investimento que efectuaram, enquanto que neste momento o nosso investimento efectuado duplicou em relação a essa altura e o nosso recurso ao aumento do endividamento é zero. É esta a realidade, é esta a diferença e este é que é o rigor das contas públicas.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

Em relação a uma questão que, pelos vistos, demonstra-vos algum interesse e é bom que assim o seja, e que se prende com a situação das sociedades que foram criadas e que estão a ser geridas com capitais, eu acho interessante a vossa preocupação sobre essas sociedades, quando o vosso modelo de desenvolvimento para a região era, único e exclusivamente, aumentar e multiplicar sociedades de desenvolvimento com características idênticas.

**Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro):** Muito bem!

**O Orador:** Estão agora a preocupar-se com uma, quando queriam fazer 10. É essa a nossa diferença.

**Deputado Alberto Pereira (PSD):** Que grande confusão!

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Está a começar bem!

**Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César):** Por isso é que eles são PSD – Partido das Sociedades Desenvolvidas!

**O Orador:** Mas respondo concretamente à vossa questão, que sei que vos preocupa.

Como referi, a região não tem, neste momento, em relação a essas empresas, do ponto de vista contabilístico directo, qualquer dívida directa.

Assumi, aliás, num montante muito inferior ao montante aprovado nesta Assembleia. Eu lembrava que esta Assembleia Legislativa Regional – quem esteve cá nos mandatos anteriores e no último ano lembra-se perfeitamente disso – aprovou o Decreto Legislativo Regional 3/2004, de 28 de Janeiro, onde permitiu ao Governo Regional um plafond para 2004 de avals, num montante de 175 milhões de euros, que o Governo Regional não utilizou na sua globalidade.

A questão fundamental nesta matéria é, em primeiro lugar, referir que um aval não é, de maneira nenhuma, uma dívida. Um aval é, única e exclusivamente, uma garantia.

Dizer que, no fundo, a existência de um aval é dívida da Região é uma total falsidade e uma incorrecção técnica.

**Deputado Alberto Pereira (PSD):** É dívida indirecta, que se não for paga passa a directa!

**O Orador:** Digo-vos mais. A Região tem uma lista de avales concedidos reduzida, mas curiosamente mais de metade dos avales sobre os quais a Região ainda tem responsabilidade, são do tempo dos Governos do PSD, conforme está aqui demonstrado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** Sei que o tempo é curto, mas posso citar-lhe, um por um, os avales contraídos no tempo do PSD, mas que curiosamente não têm, até agora, implicado qualquer responsabilidade financeira por parte da administração regional, ...

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Por isso é que uns implicavam e os outros não!

Há os avales bons e os maus!

**O Orador:** ... porque, como sabe, todos os avales realizados, tal como estes que estão a ser realizados agora, têm, única e exclusivamente, uma função de garantia final, após a obtenção dos recursos, após a obtenção do património e consequentemente não de maneira nenhuma uma dívida nem deve ser contabilizado para efeito de dívida, nem directa nem indirecta. Isso é uma falsa questão e sobre esta matéria estamos muito melhor do que no passado.

Em relação à questão do IROA e à sua possível e futura transformação em sociedade que permitirá...

**Presidente:** Sr. Vice-Presidente, faço um apelo à sua capacidade de síntese.

**O Orador:** Termino, rapidamente. Mas parece que estes senhores estão um pouco nervosos.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Nervosos?! Não somos nós que estamos a falar do passado!

**O Orador:** Por isso, se calhar, é melhor esperarmos um pouco para eles se acalmarem. Quando se calarem, continuarei.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Aqui não nos calamos... fazemos silêncio!

**O Orador:** Em relação ao IROA, a sua transformação em sociedade anónima poderá e deverá ser um veículo fundamental de reforço do investimento nas estruturas de apoio à agricultura e terá obviamente, além dos recursos próprios, a obtenção de fundos comunitários e a possibilidade de ser afecto, em termos patrimoniais, alguns recursos florestais.

Penso que com isso respondo às suas perguntas.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** E a dívida da saúde?

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

**Deputada Carla Bretão (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Vice-Presidente:

Numa conferência de imprensa em Angra, durante a campanha eleitoral, o senhor, a par da definição de algumas prioridades para a Ilha Terceira, disse, ao estabelecer as mesmas, que iria “acentuar a centralidade da Ilha Terceira no contexto regional, dentro de uma lógica de progresso e de benefícios globais”.

Uma vez que não fez qualquer referência no seu discurso a esta questão, gostaria de saber se eventualmente mudou de ideias, ou então, se não mudou, em que políticas é que isto se irá concretizar e como?

Muito obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

(\*) **Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, gostaria de saudar o Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional por mais um mandato na presidência desta casa e desejar votos de sucesso.

Para todos os Srs. Deputados, em especial os mais novos, desejo também votos de sucesso para esta legislatura e um profícuo trabalho nos próximos 4 anos.

Ao Governo Regional, na pessoa do Sr. Presidente, o mesmo. Que o sucesso contribua para o desenvolvimento económico e social da nossa Região Autónoma.

Em relação à intervenção do Sr. Vice-Presidente, gostaria de dar um apoio às suas afirmações, no sentido de que a política do Governo Regional continue com rigor orçamental no próximo futuro como foi no passado.

Esse rigor orçamental da Região Autónoma dos Açores, com deficits zero nos últimos dois anos, levou ao crescimento económico da nossa região e à convergência com a média nacional e com a média europeia.

Relativamente ao Sr. Deputado António Marinho que está preocupado em conhecer as contas da Região dia a dia, acho que foi forte demais dizer que o desconhecimento é quase nulo, quando nós temos os relatórios trimestrais.

Por agora ficava por aqui, porque tenho uma intervenção de tribuna.

**Deputado António Marinho (PSD):** O problema é quando! Não vamos ter conhecimento de três anos de apoio!

**O Orador:** O relatório é trimestral, nunca é três anos mais tarde. Eu tenho aqui o do último trimestre. O próximo ainda não posso ter.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente.

(\*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Pegando na abordagem final e reforçando esta questão, os relatórios trimestrais são concluídos poucos dias após a conclusão do trimestre e, com certeza, como compreenderá, o quarto trimestre ainda não acabou, mas em Janeiro terá obviamente esse relatório pormenorizado dessa execução.

**Deputado António Marinho (PSD):** O Orçamento de Estado. No dia 15 tivemos o do mês passado!

**Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César):** Eles não têm mais nada que fazer!

A gente depois põe na página de jornal!

**O Orador:** Em relação à questão levantada pela Sra. Deputada Carla Bretão...

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** E a dívida da saúde?

**O Orador:** Eu já vou lá. Tenha calma porque chegamos sempre ao bom porto.

... no que concerne a questões relacionadas com o eventual reposicionamento de uma ilha ou de outra em determinado contexto, obviamente, se me permite, não são questões para serem abordadas no âmbito da discussão do Programa do Governo da Região Autónoma dos Açores, que tem como grande ideia e fundamentação a existência de um desenvolvimento sustentado e harmonioso de toda a Região e não uma discussão assente em questões apenas localizadas.

**Deputada Maria José Duarte (PSD):** Que grande desculpa!

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Incomoda!

**Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César):** É para fazer e com a minha ajuda!

**O Orador:** É essa a grande riqueza deste documento e desta estratégia.

Em relação à questão tão asseada e desejada da situação da SAUDAÇOR gostaria de dizer que a situação objectiva e real, do ponto de vista do Serviço Regional da Saúde, é incomparavelmente melhor do que aquela que se verifica na Madeira, onde existe apenas duas ilhas...

**Deputado António Marinho (PSD):** Qual é?

**O Orador:** ... com estruturas de saúde (aqui somos nove) e também comparavelmente melhor do que aquela que acontece no Continente.

**Deputados António Marinho e Alberto Pereira (PSD):** Qual é?

**O Orador:** Mas se a questão é saber, exactamente, quais são as despesas ainda não liquidadas no âmbito do funcionamento do Serviço Regional de Saúde, no âmbito da SAUDAÇOR, a resposta é clara: a dívida líquida é 62 milhões 558 mil euros.

Aliás, se estão preocupados com isso, também deviam estar preocupados e deviam ajudar a contribuir para a melhoria desta situação, com a dívida dos subsistemas e com a dívida do Serviço Nacional de Saúde.

Se querem ajudar a contribuir para a melhoria do financiamento do Serviço Regional de Saúde, a vossa contribuição neste sector é fundamental e muito importante.

**Deputado Osório Silva (PS) e Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro):** Muito bem!

**Presidente:** Não havendo mais inscrições para este debate, tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado José Rego.

**Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sendo esta a primeira vez que subo a esta tribuna no início desta VIII Legislatura, gostaria de cumprimentar e saudar, em primeiro lugar, o Sr. Presidente da Assembleia.

Esta saudação é também extensível a todos os Srs. Deputados e em especial aos novos que, pela primeira vez, tomam assento no Parlamento e também a todos os membros do IX Governo Regional.

Estamos hoje a discutir o Programa do IX Governo Regional, o mesmo que o Partido Socialista submeteu aos açorianos nas eleições legislativas realizadas no passado mês de Outubro, sob o lema de “Continuar a Mudar os Açores para Melhor”.

Nestas eleições o Partido Socialista obteve uma vitória clara e expressiva, da qual resultou uma ampla maioria que neste parlamento será a voz dos anseios de todos os açorianos e pugnará pela sustentação financeira e socio-económica do modelo autonómico que este partido implementou nos Açores com os VII e VIII Governos, nos últimos 8 anos através de políticas que contribuíram para o bem-estar dos açorianos e para a consolidação da Autonomia Política dos Açores.

Os açorianos contam com o Partido Socialista para um novo ciclo de desenvolvimento e progresso na senda dos últimos anos que tem levado à convergência com as médias Nacional e da União Europeia.

A nossa trajectória de desenvolvimento alterou-se desde 1996 de forma significativa.

Hoje vive-se melhor nos Açores! Os indicadores macroeconómicos disponíveis não permitem outra ilação.

Os Açores em 2002, pela 1.<sup>a</sup> vez deixaram de ser a última região do país em PIB per capita.

Em 2002, a taxa de crescimento do PIB dos Açores foi de 3,7%, enquanto a nacional cresceu 0,4% e a da União Europeia 0,8%.

Estes valores reflectem mais um ano de notória convergência da economia regional com a média nacional e com a média da União Europeia. Desde 1998 que os Açores crescem mais que a União Europeia e desde 1999 que crescem mais que o conjunto do país.

O Produto Interno Bruto Regional por habitante passou de cerca de 75% da média nacional em 1996 para 82% em 2002, a mesma percentagem que a região Centro e sobrepõe-se à região Norte, com mais dois pontos.

Importa lembrar o percurso que a Região tem feito no que concerne à convergência: em 95 e 96 estávamos a 10 pontos do Norte, a 7 do Centro e a 11 do Alentejo. Com os dados de 2002, a Região Autónoma do Açores ultrapassa o Norte em 2 pontos, fica em igualdade com a região Centro e a 5 pontos do Alentejo, recuperando assim, neste período 12 pontos para o Norte, 7 pontos para o Centro e 6 pontos para o Alentejo.

A taxa de desemprego baixou de 7,9% em 1995, para valores abaixo de 4%, tendo atingido o mínimo histórico de 2%, no primeiro trimestre de 2003. Os Açores vivem com uma taxa de desemprego abaixo de 4% há cerca vinte e dois trimestres consecutivos. A taxa nacional situa-se nos 6,8%.

As taxas de actividade e de emprego têm vindo aumentar de forma significativa nos Açores, no 3.º trimestre deste ano eram de 45,6% e de 66,3% respectivamente. Para esta última taxa a Cimeira de Lisboa sobre Competitividade e Emprego apontou 70% como meta para União Europeia em 2010. O aumento constante da taxa emprego, pela entrada contínua de pessoas no mercado de trabalho, permite-nos concluir que esta se fará sentir no PIB de 2003 e 2004.

Poucas regiões ou países se podem orgulhar de viver em tal situação.

Muitos espaços económicos nunca a experimentaram.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo: A Lei das Finanças das Regiões Autónomas, uma das bases do modelo económico da Nova Autonomia, implementado pelo Partido Socialista e um dos marcos decisivos na História da nossa Autonomia, deu início a um novo ciclo de desenvolvimento e progresso. Como lei-quadro que é relativamente à fiscalidade, conferiu à Região, pela primeira vez na sua história autonómica, poderes em matéria fiscal e daí que se tenha possibilitado, logo de seguida, a baixa de impostos e que tenha permitido, também, um maior conhecimento das receitas fiscais que, por lei são da Região.

Esta nova situação veio desencadear um processo que não está perfeitamente concluído. Ainda há recomendações de um grupo de trabalho técnico, constituído, no âmbito do Ministério das Finanças, que incluiu técnicos da Região Autónoma dos Açores e da Madeira, para um mais rigoroso apuramento das suas receitas fiscais.

Rigoroso apuramento este que já está identificado, mas cujo pagamento, que nos é devido, não está ainda integralmente realizado.

Assim, o volume de transferências para 2005 não é o esperado, porque ainda falta rever acertos de anos anteriores. O Governo da República, na quantificação que está a fazer às transferências do Orçamento de Estado ao abrigo dos artigos 30.º e 31.º da Lei da Finanças das Regiões Autónomas, não está a fazê-lo da maneira mais correcta, porquanto considera a taxa de crescimento da despesa corrente do Estado, em moldes que não são os correctos uma vez que não utiliza o quadro aprovado pela Assembleia da República mas um outro constante do Relatório do Orçamento de Estado em que não entra desde logo a dotação previsional do Ministério das Finanças.

A Região tem reivindicado desde 2002, estes acertos, hoje montam a cerca de 130 milhões de euros e o Sr. Vice-Presidente já fala e, 140; a proposta de correcção foi feita novamente aquando da discussão do Orçamento de Estado para 2005 e propunha-se que o seu pagamento fosse faseado entre 2005 e 2008, não foi este o entender da maioria actual da Assembleia República, porque chumbou uma proposta neste sentido feita pelos Deputados Socialistas.

Quando há pouco o Sr. Deputado do PP referia que estava disposto a colaborar, lembro-lhe que na semana passada os seus deputados votaram contra essa proposta apresentada pelos Deputados do Partido Socialista.

**Deputado Paulo Gusmão (PP):** Ainda não temos nenhum deputado eleito pelos Açores!

**O Orador:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A autonomia financeira que a Constituição da República Portuguesa reconhece às Regiões Autónomas exprime-se, nomeadamente, pela atribuição dos impostos cobrados na Região ou que com ela têm conexão. Apesar de, as revisões constitucionais, os Estatutos Político-Administrativos, e a Lei de Finanças das Regiões Autónomas terem vindo a aperfeiçoar os mecanismos de delimitação das receitas tributárias entre o Estado e as Regiões Autónomas, foi apurado, nos últimos anos, um significativo défice nessas transferências, responsável por significativas dificuldades na previsão e execução orçamentais.

Os Deputados do Partido Socialista na Assembleia da República apresentaram uma proposta ao Orçamento Estado de 2005 com o objectivo de o Governo da República ficar autorizado a tomar as medidas necessárias para assegurar o acesso das regiões autónomas dos Açores e da Madeira a toda a informação tributária disponível sobre os respectivos sujeitos passivos, nos termos da Lei de Finanças das Regiões Autónomas e do Estatuto Político-Administrativo de cada uma delas. Também foi entender da maioria actual da Assembleia da República que esta proposta não era válida.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo: Nos últimos três anos a Região, devido à Lei de Estabilidade Orçamental que suspendeu em parte a Lei das Finanças das Regiões Autónomas, viu-se impedida de recorrer ao endividamento. Para o próximo ano foi agora aberta uma possibilidade que não está regulamentada pelo Ministro das Finanças, mas que, tudo indica, irá permitir às Regiões Autónomas endividarem-se na componente regional que financia investimentos co-financiados por fundos comunitários. Esta medida irá dar um certo alívio às finanças regionais, porquanto todos os investimentos feitos com co-financiamento comunitário a Região poderá endividar-se nos 15%, que constituem a sua quota parte de financiamento.

Todavia, importa referir que nos últimos dois anos a Região tem vivido com Orçamentos equilibrados. Os Açores provaram que a consolidação das contas públicas não é sinónimo de recessão, continuando a ter crescimento económico e social.

A crise financeira a nível nacional, que fez com que o próprio país tivesse entrado numa recessão económica afectou também negativamente o relacionamento político e financeiro com a Região. Mas mesmo assim, e com os instrumentos financeiros que a Região possui, nomeadamente a Lei das Finanças das Regiões Autónomas conseguimos fazer com que os choques externos adversos

provenientes do Continente e da crise financeira aí vivida, e de uma maneira geral em toda a Europa e resto do mundo, não se fizesse sentir na sua plenitude na Região Autónoma dos Açores. Na realidade não se fizeram sentir, porque neste período de recessão nacional nós conseguimos, aqui nos Açores, sempre taxas de crescimento positivas, assim como prosseguimos o processo de convergência de desenvolvimento com as médias nacionais e comunitárias, o que é reconhecido pelos próprios relatórios da União Europeia.

Neste período, a Região Autónoma dos Açores foi das que teve maior crescimento a nível nacional e mesmo da União Europeia.

A Região tem condições para prosseguir no caminho do desenvolvimento e da convergência.

A Região apresenta um quadro de estabilidade financeira perfeitamente definido e com perspectivas de ser melhorado, as receitas fiscais da Região e as transferências do Orçamento de Estado, nos termos da Lei das Finanças das Regiões Autónomas cobrem hoje as despesas de funcionamento da Região. Se tivermos em conta ainda que os próximos fundos comunitários deverão ser claramente reforçados na sua percentagem em relação aos fundos nacionais, a Região pode contar para os próximos anos com um período de estabilidade, coesão e crescimento económico como se tem verificado nos últimos anos.

As verbas dos fundos comunitários do presente quadro comunitário acabaram por ser reforçadas. A decisão da Comissão Europeia identifica que os Açores estão no bom caminho na gestão dos fundos comunitários, valida a estratégia de desenvolvimento consignada no PRODESA, reconhece a capacidade de execução dos recursos comunitários, bem como o resultado do impacto no âmbito da convergência nacional e europeia resultante da aplicação dos mesmos.

Relativamente à coesão económica regional importa salientar a criação do Fundo de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico, instrumento fundamental para que o investimento público se faça sentir mais, onde há menos investimento privado. Com este Fundo espera-se fomentar o estabelecimento de parcerias públicas/privadas e a gestão de participações no capital social de empresas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A actividade económica regional continuou a revelar uma evolução muito favorável, de acordo com os dados disponibilizados pelo SREA, do 3.º trimestre de 2004, assente no comportamento positivo dos diferentes sectores de actividade e em aceleração relativamente aos trimestres anteriores.

No sector primário verificou-se uma evolução positiva na pesca descarregada, pelo crescimento do leite entregue nas fábricas, e pelo comportamento menos negativo no sector da carne. No sector industrial há a registar o aumento do consumo de energia, a maior taxa dos últimos trimestres, bem como o aumento de produção dos principais produtos lácteos. No sector da construção verifica-se o retorno a taxas elevadas do licenciamento, enquanto a venda do cimento, com uma evolução menos negativa, continua a dar sinais de recuperação. No sector do comércio e dos serviços, para além da taxa de aumento do consumo de energia, destaca-se a excelente actividade do sector do turismo e o comportamento bastante positivo na venda de veículos automóveis ligeiros.

Nesta intervenção não poderia terminar sem salientar a atenção que é dada no Programa do IX Governo Regional à captação do investimento externo, através de contactos directos e pela divulgação do “Guia do Investidor nos Açores”, já elaborado pelo VIII Governo Regional, de modo a que este vector da economia possa contribuir de forma mais incisiva em sectores em que a Região começa a possuir massa crítica e que em muito contribuirá para o desenvolvimento harmónico e sustentável dos Açores.

Disse.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** *Muito bem!*

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos interromper os nossos trabalhos para o almoço.

Antes disso, gostaria de divulgar os tempos disponíveis.

O Governo dispõe de 164.90 minutos.

O Partido Popular dispõe de 10.02 minutos

O Partido Social Democrata dispõe de 130.16 minutos.

O Partido Socialista dispõe de 215.03 minutos.

Estão suspensos os nossos trabalhos. Recomeçamos às 15 horas.

Bom almoço.

*(Eram 13 horas)*

**Presidente:** Boa tarde Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

**Deputado António Marinho (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em apreciação está um Programa que o Governo Regional pretende apresentar como de continuidade dos governos que nos últimos oito anos se responsabilizaram pela condução da política económica nos Açores. Na lógica do mesmo, os resultados obtidos, a maior parte das vezes dissociados de uma análise crítica e tão completa quanto seria desejável, são classificados de ímpares em relação a todo o período autonómico, levando à conclusão que se deve continuar a assumir a mesma prática desse passado próximo que, utilizando termos vendidos até à exaustão, “mudou os Açores”.

Em nosso entender, tal não se verificou, ainda que se tivessem registado algumas evoluções interessantes, aliás como seria natural que acontecesse, já que a maioria decorreu do andamento normal da actividade económica e teria, sem dúvida, ocorrido em qualquer contexto partidário de suporte à actividade governamental. Outras terão beneficiado de condições excepcionais de natureza financeira, algumas direccionadas para tapar “buracos” provocados por uma actuação deficitária em critérios de racionalidade ou até de duvidosa legalidade. Há, por isso, inúmeras insuficiências e erros a apontar às opções tomadas no decurso desses oito anos, o que justifica, aliás, que se tivesse apresentado um programa alternativo que, é bom lembrar, mereceu o apoio de mais de 38,000 açorianos.

Aliás, é interessante constatar que um dos princípios valorizados no Programa se relaciona com o rigor a associar à gestão das finanças públicas regionais, questão que, obviamente, deveria ser uma premissa e não algo que merecesse destaque como bandeira de um Programa de Governo. No entanto, talvez essa seja uma questão que deriva de um complexo de quem tem também na memória os “estrágos” causados pela “tempestade” despesista do Governo da República no período de 1995 a 2002.

Mas como a linha essencial do Programa é a de continuidade das opções assumidas nestes últimos anos, vejamos então a que conduziu a política económica seguida desde 1996 e que, pelos vistos, se pretende prosseguir nos próximos anos.

Um episódio recente servir-nos-á como ponto de partida.

Na semana passada, o Governo Regional congratulou-se, com exuberância, com a notícia de que os Açores tinham deixado de se posicionar como a região mais pobre do país em 2002. Um acontecimento que, sem mais considerações, merece manifesto consenso na forma positiva como pode ser recebido.

Mas não existirão comentários adicionais a fazer? Será que se atingiu uma posição invejável em relação a qualquer outra região portuguesa ou da União Europeia? Decorrerá esse facto dos méritos da política económica seguida na realidade açoriana nos últimos anos, ou também se deve a um andamento mais desfavorável na região continental ultrapassada pelos Açores entre as Contas Regionais de 2001 e as de 2002? E não será também verdade que, face aos volumosos meios financeiros de que a Região beneficiou nos últimos oito anos, seria uma obrigação que o processo de convergência se processasse a um ritmo bem superior?

Com efeito, não basta apenas que a região Norte tenha sido ultrapassada. A verdade é que em seis anos de governação, os que mediam entre a tomada de posse do primeiro governo socialista e o ano com resultados agora divulgados, o PIB per capita passou de 75% da média nacional para 82%, traduzindo uma recuperação média anual de cerca de um ponto percentual e permanecendo distante do nível médio do país ou de regiões com características semelhantes, como a Madeira, em que o mesmo indicador atingiu 117%. Verdade é também que em 1974 o mesmo indicador se situava em

43%, o que nos faz concluir que até 1996 a convergência se processou a um ritmo bastante mais significativo, assente numa recuperação média de 1.5 pontos percentuais em cada ano.

Acresce ainda que, na pronta comunicação e comentário do Governo Regional feitos às Contas Regionais de 2002, ficaram por destacar outros dados, que não podem considerar-se despidiendos, também apresentados naquelas. O nível de produtividade é, certamente, aquele que mais poderia e deveria ter sido valorizado, até porque se revela determinante na avaliação da capacidade de crescimento de uma economia. Nesse caso, infelizmente, a Região não largou, como aconteceu na capitação do produto, o extremo inferior da tabela das regiões portuguesas. Os Açores continuam a observar o valor mais desfavorável a nível nacional, correspondente a 82% da média, revelando, portanto, um desfazamento de 18%, uma percentagem que a Região já atingia nos idos de 1996, logo antes de o primeiro dos governos socialistas tomar posse. Ou seja, em seis anos nada se transformou nessa matéria, e a Região, afinal, continuou a revelar as mesmas carências que tinha nessa altura, já para não falar das quebras que levaram esse indicador a 79% da média nacional em 1998 e 1999, ou de nova comparação com a Madeira, que em 2002 ultrapassou em 12% a média nacional.

Mas impõe-se também falar do cenário provavelmente pouco favorável dos anos de 2003 e 2004. Ou seja, avaliar em que medida o abrandamento que abalou a generalidade das economias mundiais pode ter atingido os Açores, já que só alguma ingenuidade, ou algum propósito pouco claro, poderia levar a que se considerasse que uma economia dependente e com defesas de reduzida consistência pudesse escapar a um fenómeno que atravessou o Mundo, quando as principais economias do Globo a ele não conseguiram resistir.

Para o Governo Regional, contudo, a Região manteve-se imune a tais problemas, qual oásis no seio da economia mundial, e tudo não passou de um fenómeno que não chegou a estas ilhas. Se apenas se tivesse em conta o que é veiculado pela máquina publicitária oficial, incluindo os serviços estatísticos tutelados pelo Governo Regional, neste caso com uma séria reserva quanto à razoabilidade de que esse seja um recurso que possa ser utilizado na luta política, até pela mensagem desfazada da realidade que transmite aos agentes económicos, ...

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** ... provavelmente seríamos tentados a dizer que os Açores passaram ao lado da crise. Mas não é verdade, ...

**Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César:** O senhor foi ler o Jornal?

**O Orador:** ... e os próprios dados oficiais o desmentem, ainda que nos panfletos redigidos pelo SREA se pareça estar a comentar uma realidade contraditória com os números que se apresentam “bem ali ao lado”, ou se revele um desajustamento, por vezes chocante, com o discurso dos responsáveis sectoriais do Governo.

Efectivamente, 2003 e 2004 foram de quebra na generalidade dos sectores económicos, não augurando grande futuro para os indicadores globais para a economia açoriana nesse período, ainda que possa ter-se mantido a posição de segunda região mais pobre do país, dado que a situação de crise também deve ter assolado aquela que passou para a “mó mais baixa” em 2002.

Com breves referências, passemos os olhos sobre as evoluções sectoriais mais recentes.

No sector primário, a entrega de leite nas fábricas, com excepção de uma estagnação episódica no primeiro trimestre deste ano, sucedem-se as quedas desde o início de 2003. Descida persistente é também o que se verifica desde meados de 2003 no gado bovino abatido. Na exportação de gado o cenário é também de quebra, a maior das quais chegou a 52%, no segundo trimestre deste ano. Na pesca descarregada, já com reduções em 2004, o ano de 2003 foi de subida significativa em volume, embora traduzida numa descida de 1% em valor.

Na construção o problema é mais antigo, com a dinâmica construtiva efectiva a evidenciar descidas desde meados de 2002, tendência de descida que é também confirmada pela evolução negativa da oferta de cimento desde o segundo trimestre de 2003. A perspectiva de evolução futura do sector não é também a melhor, já que desde Abril de 2003 se iniciou a descida nos licenciamentos de obras, situada em 26.8% a meio do presente ano.

A actividade comercial não vai igualmente bem, decorrendo o sentido de descida desde o início de 2002. A venda de veículos automóveis confirma a mesma conclusão, com quebras que já se

situaram acima de 30%, extensivas aos veículos comerciais, o que permite constatar problemas no investimento empresarial.

Na actividade turística, desde 2002 que a oferta cresce bastante mais do que a procura. O crescimento acima de 20% de 2004 tem, por isso, de responder, não só ao aumento das camas já verificado no presente ano, mas também de compensar o fraco crescimento dos anos anteriores.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** O que é que aconteceu no Continente?

É preciso ter lata!

**O Orador:** Só assim pode evitar-se o decréscimo das taxas de ocupação, que nos primeiros nove meses do ano se ficaram por 40%, para que seja assegurado retorno suficiente aos volumosos investimentos privados desencadeados. Para isso, é imprescindível um trabalho intenso e cuidado no domínio da promoção da Região, uma área que tem merecido, inexplicavelmente, um tratamento a “reboque” quando deveria ser pro-activo.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Muito bem!

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Reveja o passado!

**O Orador:** E quanto à bandeira da baixa taxa de desemprego? Não queremos ainda falar da aderência dos dados oficiais à realidade sentida no dia a dia. Deixaremos para altura mais oportuna. Mas que conclusão retirar da evolução verificada entre os 2% do primeiro trimestre de 2003 e os 3.8% (praticamente o dobro) de Setembro último? Naturalmente, a de que é evidente que a quebra na actividade económica está a exercer uma influência negativa visível nesse domínio.

De passado, mais ou menos próximo, estamos falados. Só a benevolência, ou talvez uma estratégia de “marketing” bem architectada, poderia transmitir uma ideia paradisíaca para uma realidade que os dados, oficiais, convém dizer, mostram estar em queda.

Perante tudo isso, temos um Programa de Governo que pretende manter a postura até aqui adoptada. Do mar de generalidades e intenções óbvias no mesmo contidas, tentaremos fazer os destaques possíveis.

Sabendo-se que a exiguidade do mercado interno não permite a absorção desejada para a produção regional, seria de esperar que o Programa de Governo contemplasse um conjunto de medidas bem definidas na promoção dos produtos regionais no exterior ou na intensificação de missões empresariais, quer para regiões insulares com debilidades idênticas mas diferentes especializações produtivas, quer para outras em que a ligação com os Açores está mais solidificada. A superficialidade da abordagem, no entanto, induz-nos fortes dúvidas em relação às reais intenções de apoio ao sector privado com vertente exportadora.

O capítulo relativo ao turismo mantém o mesmo tratamento superficial. As poucas propostas mais concretas, como é o caso do turismo de cruzeiros, revelam-se de reduzido impacto para potenciar maiores níveis de ocupação. Mesmo duas das áreas fundamentais nesse domínio, a promoção da Região e a formação profissional, esta com especial importância para a necessária melhoria qualitativa do sector, ficam-se, também, por uma abordagem sumária e sem inovação, o que mantém a incógnita em relação à garantia de rentabilidade dos investimentos efectuados, uma penalização que coloca em causa o contributo futuro dos privados para o desenvolvimento do sector.

As medidas previstas para os sectores comercial e industrial são também vagas e insuficientes no contexto de um Programa de Governo. Aliás, esse é um mal que se generaliza a todo o documento. Reduzida novidade, opções óbvias e boas intenções, grande parte das quais se adivinha que ficarão, mais uma vez, no papel, como ficou claro com os últimos planos anuais, sempre apelidados como os “maiores de sempre”, mas que se quedaram por execuções, invariavelmente, de apenas 75%.

Quanto à construção civil e obras públicas, aparte a questão financeira do projecto das SCUT’S para São Miguel, que a seu tempo se pretende ver totalmente esclarecido, a exiguidade de intenções manifestadas junta-se à apologia de um sector que “tem granjeado um crescimento sem igual nos Açores, fruto de um forte e consistente investimento público e privado”. O espanto foi a única reacção que pudemos esboçar perante esta passagem do Programa de Governo. O que diz tudo, se atentarmos no que se passa desde 2002!

No apoio ao investimento, aqui estaremos para contribuir para a revisão dos sistemas de incentivos, embora também a estreiteza de ideias avançadas não nos permita ficar com uma percepção clara das novidades a introduzir. Por outro lado, ficam dúvidas se é desta vez que vão ser envidados esforços

para a atempada regularização dos incentivos aprovados, ou se vai permanecer a eternização dos pagamentos que coloca em causa o necessário planeamento financeiro das empresas.

**Secretário Regional da Economia (Duarte):** Qual pagamento das empresas?

São todas pagas a 30 dias. Não há pagamentos em atraso!

**O Orador:** Uma palavra especial para o Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico. Certamente que não é o modelo que apoiamos, e ficou também claro que a nossa filosofia é diferente e assenta em critérios de maior racionalidade. No ponto em que se refere a sua criação, contudo, uma questão nos assusta. A de que se pretende “participar no capital social de empresas privadas mediante critérios claramente definidos e aprovados em Assembleia Legislativa”. Esperemos que sejam mesmo “claros” e que as propostas apresentadas a este Parlamento sejam suficientemente esclarecedoras, não enformando de um tratamento pela “rama” que permita ao Governo uma actuação “descansada” na análise e decisão das referidas participações.

Finalmente, as finanças públicas. A intenção de rigor, obviamente, merece todo o nosso apoio, embora, como já referimos, nos pareça desusado o destaque que lhe foi dado, mais parecendo ter sido um dos principais problemas do governo antecedente.

**Deputados Clélio Meneses e Jorge Macedo (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Ficam também fortes e continuadas dúvidas em relação aos fluxos que não irão passar por esta Assembleia, pelo facto de se escolherem novos instrumentos de desorçamentação. Para além dos já existentes, na reconstrução, nos portos ou na saúde, juntam-se agora os da transformação do IROA em sociedade anónima e das SCUT's, cuja fundamentação continua insuficientemente esclarecida, não sendo claro se apenas se tratou de uma medida expedita para se ultrapassarem limitações ao endividamento. Aliás, estaremos atentos à evolução da dívida pública, quer a de natureza directa, quer as responsabilidades que indirectamente possam ser criadas.

Uma palavra final para as declarações recentes do Senhor Vice-Presidente do Governo, quando disse que a evolução da economia regional estava a originar uma “situação de cada vez menor dependência dos fundos da UE”. Deus queira que o jornal onde foi entrevistado não tivesse nesse dia chegado aos corredores de Bruxelas, ...

**Deputado Alberto Pereira (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** ... especialmente porque se encontra em preparação o Quadro Comunitário de Apoio para o período de 2007 a 2013, o que acontece depois da entrada de 10 novos Estados-Membros, seguramente sequiosos de meios financeiros para colocar à disposição do seu desenvolvimento.

Aqui estaremos à espera do Plano e Orçamento para melhor analisarmos as intenções reais deste Programa de Governo. Estaremos também aqui para seguirmos com atenção a actuação do Governo no domínio económico e financeiro, o que poderemos fazer melhor se, obviamente, nos forem facultados os elementos necessários. Pensamos que essa seria uma boa prática a implementar por este Governo, que se constituiria, certamente, como uma das novidades possíveis num Programa que está francamente carenciado das mesmas.

Disse.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Estão inscritos para esclarecimentos o Sr. Deputado José Rego, o Sr. Vice-Presidente e o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

**(\*) Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado António Marinho foi àquela tribuna representar uma imagem do cartaz do PSD das nuvens negras.

O Sr. Deputado e a sua bancada continuam a não ver e a não sentir aquilo que os açorianos vêem e sentem, que é viver hoje nos Açores melhor do que viviam no passado.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Pudera!

**O Orador:** O senhor continua a ver os quadros do trimestre anterior, quando os deste trimestre são melhores do que o anterior.

O PSD, há alguns meses atrás, quando saíram as contas de 2001, veio retratar os Açores como a Região mais pobre.

Quando em 2002 já não o é, diz que será em 2003 ou em 2004.

**Deputado António Marinho (PSD):** Eu não disse isso!

**O Orador:** O Sr. Deputado, naquela tribuna, acabou de afirmar que os dados que tem para 2003 e 2004 levarão a que esse crescimento, que nós apresentamos agora como parangonas, não será...

**Deputado António Marinho (PSD):** Disse exactamente o contrário, que continuava como a segunda região mais pobre!

**O Orador:** Provavelmente disse as duas coisas naquela tribuna.

O Sr. Deputado vem dizer que se não fosse a actividade normal dos empresários, as políticas do Governo não iam ter efeitos na economia.

As políticas do Governo têm tido muito efeito na economia, porque essa economia não nasce só do apoio privado, mas também de apoios que o Estado e a própria Região Autónoma têm feito com as empresas da Região.

Houve no passado incentivos que as empresas não utilizaram. Hoje, os incentivos que o Governo põe à disposição das mesmas são muitos mais do que no passado e não chegam para as “encomendas”, a nível da nossa economia.

**Deputado Nuno Amaral (PS):** *Muito bem!*

**O Orador:** O Sr. Deputado vem dizer que o que o PS diz acerca da nossa economia e dos dados macroeconómicos não é bem verdade.

Eu gostaria apenas de dizer que no PIB per capita, a preços correntes, em 96, nós estávamos com 6.500 euros. Hoje, a nossa Região já está nos 10.200 euros. Portanto, verificou-se um aumento quase de 50%.

Interessa não só olhar para esses números, mas olhar para a convergência que está a ser feita com o Continente e com a União Europeia. Também não é capaz de desmentir esses dados da convergência.

**Deputado António Marinho (PSD):** Disse claramente todos eles!

**O Orador:** Quando diz que é parangonas do PS, não é Sr. Deputado. São verdades puras, nuas e cruas. Os senhores não querem ver. Querem continuar a ver nuvens negras onde elas não existem. Precisamos ser claros. Temos que olhar para os números quando eles dizem a verdade.

**Deputado António Marinho (PSD):** Devolvo-lhe!

**O Orador:** Se é certo que, por exemplo, nas licenças de construção, nos anteriores trimestres elas regrediram, também é certo que no último trimestre elas foram para 40 e tal e isso não disse.

**Presidente:** Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

**O Orador:** Depois da sua intervenção feita na tribuna e do artigo que fez na revista das cem maiores empresas, eu gostaria de ver, com os dados do último trimestre, que tipo de artigo vai fazer, quando o que era vermelho passou a azul ou preto, conforme os olhos das pessoas que os vêem.

**Deputado António Marinho (PSD):** O vermelho é mais pequeno. É a única diferença!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(\*) **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Nós estamos habituados ao discurso catastrofista do PSD. É o discurso habitual e já o utilizavam na última legislatura. Mas confesso que não esperava esse tipo de discurso da parte do Sr. Deputado, pelos conhecimentos e pela experiência que tem.

A verdade é que os açorianos vivem melhor agora do que viviam em 1996.

É que tentar enganar os açorianos e esta casa quando se tenta comparar a evolução do PIB dos Açores com o PIB da Madeira, ...

**Deputado António Marinho (PSD):** Foi o que se fez há pouco com a saúde!

**O Orador:** ... dando a ideia de que nós evoluímos pouco e a Madeira terá evoluído muito, esquecendo que cerca de 11% desse PIB da Madeira é pura ficção. Ele tem a ver com as contas da Zona Franca. São papéis que passam pela Madeira, mas não são verbas.

A verdade é que os índices de conforto e de bem-estar da população açoriana, sobretudo das classes média e média-baixa, são muito superiores aos dos madeirenses. Os açorianos, em geral, tirando a

classe média-alta, vivem muito melhor, têm índices de conforto e de bem-estar muito superiores à população madeirense.

Esse tipo de discurso não leva a nada, porque os açorianos foram claros e disseram claramente que apostam na estabilidade, nos projectos concertados, planeados e programados que deram provas do desenvolvimento e do aumento desses níveis de conforto e de bem-estar nos últimos anos.

Portanto, não apostam na anarquia e nas situações a que assistimos no resto do país. Mais uma vez apostaram na continuidade do projecto de desenvolvimento económico e social, no projecto de desenvolvimento sustentado que os governos do Partido Socialista, desde 96, têm vindo a implementar nos Açores.

Essa é uma verdade que é absolutamente indiscutível e que nenhum discurso, por mais catastrófico que seja, pode desmentir.

Por outro lado, e relativamente à entrevista do Sr. Vice-Presidente do Governo, muito pelo contrário, Sr. Deputado. Oxalá que ela chegue aos corredores de Bruxelas, porque ela é a prova inequívoca de que nós utilizamos bem os fundos que foram postos à nossa disposição.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

(\*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Primeira questão:

Referiu uma folha propagandística do Serviço Regional de Estatística.

Todos os dados que foram aqui apresentados estão contidos na informação à comunicação social do Instituto Nacional de Estatística e não em nenhum documento do Serviço Regional de Estatística.

**Deputado António Marinho (PSD):** Está a confundir tudo!

**O Orador:** Se quer falar em propaganda, preocupe-se em saber porquê as Contas da Região de 2002, que deviam ter sido publicadas em Junho, só apareceram em Novembro, depois das eleições. Essa é uma preocupação que devia ter.

**Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro):** *Muito bem!*

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Orador:** Segunda questão: Estamos condenados ao sucesso.

Como é que estamos condenados ao sucesso?

Então quer dizer que o Continente e muitos países de África estão condenados ao insucesso, porque não têm taxas de crescimento efectivo do seu produto.

Portanto, nós não estamos condenados ao sucesso. Nós temos sucesso porque trabalhamos por ele e não o temos por ser apenas uma circunstância que, por exemplo, não se aplica nem ao Continente nem a muitos países da Europa e de África.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

Quanto ao estarmos satisfeitos por deixarmos de ser a Região mais pobre do país, é um equívoco. Não sei se sabe que, de acordo com a classificação NUTS III que é, no fundo, aquela classificação de regiões mais ou menos com a dimensão dos Açores, já existem 16 regiões neste país que são mais pobres que os Açores. Esta é a nossa realidade. Esta é a nossa dimensão.

Permita-me que agora lance a suspeita para o que vai acontecer em 2003 e em 2004, com base num argumento completamente falacioso, que é dizer que em 2003 e 2004 o país está a crescer pouco e vai ter efeito negativo sobre o crescimento da Região.

**Deputado António Marinho (PSD):** Ninguém disse nada disso!

**O Orador:** Meu caro, se em 2002, numa economia aberta como há nos Açores, dependente do exterior, o Continente cresce apenas 0,4%, a União Europeia cresce apenas 0,8% e nós conseguimos

crescer 3,7, imagine quando o Continente passar a crescer aquilo que deve crescer, quanto não crescerá ainda mais os Açores nessa perspectiva de economia aberta?

É essa a nossa realidade.

Por falar em realidade e em actualização de dados, pelos vistos a sua falta de acesso à informação não deriva apenas de não ter relatórios de execução trimestral, deriva também do facto de não ler os documentos, por exemplo, do Instituto Nacional de Estatística.

Refiro só que todos os indicadores que falou estão completamente desactualizados. Relembro apenas os dados de Setembro deste ano:

Em relação ao turismo, a taxa de crescimento mensal das dormidas, em estabelecimentos hoteleiros, cresceu 28,4%.

De Janeiro a Setembro, a taxa homóloga acumulada é, anualmente, de 22,3%.

Em relação ao emprego, o número de pessoas empregadas, em relação ao terceiro trimestre de 2003 para o terceiro trimestre de 2004, foi mais de 4 mil.

**Deputado António Marinho (PSD):** Não conhece a área do emprego!

**O Orador:** Falou em construção. Temos muito gosto em falar em construção. Lembro-lhe só que o número de licenças, no mês de Setembro, aumentou 5,8%, depois de já ter aumentado em Julho 37,4% e em Agosto 107%.

Aqueles que como os senhores pretenderam ver numa redução, pontual e apenas sazonal, as licenças de construção, têm agora, se quiserem ser justos e coerentes, que dizer que estamos num grande progresso e num grande desenvolvimento. É isso que apontam os dados de Setembro.

**Deputado António Marinho (PSD):** Sr. Vice-Presidente, eu tenho dados desde 92!

**O Orador:** Mas se quiser ir para o cimento, aponto-lhe o mesmo valor, um crescimento de 2,1% e, em relação a Agosto, 5,4%.

**Presidente:** Terminou o seu tempo, Sr. Vice-Presidente.

**O Orador:** Falou nas pescas. Podemos falar das pescas, se bem que a quantidade de pescado não é muito dependente do Governo Regional, mas lembro-lhe só uma coisa para ficar satisfeito: em Setembro a quantidade total de pesca descarregada teve um aumento homólogo de 19,6%. De Janeiro a Setembro o crescimento foi de 13% e a pesca descarregada atingiu um montante de 21,7 milhões de euros, o que implica um crescimento homólogo de 3,6%.

Até nestas matérias, se me permite, está a usar dados errados e antiquados.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Vice-Presidente.

**O Orador:** Para terminar, referiu uma entrevista minha.

Eu penso, e se calhar tenho que ter isso em conta, que se enganou.

Penso que, até a este momento, os fundos comunitários que eram atribuídos aos Açores, eram fundos estruturais.

O que é que quer dizer “fundo estrutural”?

É um fundo que visa ser aplicado para diminuir a dependência desses mesmos fundos. Não sou eu que digo, basta olhar para a execução das contas da Região de 95 até hoje. Apresento-lhe apenas dois dados:

Em 1995, recebíamos, em termos de inscrição e de execução do orçamento da Região, 58 milhões, 714 mil euros de fundos comunitários para investimento de 144 milhões de euros.

Em 2004, vamos receber à volta de 40 milhões de euros inscritos no orçamento, para um investimento de 278 milhões, 752.

É ou não reduzir a dependência de fundos comunitários?

É ou não utilizar bem esses fundos comunitários com efeito estrutural e alavanca da economia e consequentemente reduzir a dependência?

São ou não esses os objectivos da convergência real da economia açoriana?

E é para esses objectivos que a Região tem disponibilizado com a União Europeia esses fundos.

Por isso, se estamos a depender menos dos fundos comunitários, isso só pode ser visto pela União Europeia como um elogio e é para isso que eles utilizam esses fundos.

**Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César) e Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(\*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vou tecer umas considerações muito rápidas, porque a determinada altura entrámos aqui na batalha dos números.

**Deputado José San-Bento (PS):** Uma boa batalha!

**O Orador:** Dias antes das eleições, notou-se que houve uma celeridade anormal na passagem de dados para a comunicação social, por parte do Serviço Regional de Estatística.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** E as contas da Região para 2002?

**O Orador:** Peço desculpa, nós temos pouco tempo, por isso peço-lhe que não me interrompa neste momento, porque vou ser rápido.

Eu estou a falar aqui em dados de 2002, 2003 e de 2004, até agora. Não falo no último mês. Será que o último mês é uma situação episódica que inflecte completamente uma tendência que se verifica de há 2 anos...

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Há 9 meses!

**O Orador:** ... e que deve suscitar um tratamento mais personalizado, ou será que eu devo, acima de tudo, falar numa tendência?

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Se é tendência, não sei. Os dados são de Setembro!

**O Orador:** A tendência, Sr. Vice-Presidente, é clara e os dados não são meus. Se os dados estão errados, são os dados produzidos pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores que é tutelado pelo Governo.

Os dados podem ser tratados de diversas formas. Nenhum de nós é obrigado a ter a mesma interpretação, muito pelo contrário, cada um deve olhar para aqueles dados e dar o tratamento que entenda ser o mais adequado.

Com base nesses dados eu constato descida e é claro que a maioria dos sectores estão em descida desde há muitos meses. Isso é incontestável.

Nos boletins trimestrais de estatística, se o Sr. Vice-Presidente olhar só para o texto, chega à mesma conclusão que chegou o Sr. Deputado José Rego e o Sr. Deputado Lizuarte Machado. É que realmente não temos um cenário negro.

Realmente, pelo texto, eu sou tentado a dizer que tudo vai bem.

Olhando para os números que estão ao lado, a determinada altura, não posso dizer o mesmo. É até caricato, digamos assim, olhar para um texto que reflecte uma evolução positiva da actividade económica nos Açores, quando ao lado está um quadro pejado de números vermelhos.

Sr. Deputado José Rego, quando falou dos números que passaram de vermelho a azul, desculpe, mas eles não passaram a azul, eles ainda estão vermelhos.

Eventualmente, pelo facto de ter havido um mês mais favorável, estão um bocadinho menos vermelho.

**Deputada Maria José Duarte (PSD):** Estão rosa!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Não havendo mais pedidos de esclarecimento, tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado José Melo.

**Deputado José Melo (PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Ao usar da palavra pela primeira vez neste Parlamento quero saudar o Sr. Presidente da Assembleia e todos os Srs. Deputados.

Queria também cumprimentar o Sr. Presidente e todos os Membros do Governo, desejando as maiores felicidades no desempenho das suas funções.

É uma grande honra para mim estar a representar o povo dos Açores, no órgão legislativo da Autonomia, como deputado do CDS/PP.

O facto de fazer o meu “baptismo parlamentar” na discussão do Programa do Governo constitui um desafio exigente. Seja como for, gostaria de partilhar convosco muitas das preocupações da

Agricultura açoriana, que constitui o principal sector produtivo da nossa economia e a base do equilíbrio social da Região.

Quando a Agricultura está bem, o comércio citadino está próspero e as nossas comunidades rurais progridem e vivem mais felizes.

Quando a Agricultura está mal, o comércio citadino entra em crise e as comunidades rurais empobrecem e vivem amarguradas, dependentes dos créditos comerciais e da Banca.

Infelizmente, é esta a situação que se vive nos Açores, pese embora o facto do Programa do Governo não o reconhecer.

Os últimos anos têm sido tempos de crise, de dificuldades e de algum retrocesso para quem vive da Agricultura e para o conjunto do “mundo agrícola” que dela depende.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

A análise é muito simples: as principais receitas das empresas agrícolas tem vindo a baixar assustadoramente e as despesas estão sempre a aumentar. Logo os rendimentos dos agricultores têm vindo a baixar, apesar dos diversos subsídios oficiais.

Por isso, a quebra dos rendimentos dos Agricultores deveria constituir a maior preocupação do Programa do Governo, o que parece não acontecer.

Sem resolver este grave problema, tudo o resto é praticamente só conversa, que pouco adianta a quem fez a opção de vida de ser agricultor.

Por isso é muito importante e urgente que se tomem decisões de fundo, quer no sector do leite, quer no sector da carne.

Todos sabemos que os produtores de leite do continente recebem mais 7 a 10 cêntimos por litro de leite do que os colegas dos Açores.

O mais estranho é que, em alguns casos, são exactamente as mesmas empresas que praticam esses preços lá fora, que aqui nos Açores praticam os preços que sabemos.

Não somos contra o facto do Governo Regional subsidiar a modernização das cooperativas de transformação de leite. Pelo contrário, achamos que o deve fazer, mas também deve impor algumas regras que beneficiem os produtores.

É muito importante que existam nos Açores cooperativas de lacticínios rentáveis e modernas, mas não é menos importante que os lavradores também o sejam.

De nada serve aos Açores e à sua economia terem empresas ricas, com sócios falidos!

Há uns anos atrás, ouvi os entendidos na matéria afirmarem que os Açorianos estariam em vantagem quando da adesão à Comunidade Europeia, porque a tendência seria para igualar os preços do leite e da carne.

Como esses preços estavam mais elevados no Continente e na Europa, a tendência seria para descerem lá fora e nos Açores subirem.

Infelizmente, não foi isso que se verificou.

Há cerca de 15 anos vendia-se um novilho a 350\$00 por quilo de peso vivo (1,75 €). Actualmente para deixar 1,00 € é preciso que o Governo Regional dê um subsídio. Isto quer dizer que um novilho de 500 quilos antes rendia 175 contos e agora rende menos de 350 euros.

Apesar dos subsídios que possam existir, não anulam esse diferencial, com a agravante dos custos de produção serem agora muito mais elevados.

É, pois, fundamental que o Governo Regional tente equilibrar mais os preços daquilo que a Agricultura compra, com os preços dos produtos que ela vende.

Há quem afirme que um dos problemas da agricultura é os lavradores serem maus gestores.

Importa perguntar: serão apenas os lavradores que são maus gestores e o resto é tudo bom? Ou será que temos maus lavradores, maus dirigentes associativos e cooperativos, maus industriais, maus técnicos e até maus políticos?

Senão vejamos: esses alegados maus gestores agrícolas quando vão para outros países, nomeadamente para os Estados Unidos, com uma mão atrás e outra à frente, chegam lá e conseguem montar grandes vacarias e arranjar fortunas, sem saberem a língua, e sem conhecer as pessoas e as regras do jogo.

Será que ao fazerem a travessia do Atlântico ficam a saber gerir? Ou não será que quando chegam lá têm todas as condições criadas para fazerem boa gestão?

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Gostaria de partilhar convosco um exemplo interessante:

Em Junho passado verifiquei nos Estados Unidos o seguinte: enquanto lá se vende uma vaca para abate por 1.000 dólares, aqui vende-se a mesma vaca por 100 €, e mesmo assim quando vamos com ela para o matadouro, se formos parados por alguma brigada da Polícia, ainda somos multados porque não temos o número do chassis na trela, ou porque temos peso a mais, ou porque a trela não pode ser rebocada pela carrinha!

Isto é, deixamos o dinheiro da vaquinha ao senhor agente e, em alguns casos, temos ainda que voltar a casa para agarrar no dinheiro do vitelo que ela deu no princípio do ano, porque só o valor da vaquinha não é suficiente.

Enquanto nos Estados Unidos se vende uma vitela recém nascida por 500 dólares, aqui dá-se, ou vende-se por 10 euros.

Enquanto nos Estados Unidos se vende 1 litro de leite por 35 centimos, aqui vende-se por 25 centimos, no Inverno, e 22,5 no Verão.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, as peripécias a que os nossos lavradores estão sujeitos nos Açores, são caricatas.

Se chegam ao matadouro com uma vaca só com um brinco, apesar da vida dela terminar no dia seguinte, não pode entrar, tendo de voltar à pastagem e pedir aos serviços oficiais mais dois brinco. Esperam mais 15 dias ou três semanas. Voltam novamente ao Matadouro, mas se pela viagem a vaca entala uma orelha e cai um brinco, mesmo que o empresário leve o brinco na mão, entrar nem pensar!

Mas também não faz mal, porque o rendimento que ela deixa dá para dar vários passeios à Praia da Vitória; a erva, pelos vistos, é sempre abundante e a ração e os adubos estão cada vez mais baratos!

Agora fala-se muito no turismo. Achamos muito bem que se invista nessa área, porque pode ser importante para a criação de empregos, mas sem nunca nos esquecermos do clima que temos e das suas limitações. Porém, mesmo no interesse do Turismo, é preciso olhar com mais atenção para a base fundamental que é a agricultura, porque se os agricultores deixarem de cuidar das pastagens, deixarem de tapar os muros que as dividem e deixarem de pôr lá a vaquinha, também os turistas terão uma paisagem com muito menos beleza e a Região perderá a sua mais-valia como destino turístico.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

No Programa de Governo fala-se que houve uma grande aposta no reforço pelo ordenamento agrário, consumada na garantia de mais e melhores acessibilidades na electrificação e no abastecimento de água às explorações agrícolas.

Há 15 anos que ouço falar do processo de ordenamento agrário na Ilha Terceira, que definia como zonas prioritárias a bacia leiteira do Paul, Altares-Raminho e Cinco Ribeiras-Santa Bárbara.

Passado esse tempo, só vejo mais ou menos pronto o projecto da bacia leiteira do Paul, ainda do tempo do Sr. Secretário Regional Adolfo Lima.

De resto, fez-se meia dúzia de quilómetros de estrada nos outros dois perímetros e, há já alguns anos, convidaram-se os agricultores a instalarem o ramal da água!

Gostaria, hoje, de convidar o Senhor Secretário Regional da Agricultura a ir lá abrir a torneira. Pode até ir com o seu fato novo e ficar à frente da torneira, porque não se molha!

Depois convido o Sr. Secretário a jantar e vamos à noite ver a electrificação.

Temos é que levar um foco ou então irmos de mão dada para não nos perdemos.

**Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues):** Não é meu hábito!

**O Orador:** Isto quer dizer, Sr. Secretário, que um agricultor, na altura com 40 anos de idade, que estivesse instalado nessas zonas prioritárias, hoje já foi para a reforma e não teve o prazer de passar nessas estradas, abrir as prometidas torneiras ou acender a lâmpada!

Imaginemos então que expectativas terão para o futuro os agricultores que estão fora das zonas prioritárias.

É bom ter consciência que alguns agricultores na nossa Região já evoluíram o que era possível, no que deles dependia, mas, lamentavelmente, continuam a confrontar-se com condições de infra-estruturas semelhantes às dos seus antepassados e andam com tractores nas ribeiras, onde os avós passavam de carroça.

Os Agricultores estão cansados e até descrentes em relação à política, porque grande parte das promessas que são feitas antes das eleições, depois não são cumpridas nos programas governamentais.

Pensamos que é importante e urgente mudar essa imagem.

Para isso é preciso unir esforços e pôr em execução as propostas mais válidas, venham elas de onde vieram, do governo ou da oposição.

Estou convicto que os Senhores Governantes têm tanta vontade política e pessoal de resolver esta situação, quanto eu, mas para isso é preciso pôr mãos à obra.

Obrigado

**Deputados Clélio Meneses e Jorge Macedo (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

(\*) **Deputado Luís Paulo Alves (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários Regionais:

A agricultura na Europa atravessa, neste momento, uma fase importante de ajustamento, um ajustamento que tem criado dificuldades em todas as fileiras agrícolas.

Constatámos que ainda há pouco tempo uma estrutura do topo, que é a Cogeca Cegofa, que reúne as estruturas do topo dos produtores e das cooperativas, apelava à Comissão Europeia no sentido de que os agricultores da Europa não poderiam continuar a resistir por muito mais tempo há situação que então vivem.

Nós vivemos nesta Europa.

Essas dificuldades que existem neste mercado que é aberto fazem-se sentir também aqui e começaram-se a fazer sentir muito mais cedo noutras fileiras bem organizadas, como por exemplo a fileira inglesa, onde desde 97 os rendimentos e os preços do leite pagos desceram mais de 30%, onde as explorações desaparecem ao ritmo de 4 ou 5% ao ano, situações que aqui nos Açores não se verificaram e que têm vindo a ter algum plafond de resistência.

É evidente que não se tendo verificado a esse ritmo colocam-se agora algumas dificuldades, como se estão a colocar em todas as fileiras.

Lembro-me, no entanto, que hoje a nossa capacidade e a nossa preparação é completamente distinta da que tínhamos no passado para lidar com esta situação.

Hoje, temos um parque industrial que consegue dar outras garantias, quer do ponto de vista dos matadouros, quer do ponto de vista da chave dos lacticínios.

Hoje, temos uma estrutura fundiária diferente. Temos explorações agro-pecuárias que aumentaram cerca de 21%, temos índices de mecanização agrícola que melhoraram na ordem dos 52%, temos uma condição e uma pujança diferente para enfrentar esses problemas que não são só nossos, são comuns a outras fileiras, mas que aqui nos Açores levámos algum tempo a resistir.

As dificuldades que existem no país na fileira da carne, e provavelmente noutras fileiras europeias, trouxeram alguma penalização às nossas explorações, porque funcionavam como um complemento de rendimento muito importante.

Neste momento, a situação que o país atravessa de se ver livre do embargo à BSE, a situação praticamente pronta que temos da rede regional de abate, o programa que temos preparado para as salas de desmancha e a criação de uma mais valia com o gado cruzado e o complemento ao rendimento das explorações leiteiras, terá, pensamos nós, um forte impacto no rendimento das explorações e nestes constrangimentos que estamos a combater, mas é preciso termos a consciência de que não são só nossos e que provavelmente noutras fileiras e fileiras com estruturas fortes, se sentem ainda com maior dificuldade.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Informo o PP que dispõe rigorosamente de 78 segundos.

Passamos à próxima intervenção. Para o efeito tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto do Vice-Presidente.

(\*) **Secretário Regional Adjunto do Vice-Presidente (Carlos Corvelo):** Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em matéria de Fundos Comunitários, o Programa do IX Governo Regional identifica, no seu Capítulo VII, o objectivo estratégico de aprofundamento da participação regional no processo de integração europeia com vista à maximização dos fluxos financeiros que, ao longo dos últimos anos, têm contribuído para apoiar o investimento global (público e privado) e o processo de crescimento e desenvolvimento da economia e da sociedade açoriana.

Nesse sentido, a legislatura que agora iniciamos cobre, em matéria de Fundos Comunitários, dois momentos de extrema relevância para o futuro dos Açores, associados, por um lado, ao encerramento do III QCA e, por outro, às negociações que nos permitirão auferir os apoios disponibilizados durante o próximo período de programação 2007/2013.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Quanto ao 1º aspecto – encerramento do QCA III – colocam-se alguns desafios e alguns problemas que pensamos ultrapassar durante a legislatura.

Em primeiro lugar, e atendendo à complexidade e ao manancial de fundos e de programas que coordenamos e gerimos, põe-se o problema da sobreposição dos dois QCA, o III Quadro e o próximo período de programação. Nesse sentido, iremos desenvolver esforços que irão de encontro ao encerramento dos programas que são da nossa responsabilidade directa, o mais rápido possível, por forma a que essa sobreposição não se verifique e não surjam problemas como, por exemplo, termos que acelerar investimentos na fase inicial por forma a cumprirmos a regra N+2 e não perdermos.

Quanto ao PRODESA, que é o nosso mini QCA e que abrange a parte substancial dos fundos comunitários que gerimos, nós estamos perfeitamente descansados.

Temos um nível de execução que é o melhor dos programas nacionais. Em Maio do corrente ano isso foi determinado. A taxa de execução já aumentou em Novembro e situa-se à volta dos 60% de execução dos compromissos assumidos que abrangem em 78% o valor global do programa.

Após a reunião da Unidade de Gestão que vamos realizar ainda no corrente mês de Dezembro, esses compromissos chegam aos 95%. Portanto, chegamos ao fim de 2004 com a programação cumprida, com todos os compromissos assumidos e com uma taxa de execução que evidencia uma dinâmica muito clara e que nos leva a prever, no primeiro semestre de 2007, o encerramento do PRODESA, fundamentalmente na sua componente principal que representa 70% do programa que é o FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

Ainda no âmbito do PRODESA vamos continuar a desenvolver acções de controlo de 1º nível, que são da nossa responsabilidade, por forma a garantir o máximo rigor na execução dos projectos e a cumprir e ultrapassar os 5% da despesa realizada, conforme exigem os normativos comunitários. Neste momento já fizemos controlo sobre 7 ou 8% dessa despesa para todos os fundos e vamos continuar a manter esse ritmo de controlo numa unidade que temos, funcionando autonomamente dentro da unidade de gestão do PRODESA.

Também iremos acompanhar as metas estabelecidas para cumprimento do Programa e iremos acompanhar muito atentamente a actualização da avaliação intercalar que começa no próximo mês de Janeiro a ser feita na Região. No passado, essa avaliação intercalar, ao reconhecer as performances que o PRODESA atingiu, permitiu-nos obter uma reserva de eficiência de 42,6 milhões de euros e uma reserva de programação de 8,2 milhões de euros, valores esses que já foram reprogramados no conjunto do programa e essas percentagens que eu dei já incluem esses valores.

No que respeita ao Fundo de Coesão, que também é importante referir, porque é um dos programas que teremos que fechar até 2008, nós tínhamos uma verba indicativa de 22 milhões de euros no início do Quadro Comunitário. Conseguimos fazer aprovar investimentos na ordem dos 57 milhões de euros, fundamentalmente para 4 grandes projectos que vamos continuar a acompanhar com a máxima atenção (os aterros sanitários, que é um investimento autárquico das ilhas do Pico, São Miguel e Terceira, os portos de S. Roque e Praia da Vitória e a Aerogare Civil das Lajes).

Ainda no âmbito desse período de programação estamos a lutar pela aprovação do cais de passageiros em Ponta Delgada, projecto esse que já está entregue em Lisboa e que aguardamos a disponibilidade ou a transferência de verbas da componente ambiente para a componente transportes, no âmbito do Fundo de Coesão.

No INTERREG III B (Açores-Madeira-Canárias), projecto que também coordenamos em conjugação com as Regiões da Madeira e das Canárias, procederemos ao lançamento da 4ª e última

convocatória em Abril/Maio de 2005 e continuaremos a acompanhar os 115 projectos aprovados, que consideramos constituírem um sucesso efectivo de cooperação entre as três regiões, regiões que viviam normalmente de costas voltadas. A partir deste programa, que nem em termos financeiros é muito significativo, conseguiu-se uma aproximação e uma cooperação nunca vista entre os Açores, Madeira e Canárias.

Este é um trabalho árduo, porque se há uma multiplicidade de beneficiários da Região, há uma multiplicidade de projectos de diferente natureza, com muito investimento material que temos que acompanhar com bastante atenção.

Acompanharemos ainda a execução dos programas LEADER, PDRU e PRAI.

Ao longo da legislatura seremos também responsáveis pela elaboração dos relatórios anuais e finais dos Fundos e programas da nossa responsabilidade directa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Quanto ao novo período de programação 2007/2013, continuaremos a acompanhar, em todas as frentes, seja junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros, seja junto da Direcção Geral de Desenvolvimento Regional e da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, seja junto das instituições comunitárias, com a máxima atenção, o processo negocial que se encontra ainda difuso por uma série de opiniões.

Já estamos a acompanhá-lo ao nível de todos os departamentos do Governo com responsabilidade nessa área e estamos interessados em ver quais os resultados, por forma, tal como há um compromisso explícito da própria Comissão Europeia, a conseguirmos um valor idêntico ou superior àquele que obtivemos no III Quadro e que ascende, a preços de 2007, a um valor superior a 1.200 milhões de euros.

Em termos de articulação institucional, iremos ainda reforçar a nossa ligação com o Conselheiro Regional dos Açores na REPER e continuar a participar de forma activa no trabalho e diálogo directo que a Conferência dos Presidentes das RUP's mantém com a Comissão Europeia, intensificando também o trabalho conjunto com as outras Regiões Ultraperiféricas.

Em 2005 e 2006 procederemos à elaboração do nosso Programa Operacional, que partirá da base de um Quadro Estratégico Regional que é inserido no Quadro de Referência Estratégica Nacional.

Este trabalho será desenvolvido tendo em atenção as Orientações de Médio Prazo 2005-2008, garantido assim a necessária coerência entre os dois instrumentos estratégicos mais importantes para o desenvolvimento futuro da Região.

Ainda no âmbito dos novos regulamentos comunitários, procuraremos negociar uma derrogação específica para situações de catástrofe relativamente à recuperação do parque habitacional (à semelhança do que já aconteceu em Itália, quando houve o sismo no Faial, em que conseguimos apoio comunitário para a reconstrução de habitação, designado por reconstrução de aldeias rurais), o apoio à aquisição de terrenos para preservação ambiental e a inclusão no Fundo de Coesão do apoio às infra-estruturas portuárias e aeroportuárias. As portuárias estão consideradas a partir de um determinado limite de capacidade portuária, mas as aeroportuárias não estão associadas às redes transeuropeias.

Iremos também desenvolver acções tendentes ao aproveitamento integral da nova regulamentação comunitária específica para as RUP's destacando a comparticipação dos custos de funcionamento na área dos transportes.

No âmbito dos "Grandes Projectos", contemplados no Regulamento Geral dos Fundos, procederemos à concepção e preparação de candidaturas associadas à aquisição de meios de transporte aéreo (renovação da frota da SATA) e marítimo com a aquisição de um "ferry-boat" que garanta a ligação inter-ilhas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estas são algumas das tarefas e os desafios mais importantes que nos propomos realizar e vencer no quadro da presente legislatura e referentes à coordenação e gestão dos Fundos Comunitários, reafirmando assim o reconhecimento que, ao longo dos últimos 8 anos, nos vem sendo dispensado por parte das autoridades nacionais e comunitárias e que é indesmentível face aos níveis de eficiência e eficácia alcançados na gestão dos créditos comunitários que nos foram concedidos e nos níveis de convergência que números ainda recentemente publicados evidenciam.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(\*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Devo confessar que fiquei confuso com a sua intervenção.

**Secretário Regional Adjunto do Vice-Presidente (Carlos Corvelo):** É natural!

**O Orador:** Fiquei confuso, porque aquilo que o senhor disse na tribuna não é o que está escrito no Capítulo VII do Programa do IX Governo, se é que eu tenho a versão correcta à minha frente.

V. Exa. disse que a estratégia negocial da Região para o IV Quadro Comunitário de Apoio era obter pelo menos os mesmos montantes financeiros ou mais. A verdade é que o que vem escrito aqui não diz isso, apenas diz “diligenciar, em articulação com o Governo da República, junto das instâncias comunitárias, para que no próximo período de programação sejam atribuídos à Região pelo menos os mesmos montantes”. Não é a mesma coisa. O senhor disse coisa diferente daquilo que está aqui escrito.

**Deputada Maria José Duarte (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** Eu e esta câmara queremos saber qual é o Programa do Governo que estamos a discutir nesta matéria? É o que está aqui escrito ou é aquilo que V. Exa. enunciou na tribuna?

Por outro lado, gostaria de saber também se partilha ou não da interpretação, pelos vistos inusitada, do Sr. Vice-Presidente do Governo, que se congratulou com a diminuição da necessidade de fundos estruturais da Região.

**Secretário Regional Adjunto do Vice-Presidente (Carlos Corvelo):** Pura ignorância!

**O Orador:** Gostaria de saber em que medida é que V. Exa. compatibiliza isso com a estratégia negocial que está inscrita neste capítulo do Programa do Governo.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto do Vice-Presidente.

(\*) **Secretário Regional Adjunto do Vice-Presidente (Carlos Corvelo):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em resposta ao Sr. Deputado, no que diz respeito ao Capítulo VII do Programa, o objectivo 4.1 diz “... e assim manter os actuais níveis de co-financiamento da política regional de desenvolvimento”. Se queria que eu dissesse manter e não queria que eu dissesse ultrapassar os níveis actuais de co-financiamento...

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Qual é a estratégia negocial?

**O Orador:** Eu acabei de explicitar a estratégia negocial. O senhor não ouviu o resto da intervenção, ficou obcecado!

Relativamente ao apoio que os fundos comunitários dão, se reparou bem no que eu disse, ouviu referir “para apoio ao investimento global na Região”, investimento público e investimento privado. O que o Sr. Vice-Presidente do Governo referenciou na sua intervenção foi fundamentalmente o co-financiamento comunitário no âmbito do orçamento regional.

O plano de investimento da Região, que não tem nada a ver com o investimento público global, engloba investimento de empresas públicas, de administrações portuárias, etc. Não tem nada a ver com o investimento privado que é co-financiado por fundos comunitários.

Portanto, eu referi exactamente o investimento global, público e privado, da Região e não há aqui qualquer contradição.

O Sr. Vice-Presidente referiu-se às verbas canalizadas de Bruxelas, que alimentam o orçamento da Região, em que uma das componentes é o Plano Regional.

Muito obrigado.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

**Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Permitam-me, em primeiro lugar, como é da praxe, desejar ao Sr. Presidente da Assembleia as maiores felicidades na condução dos trabalhos nesta Legislatura e também desejar que ele continue a promover um trabalho, que é necessário, de promoção deste parlamento junto dos açorianos. Permitam-me ainda, na sua figura, saudar todos os senhores deputados desta Assembleia, os que já aqui estiveram e os que aqui estão pela primeira vez. E permitam-me também, por último, mas não com menos ênfase, saudar o IX Governo Regional e desejar que cumpra com determinação o Programa Eleitoral sufragado expressivamente pelo povo açoriano, com competência, coragem e coesão, factores determinantes naquilo que é ou que deve ser a actuação de um governo.

Iniciamos agora o debate do Programa do IX Governo Regional que será aprovado em circunstâncias especiais da vida política do país, pautada por um parlamento em vias de dissolução e por uma pré-campanha que parece ter-se já iniciado. Esta situação de contornos trágicos não pode deixar de contrastar com a realidade regional, em que impera um clima de estabilidade e serenidade democrática notável. Um cenário que, diga-se em abono da verdade, não existe por acaso, mas resulta das diversas políticas coerentes, estruturantes e consistentes que os sucessivos governos do Partido Socialista têm desenvolvido.

A educação tem sido precisamente um dos sectores em que os governos do Partido Socialista trabalharam de forma estruturante. Não é por acaso que temos um corpo docente estável e estabilizado nas nossas escolas; não é por acaso que na Região a colocação de professores se processou de forma serena e célere ao contrário do que foi o triste e indesculpável cenário nacional. Não é por acaso que temos uma rede de ensino profissional de qualidade. Nem é certamente também por acaso que as nossas escolas têm uma significativa autonomia administrativa e que prosseguem sem centralizações obsoletas o seu trabalho.

Todos estes aspectos que elenquei, e muitos outros haveria a elencar, são a face visível do trabalho desenvolvido pelos governos do Partido Socialista de cujo mérito nos se orgulhamos. Temos hoje efectivamente um sistema educativo regional consideravelmente melhor do que aquele que herdámos em 1996. Orgulhamo-nos disso, mas, com humildade, não estamos satisfeitos. Porque a satisfação é inimiga da perfeição e porque a educação como sector fundamental das sociedades modernas nos exige perseverança e ousadia.

A recente revisão constitucional veio consagrar a possibilidade de enveredarmos por novos caminhos e de alargarmos e aprofundarmos as nossas competências legislativas, pelo que é tempo de o fazermos com determinação e ousadia. É altura de enveredarmos por novos caminhos que antes as barreiras constitucionais travavam e agora franqueiam.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Devo reconhecer que o nosso ponto de partida nesta como noutras matérias era assustadoramente mezinho. Devo reconhecer que nos últimos 30 anos houve em Portugal um esforço colossal de avanço em matéria de educação, mas é justo que reconheçamos que não se pode continuar a perspectivar a educação como um conjunto de edifícios escolares que devem ser reparados, construídos ou melhorados para acolher alunos e professores. Isto não é a educação! A educação não se resume à estreiteza de uma carta escolar e ao seu calendário.

A educação é um dos desafios maiores, senão mesmo o maior, com que a sociedade moderna se defronta e do qual não se pode desviar, sob pena de pagar por décadas esta incúria. É afinal este o retrato do Governo da República que fez da educação um assunto menor ou um não assunto se quisermos. Que o tirou da agenda e o arredou do orçamento, que desprestigiou a investigação científica e tecnológica e que transformou um processo de colocação de listas ordenadas de professores numa equação insolúvel.

Diga-se em boa verdade que também não tem sido um dos temas predilectos da oposição que se vai entretendo com o anedotário de escândalos que o Governo da República lhes proporciona e que não tem tratado com o ênfase que lhe é devido o tema da educação.

Talvez por isso continuemos a ter em Portugal índices que nos envergonham, mas que não nos parecem entristecer. Ou pelo contrário alarmar. Baixa escolaridade, iliteracia esmagadora, abandono escolar precoce, baixa empregabilidade, exclusão social. E perante estes índices que nos colocam na esteira dos países em desenvolvimento cruzamos os braços e desinvestimos. O país está parado, atolado no chorrilho de asneiras com que esta coligação nos tem sabido brindar.

**Deputado Francisco Coelho (PS) e Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro):** *Muito bem! Muito bem!*

**A Oradora:** Mas Portugal não é isto, nem está condenado a viver agrilhado a este suplício e antes que seja demasiado tarde é preciso que mais do que nos rendermos a causas nos saibamos bater por elas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A história da evolução da educação nacional representa o progresso da própria estrutura organizativa do país e revela a elencagem das suas prioridades e a grandiosidade, ou a falta dela, da sua ambição. A educação não tem sido uma verdadeira preocupação nacional e, não o sendo, tem vindo a comprometer sucessivas perspectivas de desenvolvimento.

Se por um lado devemos reconhecer a evolução verificada ao longo dos últimos 30 anos em matéria de educação, já que Portugal se transformou dum país obscurantista em que se acreditava na conveniência de generalizar apenas a educação básica num país em que 90% da população, segundo dados de 2001, é detentora de escolarização.

Se pensarmos que no final da década de 80 apenas 7% da população adulta possuía um nível de qualificação igual ou superior ao ensino secundário, concluímos que a evolução foi abismal. Mas não tem sido suficiente. Se por um lado se generalizou o ensino, por outro descuroou-se a qualidade, fazendo com que a massificação desse lugar a uma heterogeneidade gritante do ensino ministrado que se reflecte despidoradamente nos resultados alcançados. As comparações internacionais em que Portugal participa são reveladoras de um atraso conjuntural que se torna, à medida que o tempo passa, cada vez mais difícil de ultrapassar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não basta ao país nem à Região construir escolas, apetrechá-las, e colocar docentes que nelas leccionem. Se estes são elementos necessários ao sistema educativo, não o determinam necessariamente. É tempo de se pensar a educação sob outra perspectiva, de travarmos o combate às suas reais insuficiências. Recordo que as questões que têm vindo a dominar este parlamento se prendem muito mais com o cumprimento da carta escolar do que com o fenómeno do abandono escolar que, não sendo alarmante, é preocupante nesta Região.

Recolo que a oposição se entreteve no anterior mandato com questões comprovadamente menores no sucesso escolar dos alunos como são o número de salas de aula, o número de alunos por turma, ou a forma eleita de espionagem que a escola deve exercer sobre estes. Estas não são questões reais, são questões efectivas e não são apenas nossas, são do país e europeias.

As verdadeiras questões são a falência aparente ou real da educação, a incompetência da escola no processo de integração, a fiabilidade do ensino que dispendo de muitos mais recursos se revela muito mais deficiente. Estas e outras devem ser o real objecto da nossa preocupação, já que a educação propulsiona desenvolvimento e sucesso. E o sucesso está arredado da educação em Portugal. Somos um país que não parece querer dar lugar à tomada de medidas de fundo nesta matéria e em que se procuram desculpas fáceis como a de padrões culturais para o insucesso em disciplinas basilares como é o caso da Matemática.

E neste quadro aterrador incentivamos os ciclos de pobreza, já que a escola que se quer inclusiva tem sido promotora de exclusão, a qual afecta maioritariamente agregados familiares socio-economicamente fragilizados e a eles regressa como que numa condenação incorrumpível. São as famílias de menores recursos que menos motivação têm pela escola, são estas que toleram o abandono escolar precoce, são ainda estas que por via da falta de informação se auto-excluem perante a variância da oferta educativa. E a escola não as informa e muitas vezes nem sequer as forma. A educação tem sido sucessivamente encarada como um problema de futuro que deixamos para que algum iluminado solucione sem deitarmos mãos ao trabalho presente com as circunstâncias nem sempre felizes, é verdade, do nosso contexto.

Convençamo-nos, pois, de que é urgente fazer coincidir o investimento público colossal em educação com os resultados obtidos. E isto faz-se travando um combate sério pela qualidade. Faz-se da aposta no apetrechamento tecnológico, da qualificação do pessoal docente, da sua avaliação contínua, continuada e sobretudo consequente, dos níveis de conhecimento em áreas fulcrais como a Matemática e a Língua Portuguesa.

A importância da educação para o desenvolvimento da sociedade não pode ser um pretexto teórico relevante para o debate, deve ser um dado de acção, porque a educação já não é vista como um privilégio, mas como uma obrigação, quando devia ser estimada como um direito consagrado constitucionalmente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A educação tem esta missão inadiável da formação e promoção de valores. A escola deve ser promotora, proponente e significativa. E deve privilegiar os interesses dos seus destinatários primeiros – os alunos e as suas famílias – mas não pode ignorar o vértice essencial ao equilíbrio deste triângulo – o pessoal docente. É urgente (re)construir o ofício de professor, hoje completamente à margem das prioridades, devolver a estima e a motivação a uma classe que, sem ela, inviabiliza o sucesso da escola e dos seus utentes.

Perante o contexto que temos vindo a expor e atentos os largos passos dados em matéria de educação nesta região considero que este programa de governo faz a opção certa: a da qualidade. Se muito do que se fez permitiu a estabilidade do corpo docente, a autonomia de gestão das escolas e a diversificação curricular, hoje o desafio é novo, estimulante mas não é o da continuidade, é sim o do salto qualitativo.

De entre os oito objectivos apresentados para o sector da educação destacaria o aumento do nível de educação e formação profissional da população açoriana; a redução do analfabetismo e da iliteracia funcional; o combate ao absentismo, ao insucesso e ao abandono escolar; a promoção da formação profissional como instrumento gerador de igualdade de oportunidades e de coesão social; o combate à exclusão; e a operacionalização do currículo regional.

Todos estes objectivos se encontram escorados em medidas consistentes e propiciadoras de sucesso. De entre as tendentes à concretização do primeiro objectivo julgo ser de destacar o aumento do nível de educação e formação profissional; a aposta na universalização da educação pré-escolar, criando condições para que todas as crianças frequentem a escola a partir dos 3 anos, permitindo o acesso precoce a estímulos novos e significativos que uma parte significativa das famílias se revela incapaz de propiciar.

A esta medida o programa de governo acrescenta uma outra de grande fôlego e de grande urgência que é a reestruturação global, e nestas coisas os adjectivos são verdadeiramente significativos, do 1º ciclo do ensino básico, conferindo primazia ao ensino da Língua Portuguesa e da Matemática. Esta é uma medida verdadeiramente estruturante e revolucionária. Tão estruturante quanto urgente. Sabemos todos da imperiosa necessidade de dotar os nossos alunos, e quanto mais cedo o fizermos melhor, do domínio integral destas duas disciplinas basilares, que lhes permitirão, quando devidamente consolidadas, desempenhos melhores e mais duradouros.

De facto, a transversalidade destas duas disciplinas implica que as encaremos de um modo substancialmente diferente de todas as outras. Por outro lado, é no 1º ciclo que se estabelecem os alicerces do percurso escolar e a sua insuficiência condicionará o desempenho futuro dos alunos.

Na semana passada a OCDE fazia um alerta num relatório elaborado a partir dos dados de 2000 do PISA (Programme for International Student Assessment): os alunos que lêem menos são mais vulneráveis ao insucesso escolar. O que não é novidade, mas é ainda assim um facto perturbador. E o problema não se restringe à dificuldade de compreensão dos enunciados e ao fraco domínio vocabular que os arredam e desinteressam da exposição do professor, o problema assume outras dimensões. Estes jovens terão no futuro maiores dificuldades em encontrar um emprego, já que a sua iliteracia os limita e exclui.

Neste estudo os jovens portugueses não atingem o valor mínimo de literacia em leitura, fazendo com que no *ranking* dos países Portugal se situe nas piores posições, apenas acima do Luxemburgo e do México. E quem são os verdadeiros culpados deste cenário irreversível? A família ou a escola? Ou ambas?

Outra medida essencial é, sem dúvida, a articulação da educação pré-escolar com os diversos níveis de ensino, que permitirá operacionalizar uma escola não só integrada como integradora, primeiro passo no combate à exclusão. E, finalmente, a aposta na qualificação dos professores como agentes imprescindíveis do ensino, que devem ser encarados na dimensão da sua efectiva importância, capaz de condicionar e determinar o sucesso educativo.

No que concerne à redução do analfabetismo e da iliteracia funcional gostaria de destacar o trabalho já iniciado ao nível da educação extra-escolar e que agora se pretende expandir. Esta medida parece-nos reveladora também da clara intenção de tornar a escola cada vez mais inclusiva e integradora, permitindo reduzir progressivamente os adultos não detentores da escolaridade obrigatória.

No combate ao absentismo, ao insucesso e ao abandono escolar destacaria a necessidade de um diagnóstico eficaz e oportuno das reais necessidades de aprendizagem dos alunos, pois só este permite que de forma atempada se promovam medidas de flexibilização curricular e se adoptem estratégias pedagógicas distintas. Neste âmbito é de louvar a intenção de reforço das equipas sócio-educativas das escolas que permitirão o estabelecimento de parcerias com as entidades que tutelam a intervenção social. Ao que acresce a intenção meritória de implicar os pais enquanto parceiros educativos, que embora já o devessem ser, ainda não o são na sua esmagadora maioria. Sabemos todos, aliás, que aqueles que mais acorrem à escola e que verdadeiramente a valorizam são precisamente aqueles cujos filhos revelam menos problemas de aprendizagem. Esta é portanto uma medida de grande relevo que deve ser urgentemente implementada, ficando-nos a dúvida de como o será.

Neste processo influirá certamente a criação da figura do tutor que assumirá muitas das funções cometidas ao director de turma e acompanhará o percurso educativo do aluno, mas alertamos para a necessidade desta figura ser substancialmente preenchida e corporizada, evitando que se trate de uma mudança de designação sem o correspondente valor substantivo.

A aposta na promoção da educação e formação profissional como propulsora de igualdade social parece-nos também uma aposta decisiva, embora surja na continuação do imenso trabalho desenvolvido pelos anteriores governos do Partido Socialista que operaram grandes mudanças.

Destacaria ainda a medida relativa ao ensino profissional, uma medida que vem na continuidade de um trabalho muito grande feito nas anteriores legislaturas, mas que tem um objectivo fundamental: o combate da exclusão e a imperiosa necessidade de garantir que nenhum jovem ficará impedido de frequentar a escola por comprovada carência financeira. E relembro, só um trabalho conjunto e determinado com o Instituto de Acção Social pode obviar estas situações.

Finalmente destacaria o objectivo de operacionalizar o currículo regional como forma também de assegurar uma crescente responsabilização regional pela condução da política educativa. Este foi mais um passo dado pelo anterior governo que reputamos de muito importante e que deve ser prosseguido, entre outras razões, por se constituir como um factor de integração. As vozes eram unânimes em constatar a necessidade de se introduzir nas nossas escolas os nossos saberes, a nossa cultura, as nossas tradições, mas outros antes de nós foram incapazes para o fazer. Foi o VIII governo do Partido Socialista que o iniciou e será também ele a concretizá-lo. A fazer dos conteúdos escolares um espaço significativo e significante onde os alunos se revejam; trazendo para a escola a reclamada adequação dos conteúdos aos alunos que serve.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os governos do Partido Socialista percorreram um caminho significativo em matéria de educação, mas falta ganhar o combate da qualidade. E este não se trava nem se esgota na carta escolar nem no número de alunos por turma. E é muito provavelmente o combate mais difícil. Por isso tem sido preterido, adiado, confundido e abandonado por sucessivos Governos da República. Mas dele depende também o futuro da nossa sociedade. A escola tem de se actualizar e assumir o seu novo papel: o de veículo não exclusivo de conhecimento, tem de ser portanto muito mais uma facilitadora da aprendizagem do que a sua guardiã. Por isso necessita urgentemente de se actualizar, modernizar, adequar, flexibilizar. Mas para o conseguirmos falta fazer da escola um lugar aliciente e promotor, valorizar a docência, individualizar as aprendizagens dos alunos e envolver as famílias. O combate da qualidade não se pode confinar a um qualquer caderno de encargos, nem a uma folha de despesa. Trata-se do combate mais importante, porque se nutre de capital humano e porque assegura a sustentabilidade futura da nossa Região.

Hoje debatemos o Programa do IX Governo Regional que traça com clareza e determinação o caminho da qualidade. Estamos seguros de que este é o caminho certo, não é tarde para o trilharmos com convicção. Outros antes de nós não o quiseram ou não o souberam fazer, mas hoje partimos de um ponto substancialmente melhor do que aquele que nos legaram. Não fomos vítimas deste

legado, mas somos seguramente agentes da sua transformação. É para isso que aqui estamos, com a legitimidade democrática que os açorianos nos deram, não há tempo a perder. Pela escola, pelos professores que nelas diariamente travam este combate, pelas famílias, mas sobretudo pelos alunos que merecem ter um ensino substancialmente melhor do que aquele a que a maioria de nós pôde aceder.

Disse.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência.

**(\*) Secretário Regional da Educação e Ciência (Álamo Meneses):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No início desta legislatura queria saudar o Sr. Presidente e toda a câmara e desejar que esta caminhada que hoje iniciamos seja frutuosa para os açorianos.

As áreas do Programa do Governo que à Secretaria Regional da Educação e Ciência dizem respeito, estão organizadas em dois grupos essenciais: o primeiro diz respeito à área da Ciência e Tecnologia e o segundo tem a ver com a promoção das políticas voltadas para os recursos humanos, para a empregabilidade e para a educação.

No que diz respeito à Ciência e Tecnologia, os dois eixos orientadores do Programa do Governo têm a ver:

Por um lado, com o reforço da capacidade de investigação nos Açores e a sua integração e credibilização no contexto nacional e internacional, reforçando as equipas de investigação aqui sedeadas e criando condições para que elas possam integrar-se dentro de cada uma das especialidades no contexto mais geral da investigação científica, até porque a investigação científica é universal e não se compadece com as pequenas equipas. A integração dos Açores nas grandes redes internacionais nas diversas áreas do saber é uma das apostas fundamentais, quer para a credibilização e crescimento da nossa Universidade, quer para a credibilização das diversas equipas que em diversas instituições nos Açores fazem investigação científica.

Por outro lado, face à crescente penetração das tecnologias de informação e da comunicação na vida de todos nós, é essencial promovermos, na nossa sociedade, a expansão dos saberes e dos acessos, por forma a que possamos, utilizando essas tecnologias, de uma vez por todas quebrar o isolamento que durante séculos nos manteve fora dos grandes desenvolvimentos na área cultural.

Se os Açores foram durante toda a sua história uma encruzilhada de povos e de passagens, devido às dificuldades de comunicação, os açorianos nunca puderam participar nos grandes momentos do desenvolvimento cultural.

Essa é a alteração que a acessibilidade imediata ao saber e à informação que hoje nós temos, via essas tecnologias, nos permite aspirar a que os Açores também possam ser sede de criação de saberes e que nós possamos produzir aqui informação, produzir conteúdos e divulgar os mesmos através dessas tecnologias.

Para isso é essencial fazer a ligação entre as nossas escolas e estas tecnologias, fazer com que as escolas e todas as instituições que nos Açores se dedicam ao saber e à cultura possam ter acesso imediato e com qualidade às tecnologias de informação e comunicação.

No que diz respeito às políticas voltadas para a juventude, os objectivos mantêm-se no sentido de termos uma política de juventude que seja horizontal, ou seja, uma política que abranja de forma transversal todas as políticas que directa ou indirectamente tenham a ver com os jovens.

Aí há dois aspectos essenciais: por um lado, o fomento da participação e da cidadania, criando condições para que os jovens possam ter uma participação activa na nossa sociedade, possam ser ouvidos e fazer-se ouvir e, por outro lado, as políticas de apoio ao associativismo estudantil e juvenil, em geral, por forma a que o dinamismo que estas instituições têm vindo a demonstrar se possa traduzir no alargamento cada vez maior das oportunidades de participação de jovens em actividades de toda a natureza, mas particularmente nas culturais e nas desportivas.

Uma outra área extremamente importante é o fomento da mobilidade juvenil: permitir que os jovens dos Açores não se sintam aprisionados nas suas ilhas e tenham condições para conhecer os Açores e o exterior da Região.

Nesse contexto, as políticas de apoio à mobilidade, em que assume particular destaque o cartão Inter-Jovem e a possibilidade dos jovens viajarem durante o Verão de forma economicamente bastante mais fácil do que os restantes cidadãos, vão ser um dos eixos fundamentais no apoio à mobilidade.

Outro aspecto essencial prende-se com a orientação vocacional e com o acesso ao mundo do trabalho. Essa é uma das maiores preocupações dos jovens e a possibilidade que nós temos na Região, dada a pequenez da nossa população, de termos um atendimento personalizado, permite aspirar a que sejamos capazes de apoiar cada jovem na escolha de uma profissão, na obtenção de uma qualificação profissional e depois acompanhá-lo na integração do mundo de trabalho.

São estes os eixos fundamentais da política de juventude traçada pelo IX Governo Regional.

A educação e formação profissional, ao contrário daquilo que já hoje ouvi nesta câmara, são, nos Açores, desde há muito, almas gémeas e não podemos separar uma da outra. Por isso, o Programa do IX Governo tem um ponto que é comum a ambas, porque o sistema de formação profissional é parte integrante do sistema educativo.

O nosso sistema educativo regional integra em igualdade de circunstâncias as escolas do ensino regular e as escolas do ensino profissional.

O grande desafio que o Governo Regional tem vindo a enfrentar é o desafio de qualificar os açorianos e essa qualificação só se faz conjugando a formação académica, a formação que é dada pelo ensino regular, com a qualificação profissional, aquela que é prosseguida pelos cursos profissionais, cursos esses que hoje nos Açores existem tanto no ensino profissional especializado como nas escolas do ensino regular.

Os Açores, hoje, têm uma rede integrada de formação profissional que começa já a dar os seus frutos, quer em termos de resultados, – e eu chamo atenção para os recentes processos nos campeonatos das profissões – quer em termos do número de alunos. Este ano lectivo, em formação profissional, já temos mais alunos do que temos a frequentar o ensino secundário regular.

Na política da educação um dos objectivos centrais é criarmos condições nos Açores para podermos cumprir os critérios que estão estabelecidos na estratégia de Lisboa, critérios de qualificação e de empregabilidade.

Infelizmente partindo de um patamar muito baixo – de facto, só nos últimos 30 anos é que se começou a investir em educação – para nós atingirmos, dentro dos prazos que estão previstos para a União Europeia, a estratégia de Lisboa, temos que fazer um grande investimento na qualidade.

Se nós compararmos os indicadores de desempenho das nossas escolas e do nosso sistema educativo com a generalidade da União Europeia, mesmo olhando para os países que entraram recentemente na União Europeia, veremos que em todos estes indicadores, apesar das grandes melhorias verificadas ao longo das últimas décadas, nós continuamos muito aquém daquilo que seria desejado.

Daí que o Programa do IX Governo Regional, na continuação daqueles que foram os programas dos Governos do Partido Socialista, está voltado para a promoção do sucesso, voltado essencialmente para a promoção da qualidade.

Os grandes objectivos a cumprir na política de educação são a qualificação dos açorianos e isso passa pelo combate ao insucesso e abandono escolar e por dedicar uma particular atenção a todos aqueles aspectos que nas nossas escolas fazem com que a nossa educação não tenha a mesma eficácia do que alguns países nossos parceiros têm.

Nesse âmbito, uma das intervenções essenciais passa pela reestruturação do 1º ciclo do ensino básico.

O 1º ciclo do ensino básico, a par da educação pré-escolar, é o verdadeiro alicerce de todo o sistema educativo. Um aluno que não consiga ter sucesso no 1º ciclo do ensino básico, dificilmente pode prosseguir com sucesso nos ciclos seguintes. É essencial que o aluno saiba ler, escrever e tenha os conhecimentos mínimos numéricos para poder depois aprender e ter sucesso na escola.

Quando um aluno não tem sucesso no 1º ciclo não pode ter nos ciclos que vêm a seguir. Daí que nós, neste Programa do Governo, dediquemos uma atenção muito especial ao 1º ciclo que merecerá

uma intervenção muito mais forte do que aquela que temos vindo a dedicar, até porque algumas das questões que estavam a montante e que têm a ver com as questões administrativas e de organização do sistema educativo, hoje mostram-se claramente alteradas e estamos em condições de prosseguir a nossa caminhada por aí.

No que diz respeito à qualificação profissional e à melhoria da qualidade do emprego, e diria mais, a melhoria da empregabilidade dos açorianos, a solidificação da rede de escolas profissionais que hoje, felizmente, já abrange quase todo o nosso arquipélago e particularmente a coordenação entre a oferta destas escolas com a oferta que existe a nível das escolas do ensino regular, assume um papel extremamente importante.

É preciso criar condições para que as nossas escolas do ensino profissional tenham qualidade, que a sua oferta, em termos de custos, seja pertinente, e que não haja duplicação de cursos e, ao mesmo tempo, não haja concentração da oferta em cursos que não conferem empregabilidade no mercado de trabalho regional.

Para isso propomos reforçar as funções do Observatório do Emprego e Formação Profissional, dando-lhe também competências na área da educação, por forma a que tenhamos uma visão constantemente actualizada das necessidades do mercado de trabalho e, por essa via, possamos constantemente actualizar a oferta das escolas do ensino profissional e das escolas do ensino público.

No que diz respeito às políticas na área do emprego, elas são, no fim de contas, a continuação da promoção da empregabilidade dos açorianos e para isso, sem querer voltar atrás, a formação profissional também para aqueles que já ingressaram no mundo do trabalho e a formação da 2ª oportunidade para aqueles que no período que normalmente teriam acesso à escola não tiveram sucesso ou não puderam aceder a ela, são um dos eixos fundamentais.

Por outro lado, na execução do Programa Regional do Emprego que está em vigor e que, coincidindo com o Quadro Comunitário, se prolonga até 2004, vamos continuar a privilegiar a estabilidade laboral e o apoio à inserção no mundo de trabalho dos grupos sociais que têm maiores dificuldades, seja por razões sócio-económicas, seja por razões que dizem apenas respeito ao indivíduo. Também vamos continuar a apoiar a entrada no mundo do trabalho dos trabalhadores femininos.

De facto, nos Açores, as trabalhadoras e as candidatas a emprego continuam a estar em claro desfavor perante o mercado de trabalho. Daí que na promoção da igualdade de oportunidades e de géneros, o acesso ao mundo do trabalho seja uma das áreas fundamentais.

No que diz respeito às políticas na área laboral, vamos proceder à revisão do SERCAP – Serviço de Conciliação, e vamos continuar a pugnar para que nos Açores haja uma boa articulação entre as políticas do emprego e as políticas estreitamente laborais, por forma a valorizarmos as profissões e a estabilidade do emprego.

Neste contexto, o VIII Governo Regional deu início à discussão da adaptação à Região do Código de Trabalho e vamos prosseguir tentando criar nos Açores condições para que o emprego e a sua estabilidade continuem a ser a norma.

No que diz respeito à área do desporto, os objectivos fundamentais do Programa do Governo estão voltados para o fomento da prática desportiva e a sua generalização, o que passa, obviamente, por uma melhoria da acessibilidade à prática desportiva e pela criação de condições para disponibilizar infra-estruturas desportivas que para tal são necessárias.

Neste contexto, iremos promover a revisão da legislação enquadradora dos apoios ao sistema desportivo por forma a privilegiarmos nela claramente a formação desportiva dos mais jovens e por forma a valorizarmos o associativismo desportivo, ao mesmo tempo que contribuímos para a dignificação dos seus dirigentes.

São estes, pois, os eixos fundamentais do Programa do Governo, nas áreas da responsabilidade da Secretaria Regional da Educação e Ciência.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento.

(Pausa)

Estão inscritos os Srs. Deputados Costa Pereira, Jorge Macedo, Alberto Pereira, Hernâni Jorge, Cláudia Cardoso, Ana Catarina Furtado, Mariana Matos e José Rego.

Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

(\*) **Deputado Costa Pereira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma pergunta muito breve ao Sr. Secretário:

Durante este mandato estão previstas alterações na gestão democrática das escolas?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(\*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No vosso Programa Eleitoral referia-se, na página 109, ponto 5, “criar o Centro Itinerante de Divulgação Científica”.

No ponto 6: “criar e implementar o lado móvel”.

Essas duas ideias ou promessas foram retiradas do vosso Programa do Governo.

Relativamente à segunda, eu sugeria não criar e implementar um lado móvel, porque, se bem me lembro, aquando da vigência de um dos anteriores titulares da Agricultura e Pescas foi adquirida uma viatura (não sei se era uma Mercedes Vit ou uma Renault Trafic) que fazia análises de água, tarefa que o INOVA estava perfeitamente acreditado.

Essa viatura esteve durante muito tempo estacionada no parque de estacionamento do Laboratório de Engenharia Civil, mesmo defronte ao INOVA (devia ser provocação!), mas nessa altura eram outros tempos, era tempo de não dar grande fôlego a essa instituição.

Gostaria de saber realmente quais são as intenções do vosso governo.

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Pereira.

**Deputado Alberto Pereira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tratando-se da minha primeira intervenção, permitam-me uma saudação especial ao Sr. Presidente da Assembleia extensível, naturalmente, a todas as Sras. e Srs. Deputados, igualmente aos Srs. Membros do Governo e à pessoa do Sr. Presidente do Governo, presente em espírito certamente nesta Assembleia, fazendo votos para que todos, sem excepção, possamos contribuir, durante esta legislatura, para a elevação do debate político, tendo sempre por referência o superior interesse dos Açores.

Não resisto, contudo, antes de formular duas questões ao Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência, a fazer um comentário à intervenção feita esta manhã pelo Sr. Deputado Francisco Coelho, a propósito das facções que, pelos vistos, pontificam no Partido Socialista e que discutem entre si as estratégias a adoptar para anular ou condicionar os novos deputados. Eu sei que o disse carinhosamente e, por isso, com a mesma intenção também, permita-me que lhe diga muito rapidamente que, nem à nascença, nem em idade adulta!... Nós não estamos aqui para morrer ou para desaparecer em combate!

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Permitto-me ainda dar mais uma indicação, da parte do Grupo Parlamentar do PSD, no sentido de que não há, deste lado, quaisquer maquinações sinistras no sentido de procurarmos anular ou condicionar os deputados socialistas, incluindo os novos, razão pela qual, nesse particular, podem ficar descansados.

Relativamente às duas questões que gostaria de formular ao Sr. Secretário Regional, uma delas é um pedido de esclarecimento obrigatório a respeito das medidas 2 e 3, do Objectivo 7, do Capítulo do Emprego e Trabalho, cuja redacção, com o devido respeito, Sr. Secretário, se me apresenta quase ininteligível. Mesmo admitindo a gralha e suprimindo o *e* que parece estar a mais, as dúvidas para mim subsistem.

Fica-se a perceber que o Governo quer intervir administrativamente na contratação colectiva, em caso de negociações inconclusivas, e depois proceder à extensão dos acordos obtidos.

No entanto, a intervenção administrativa nesses casos não depende da vontade do Governo, mas sim de uma ou ambas as partes e em qualquer caso visa apenas a conciliação ou a mediação de um conflito, não podendo impor às partes solução alguma e muito menos o acordo final.

Se o acordo for firmado, aí sim, o Governo pode, nos termos legais e respeitando os critérios legais, proceder à emissão de um regulamento de extensão, mas se a conciliação não for requerida ou resultar frustrada, não há acordo que possa ser objecto do regulamento de extensão.

Se assim é, e estou seguro que assim é, qual é o sentido de assumir como desígnio e opção estratégica do Governo, uma actuação vinculada por lei? Equivale a dizer, no fundo, que uma das principais medidas do Governo, em matéria laboral, é fazer o que a lei lhe manda fazer.

Eu reconheço que este enunciado não faz sentido e não quero crer que aquela medida não tenha um significado político, ainda que oculto ou deficientemente expresso e é neste sentido que solicito ao Sr. Secretário Regional que esclareça o sentido da mesma.

**Presidente:** Agradecia que concluísse, Sr. Deputado.

**O Orador:** Uma outra questão tem a ver especificamente com as linhas de actuação em matéria de promoção e incentivação da formação profissional dos trabalhadores em geral e, especialmente, da formação para menores sem escolaridade obrigatória e/ou qualificação profissional que tenham acedido ao mercado de trabalho e se confrontem com a impossibilidade material ou financeira de formação promovida pelo empregador.

A lei manda que o organismo correspondente ao Instituto de Emprego e Formação Profissional na Região – a Direcção Regional da Juventude, Emprego e Formação Profissional – forneça resposta em termos de apoio financeiro e/ou propostas formativas próprias. Isso não acontece presentemente nos Açores, como o Sr. Secretário Regional sabe. O problema é sério e já tem alguma expressão quantitativa, sendo que a sanção legal, para tais casos, é a nulidade dos respectivos contratos de trabalho.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

**Deputado Hernâni Jorge (PS):** Prescindo, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

(\*) **Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário da Educação e Ciência:

Em primeiro lugar, para felicitá-lo pela sua intervenção e gostaria de lhe colocar duas ou três questões que levantou, mas que poderiam ser detalhadas no sentido de me esclarecer.

Uma delas tem a ver com a questão do curriculum regional. Parece-me de uma importância extrema. Embora possa ser considerado um elemento de continuidade, é, seguramente, um elemento de grande inovação. Que caminho falta percorrer nesse sentido?

Outra delas tem a ver com as medidas que elenca o Programa do Governo relativamente ao abandono escolar. Por ser uma questão substantiva, também gostaria que sobre ela se debruçasse no sentido de dizer a esta câmara que medidas de inclusão perspectiva, uma vez que temos a medida genérica, mas não as medidas específicas.

Finalmente, em relação à figura do tutor, que já alertámos para a necessidade da sua substancialidade, gostaria que nos esclarecesse melhor das diferenças que terá, por exemplo, em relação à actual figura do director de turma.

Deixo a nota final de que, na área da educação, este me parece um Programa de Governo rico e substantivo, que pode, se bem conduzido e acreditamos que será, levar a educação a um novo rumo e não ser como alguns dizem um processo de continuidade.

Obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

**Deputada Catarina Furtado (PS):** Prescindo, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Mariana Matos.

**Deputada Mariana Matos (PS):** Prescindo, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

(\*) **Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma das afirmações do Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência, relacionou-se com a estabilidade laboral na Região.

Uma das coisas que referiu e que é muito importante para a nossa Região, é o acesso das mulheres ao mundo do trabalho. Sabemos que elas são, muitas vezes, mais desfavorecidas no acesso ao trabalho; sabemos também que elas, cada vez mais, começam a ter, na nossa sociedade, um maior peso no trabalho, se pensarmos que nos anos 90 estávamos nos 22% e hoje estamos nos 32%.

Esse empenho do Governo Regional, em termos do emprego das mulheres, é uma boa medida, no sentido de que valoriza uma área dos Açores que começa a ir para o mundo do trabalho.

Hoje, com a formação que nós vemos a nível das escolas, com uma maior participação e qualificação das mulheres, é importante que o Governo Regional tenha um empenho nesta área.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional, com o apelo à sua capacidade de síntese.

**(\*) Secretário Regional da Educação e Ciência (Álamo Meneses):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu tentarei ser sintético nas minhas respostas.

Começando pela questão que me foi colocada pelo Sr. Deputado Costa Pereira, gostava de lhe dizer que sim. Sim, mas não no sentido de alterarmos aquilo que temos, mas de consolidarmos.

Neste momento, a gestão das escolas nos Açores faz-se através de normas que são a adaptação de um diploma nacional. No último mandato, ao longo do último ano, foi preparado um novo diploma que não chegou a vir a esta câmara porque se entendeu esperar pela alteração constitucional, no caso das questões das Leis Gerais da República, e por uma eventual alteração da Lei de Bases do Sistema Educativo que chegou a ocorrer.

Esse diploma está preparado e tanto quanto possível trá-lo-emos aqui.

De facto, não introduz uma alteração de substância naquilo que estamos a fazer, apenas consolida e transpõe para legislação regional aquilo que neste momento está disperso por vários diplomas e essencialmente por uma adaptação num diploma nacional que é o Decreto-Lei 115-A.

Portanto, vamos criar um diploma próprio em que se consolide isso, não introduzindo alterações de vulto à forma como as nossas escolas são geridas. Manteremos, na essência, o funcionamento das escolas, embora alicerçado num novo diploma legal.

No que diz respeito às questões que me foram colocadas pelo Sr. Deputado Jorge Macedo, gostava de dizer que as medidas não desapareceram. Foram simplesmente, porque eram medidas que correspondiam a coisas pequenas e pontuais, incluídas na medida 2, do Objectivo 3, que tem a ver com a divulgação e a informação.

O lado móvel, a Infonetmóvel e outras iniciativas, são medidas que visam a divulgação do acesso à Internet, a divulgação do conhecimento científico e da cultura científica e para isso nós não precisávamos de ter aquilo disperso por várias medidas. Fizemos a sua aglutinação.

Não vamos abandonar esse projecto. Essas medidas estão contidas numa medida maior, até porque correspondem a coisas que materialmente já existem. O autocarro em que está instalado esse laboratório já existe, já temos o material montado, falta apenas a sua entrada em funcionamento, o que faremos a muito curto espaço de tempo.

Passando às questões que têm a ver com a intervenção administrativa nas negociações laborais, aquilo que se quer aqui dizer não tem a ver, como não poderia deixar de ser, com o promover administrativamente qualquer forma de acordo entre as partes. Trata-se, sim, de uma opção que terá que ser incluída na adaptação à Região do Código do Trabalho, em que se dê uma maior importância e uma maior capacidade de intervenção administrativa à administração regional, face àquilo que acontece no Continente.

Portanto, não é a questão de caso a caso e pontualmente o fazermos...

**Deputado Alberto Pereira (PSD):** Isso está mal expresso!

**O Orador:** Está mal expresso e reconheço. Teremos que esclarecer isto, até porque tem um erro de concordância no português. Promoveremos a sua correcção e o objectivo aqui é uma opção que será materializada num diploma que virá a esta câmara e que tem a ver com a adaptação à Região do Código do Trabalho e aí, sim, teremos que criar uma maior possibilidade de intervenção administrativa, em matérias de trabalho, até para podermos fazer face à maior debilidade que acontece a nível regional, particularmente nalgumas ilhas, dos diversos parceiros nestas áreas e refiro-me concretamente a alguns pequenos sindicatos e até às dificuldades que nós temos muitas vezes em promover as negociações neste âmbito.

É apenas isso que iremos fazer e não qualquer forma de, administrativamente, determinar regras de funcionamento.

Em relação à segunda questão, que tem a ver com a promoção da formação profissional para menores sem habilitação, essa é uma preocupação nossa.

Os cursos do PROFIJ e as respectivas bolsas existem, são adequados nalguns casos, noutros não são.

Nós temos um sistema de bolsas que tem que ser alargado e nas situações em que não seja possível a conciliação entre a manutenção do trabalho e a formação, terá que ser a Região – e isso acontecerá em muitos casos – a assumir o pagamento de uma bolsa que permita ao jovem fazer a sua formação. Quanto às questões que dizem respeito ao curriculum regional, nós estamos num percurso em que o VIII Governo Regional já deu o passo fundamental, o passo fundacional, através da aprovação do seu enquadramento do ponto de vista jurídico e depois das suas normas básicas que foram publicadas em forma de resolução.

Agora, temos que dar o passo seguinte. O passo seguinte passa por esta casa e consiste na aprovação do Decreto Legislativo Regional em que se determina a distribuição curricular das diversas disciplinas.

É isso que nós temos que preparar, mas volto a afirmar que é um percurso longo e difícil. Portanto, não é algo que vá acontecer de imediato.

Há uma longa discussão e um longo percurso a percorrer, um percurso que, com certeza, excederá a próxima década.

No que diz respeito às questões do abandono escolar, a Região tem vindo a tomar medidas, muitas delas pioneiras e que têm dado bons resultados, em termos da diversificação curricular, da criação de diversos cursos e programas voltados especificamente para os jovens que não conseguem sucesso no chamado ensino regular.

Teremos que aprofundar essas medidas e teremos que as coordenar com a acção social escolar.

São esses os objectivos expressos no Programa do Governo.

Quanto à figura do tutor, é uma figura essencialmente pedagógica que visa criar a possibilidade de termos um professor que faça o acompanhamento personalizado de um grupo de alunos, independentemente da questão da turma, daí substituir o director de turma, e um acompanhamento que não seja apenas de um ano, mas ao longo de todo o ciclo, por forma a permitir o aconselhamento e a condução das escolhas do aluno de forma a evitar o abandono e o insucesso.

Quanto ao acesso das mulheres ao mercado de trabalho, esta é uma das áreas em que a Região mais tem progredido. No que diz respeito às mulheres jovens, ao escalão etário abaixo dos 40 anos, a percentagem de mulheres que está no mercado de trabalho já começa a ser comparativa com o que acontece nas Regiões mais desenvolvidas da Europa. A média global continua relativamente baixa, já que nos escalões etários mais altos o número de mulheres a trabalhar é relativamente baixo, mas continuando por este caminho, com certeza seremos capazes de atingir os 60% da taxa de actividade estabelecida na estratégia de Lisboa.

Estamos no bom caminho para que em 2010 a fasquia esteja aí.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

(\*) **Deputado Costa Pereira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação:

Da sua resposta, se eu bem entendi, pode concluir-se que pretende manter a gestão democrática das escolas, na sua essência, independentemente de fazer algumas alterações que não são de fundo nem serão de vulto.

**Secretário Regional da Educação e Ciência (Álamo Meneses):** São pontuais!

**O Orador:** Sendo assim, e interpretei bem, gostava que o Sr. Secretário me explicasse por que é que a medida 12, do Objectivo 1, do Programa Eleitoral do Partido Socialista – “manter a gestão democrática das escolas a cargo de professores, propiciando a possibilidade de formação para o desempenho de tais funções” – ao ser transposta para o Programa do Governo, desapareceu.

No fundo, o que o Sr. Secretário pretende fazer é o que está aqui.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(\*) **Secretário Regional da Educação e Ciência** (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A medida foi simplesmente retirada porque se encontra dispersa pelas restantes e não acrescentava nada de novo ao Programa do Governo.

Nós tivemos algum trabalho de tentar reduzir o Programa Eleitoral a uma dimensão mais adequada no âmbito, que é aquele que aqui está, do Programa do Governo e ao fazer-se isso concluiu-se que essa medida, porque correspondia simplesmente a manter o que tínhamos, e não algo de novo que tivesse que ser para aqui ressaltado, não precisava de lá estar.

Nós vamos cumprir isso e a muito curto prazo teremos aqui o diploma que dá exactamente corpo a essa dimensão.

Muito obrigado.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Tomé.

**Deputado Nuno Tomé (PS):** Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Permitam-me que sendo a primeira vez que intervenho nesta Assembleia saúde o Sr. Presidente, as Sras. e os Srs. Deputados, o Presidente do IX Governo Regional e os seus membros.

No passado mês de Outubro as açorianas e os açorianos expressaram de forma inequívoca o seu apoio ao projecto Socialista para os Açores.

A análise cruzada dos resultados eleitorais com estudos de opinião permite-nos concluir que a juventude açoriana continua a rever-se no Partido Socialista.

Tal facto é por si só prova suficiente do sucesso da política para a juventude dos Governos Socialistas.

Ficou desta forma provado que mais importante do que ser agente de uma política de juventude baseada no mediatismo das iniciativas, é ter a capacidade de tomar medidas com impacto positivo na vida das pessoas. Políticas de juventude populistas baseadas no muito “circo” e nenhum pão, são como aquelas ofertas que impressionam mais pelo embrulho do que pelo conteúdo.

A visão global da problemática da juventude patente na actividade dos VII e VIII Governos Regionais mostrou-se capaz de dar resposta à multiplicidade de factores que influenciam a vida dos jovens.

A apreciação positiva das políticas implementadas foi amplamente facilitada pela evidência das estatísticas.

A taxa de desemprego é desde 2000 metade da média nacional e a taxa de Emprego é de 67%, muito próxima dos 70% definidos pela União Europeia na Estratégia de Lisboa como objectivo para o ano 2008.

Mas, Srs. Deputados, reconheça-se!

O maior mérito da política de juventude dos Governos Socialistas reside na sua capacidade de a partir de uma análise realista da nossa sociedade promover uma educação para a cidadania activa.

Os mais esquecidos poderão até pensar que o modelo foi sempre este.

Porém, basta que nos lembremos do célebre episódio do cartaz do preservativo da Luta contra a Sida para reconhecermos que, infelizmente, nem sempre assim foi.

A continuidade de políticas repressivas e condicionadoras do acesso à informação poderia ter votado ao insucesso as novas gerações. Todavia, em 1996, cansados de estagnação, partimos à conquista de novas fronteiras.

Hoje, os jovens açorianos estão mais preparados para viverem em permanente contacto com o mundo. A desconfiança deu, finalmente, lugar à esperança.

As novas tecnologias da informação são a ponte entre os Açores e o mundo. A globalização abre-nos uma enorme janela de oportunidades.

Não nos esqueçamos porém, que economicamente a revolução agrícola serviu aos senhores das terras e a revolução industrial aos industriais. A revolução tecnológica, a primeira que acontece durante o estado de previdência, deve trazer prosperidade às pessoas.

É a democracia que nos impõe esta tarefa. A tarefa de redistribuir a riqueza mas acima de tudo a de facultar oportunidades para que todos possam ter condições para vencer.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os últimos oito anos permitem-nos encarar, pelo menos, os próximos quatro com esperança. Os cerca de 50 mil jovens, que se encontram inscritos nos diferentes dispositivos de educação/formação do arquipélago, chegarão ao mercado de trabalho na próxima década. A estes acrescerão os mais de 2500 que frequentam instituições de ensino superior fora da região.

A política de emprego do Governo Regional tem sido capaz de dar resposta ao aumento da população activa. Aproximadamente 40% dos activos actuais ingressaram no mercado de trabalho depois de 96 tendo, entre este ano, e o de 2004 subido a população empregada em 17%.

O sucesso deveu-se a uma política de emprego planeada. A elaboração do Plano Regional de Emprego e a consequente criação do Observatório de Emprego e Formação Profissional são disso exemplo.

O programa de governo que agora se analisa atribui novas funções ao Plano Regional de Emprego. A produção de previsões de médio longo prazo contribuirá para o aprofundamento da vertente planeamento.

Ainda no âmbito da planificação estratégica, salienta-se o desejo de promover, em parceria com a Universidade dos Açores, estudos prospectivos sobre as necessidades de recursos humanos qualificados com licenciatura ou mestrado.

Recentemente a Juventude Socialista Açores juntou-se a este esforço de planeamento. Propusemos a criação de uma bolsa de estudantes açorianos finalistas. Este instrumento possibilitará uma maior interligação entre as centenas de açorianos que todos os anos finalizam a sua formação e o mercado de trabalho regional.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: Os Açores são a Região mais jovem do país em termos demográficos.

A mais valia de termos mais de 50 mil jovens qualificados a ingressarem no mercado de trabalho na próxima década permitirá que a Região possa dar um passo de gigante rumo ao desenvolvimento. Todavia, convém que tenhamos bem presente. A prosperidade da nossa comunidade não depende exclusivamente do sucesso da política de emprego.

Preparar uma geração de vencedores exige planeamento. A criação de um observatório de qualidade para o sistema educativo, autónomo e participado por todos os intervenientes traduzir-se-á numa melhor articulação entre os agentes educativos.

A universalização do acesso ao ensino pré-escolar para todas as crianças com mais de três anos assume particular relevância. Abrir-se-á, desta forma, precocemente, a possibilidade de um maior e melhor desenvolvimento, propiciando-se às crianças estímulos e vivências que a maior parte das famílias não podem dar.

Fomentar o acesso dos alunos às tecnologias de informação e comunicação integrando-as no processo educativo, nomeadamente na sala de aula é outra forma de combater a desigualdade de oportunidades.

O regime supletivo de bolsas de estudos para o ensino superior como forma de promover o acesso de jovens cujo agregado familiar viva em carência económica é uma das traduções práticas de uma política estrutural que visa garantir que nenhum jovem fique impedido de frequentar a escola e de prosseguir estudos a qualquer nível por comprovada carência de recursos financeiros.

Educar para a cidadania activa deve ser, a par da promoção de igualdade de oportunidades, o princípio fundamental imanente a todo o sistema de ensino.

A integração no currículo, com carácter de obrigatoriedade, do ensino para a promoção do bem-estar individual, do empreendedorismo, do *futurum vitae* e *projecto profissional*, da cidadania activa e da saúde afectivo-sexual e reprodutiva são marcas indeléveis de uma política educativa arrojada.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: A juventude açoriana não tem medo do futuro. A Juventude Açoriana acredita nos valores da tolerância, da solidariedade, da liberdade e da igualdade de oportunidades.

A Juventude Açoriana acredita na felicidade. Os Açores não são apenas a soma de nove ilhas. São a terra que escolhemos para viver. Longe vai o tempo em que viver nos Açores poderia ser uma fatalidade.

Hoje, viver nos Açores é ser cidadão do mundo. É participar na aldeia global.

É acreditar que a força de vontade de um povo na procura da sua felicidade é maior que o oceano que nos rodeia.

Disse.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

**Deputado Costa Pereira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Ao fazer a primeira intervenção nesta legislatura, não posso deixar de me dirigir, em primeiro lugar, a todos e cada um dos que aqui representam os legítimos anseios dos açorianos, das nove ilhas dos Açores.

Na sua pessoa, Sr. Presidente, cumprimento todos e faço sinceros votos para que o trabalho que aqui formos capazes de desenvolver contribua para a dignificação deste Parlamento e ajude, de forma decisiva, o progresso e desenvolvimento dos Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Todos estaremos de acordo que a família é a primeira e a mais privilegiada instituição educativa, pois é nela que começa a existência do Homem e é ela o meio mais adequado e natural para o indivíduo se promover como pessoa. É na família que cada um é aceite por aquilo que é e não por aquilo que faz.

Também todos estaremos de acordo que a família é uma estrutura fundamental e imprescindível na organização das sociedades, onde se adquirem e desenvolvem os comportamentos sociais e a integração na sociedade.

Também todos aceitaremos que a família não é hoje o que era e que, talvez por isso, se fale de crise da família, querendo-se, desse modo, muitas vezes, referir aquilo que são algumas das profundas mudanças que nela se verificam hoje.

Mas, apesar de todas as alterações e de todas as mudanças, de facto continua a residir na família um papel educativo essencial. A estrutura nuclear da personalidade dos filhos constrói-se no seu seio e é nela que se articula a abertura dos filhos à sociedade. A família aparece, assim, como um lugar embrionário essencial onde se aprende a viver, a ser, a estar, a respeitar os outros e a colaborar com eles.

A obra da educação que os pais começam é continuada pela Escola, que surge, assim, como uma instituição que actua em ligação entre a família e a sociedade, devendo ser o complemento educativo da família, devendo ajudar, de forma prioritária, os pais no cumprimento das funções que lhes competem por direito e por dever.

Entre todas as estruturas educativas, a Escola ocupa um lugar incontornável onde se deve desenvolver a capacidade de julgar rectamente e com espírito crítico; onde se deve promover o sentido dos valores, preparando, pelo conhecimento teórico e prático, a vida profissional dos alunos e habilitando-os para a sua participação na sociedade. Por isso, se defende a Escola como um núcleo no qual devem tomar parte, em co-responsabilidade, os pais e os professores, os promotores da vida cultural e cívica e toda a comunidade.

Não vemos no Programa deste Governo, nesta área, com a clareza e a prioridade que gostaríamos, o objectivo de ajudar a conciliar sistema educativo e vida familiar, de forma a que a Escola possa responder de forma mais eficaz às dificuldades e às exigências da vida dos nossos dias, completando e ajudando, ao lado de outras instituições da sociedade, as famílias na sua tarefa de educar e formar os filhos.

Privilegiar “a cooperação entre a família, a Escola e a comunidade, assente num projecto de educação centrado nos valores, sempre em abertura, mas referidos e fundamentados na dignidade da pessoa humana” (Cassiano Reimão, 1997) é uma exigência de modernidade e indispensável prioridade de qualquer política educativa.

E se a Escola existe para prestar um serviço de ajuda aos pais e de ligação com a comunidade, torna-se óbvio que pais e comunidade têm o direito de saber o que fazem as escolas dos seus filhos, de as interrogar e questionar. E estas rapidamente têm de abandonar aquilo que António Nóvoa designa pelo seu “carácter cego. As outras instituições interrogam-se periodicamente sobre elas próprias, reflectindo colectivamente em instâncias qualificadas sobre o seu funcionamento. Esta prática é desconhecida nos estabelecimentos de ensino. E estamos de tal modo habituados a este funcionamento às cegas, que já nem sequer damos por ele.”

O “observatório de qualidade para o sistema de ensino”, proposto no Programa de Governo tem fins mais genéricos e não substitui a necessidade que entendemos haver de um sistema regional de monitorização e avaliação interna e externa das escolas, mais próximo da realidade concreta de cada comunidade e, por isso, de maior eficácia prática.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Um dos mais importantes e decisivos desafios que se colocam ao sistema de ensino e à Escola neste início do século XXI é o de ser capaz de enfrentar a questão do sucesso escolar dos seus alunos. Como escreveu Joaquim Coelho Rosa, “o insucesso não é um problema de polícia, é uma questão de educação. Resolve-se com a razão, não com o poder.”

A questão do sucesso dos nossos alunos não é um problema administrativo: podemos reorganizar os serviços, reestruturar a sua gestão, mudar os equipamentos da escola, mas só teremos condições de resolver o problema do insucesso escolar se o enfrentarmos como um problema educacional e centrarmos o objectivo da intervenção da Escola no sucesso das aprendizagens dos seus alunos. Isto é que é o fundamental. É isto que nos deve mobilizar a todos em partilha de responsabilidades: professores, alunos, pais, funcionários, responsáveis políticos, numa palavra, toda a comunidade educativa.

Por isso, se todos concordamos com as preocupações expressas no Programa do Governo em “conceber um ensino de sucesso”, em a Escola “procurar dar a todos as mesmas oportunidades”, em combater o insucesso escolar pensando “noutros saberes e em novas formas de relação entre o que se aprende e quem aprende” e implicando “a diversificação curricular e um constante esforço no sentido de adequar os conteúdos e os métodos às necessidades concretas dos alunos”, se todos concordamos com a aprendizagem e a formação contínua ao longo da vida e o fomento da escolarização de segunda oportunidade e se todos subscrevemos estes princípios, a verdade, porém, é que a prática passada foi, muitas vezes, a eles contrária. As alterações introduzidas no Ensino Recorrente estão a levá-lo à extinção e as elevadas taxas que exigem aos alunos reservam-no só para alguns. A redução do número de alunos por turma não é, em si, a solução para o insucesso, mas ter 27 ou 28 alunos numa turma do segundo ou terceiro ciclo não é seguramente a mesma coisa que ter 20. E isso tem também obviamente a ver com o sucesso.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para o mandato que agora se inicia antevêem-se algumas mudanças que importa ter em particular atenção: defende-se “a reestruturação global do 1.º ciclo do ensino básico”, a substituição dos directores de turma pela figura do tutor, e crê-se que poderão existir mudanças na gestão democrática das escolas.

Não há política educativa nem reformas do ensino que tenham a mínima possibilidade de sucesso se nelas os professores não se revêem nem se sentem implicados. Não pode ser retórica vazia de conteúdo, depois negada na prática quotidiana, escrever no Programa de Governo que se deve “prestigiar e dignificar o papel dos professores e formadores”. Por isso, deixamos o registo da exigência de que as decisões políticas se tomem em diálogo e concertação, ouvindo com abertura, boa fé e consequência os parceiros educativos. É também por aqui que se dignifica e prestigia o papel dos professores.

Simultaneamente exige-se prudência e bom senso, para evitar que uma produção legislativa e regulamentadora desadequada possa tornar a educação nos Açores, em certas áreas, num gueto do sistema nacional.

Finalmente, a execução da Carta Escolar no domínio das construções, cujo planeamento falhou nas anteriores legislaturas. Vamos acompanhar a sua execução e a verificação do cumprimento das prioridades nos investimentos conforme se assume no Programa. É agora a altura de cumprir o que se prometeu aos Açorianos.

Criar na Região um sistema educativo que seja capaz de dar resposta adequada às crianças e jovens que o frequentam, fomentador do sucesso, mobilizador de saberes e que dê oportunidades iguais a todos, é um desafio permanente que nos deve unir a todos no essencial.

O programa do Governo na área da Educação materializa um projecto que vem desde os anos anteriores, com o qual discordamos em várias áreas, mas cuja legitimidade democrática respeitamos. Estaremos aqui, atentos e disponíveis, para contribuir com nosso trabalho para o apoio ou para a crítica alternativa como é nosso dever.

Tenho dito.

**Deputados Mark Marques e José Manuel Bolieiro (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

*(Pausa)*

Tenho inscrito as Sras. Deputadas Cláudia Cardoso e Piedade Lalandia.

Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

**(\*) Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Alguns pedidos de esclarecimento ao Sr. Deputado Costa Pereira, na sequência da sua intervenção. Devo dizer que no essencial ela me pareceu de aplauso a este Programa do Governo e daí a estranheza primeira do voto contra do vosso Grupo Parlamentar, nomeadamente no que diz respeito à educação, porque me pareceu de concordância, aliás, expressou por diversas vezes opiniões com as quais concordo e subscrevo. De facto, estão em ampla contradição com o voto que já anunciaram.

Relativamente à questão do sucesso escolar que abordou de uma forma que me pareceu esbarrada, disse que não era um problema de “polícia”, citação com a qual concordo.

Recordo-lhe, como se deve lembrar, de que foi o vosso anterior Grupo Parlamentar que fez preposições que pareciam efectivamente problemas de polícia. Lembro a questão das câmaras de vídeo a serem instaladas nas escolas. Portanto, eu partilho da sua posição agora, mas acho que ela entra em contradição com posições adoptadas anteriormente e o senhor já cá estava.

Falou da necessidade da reestruturação global do ensino básico. Com certeza estamos de acordo. É uma questão programática.

Disse que os professores não se revêem muitas vezes nestas medidas e com aquilo que teoricamente se estabelece. Gostava que me dissesse, relativamente ao Programa do Governo, se não está de acordo com tudo aquilo que ele professa relativamente à questão do pessoal docente e também na questão dessa reestruturação.

Finalmente, salientou aqui, aliás como não é de estranhar, a questão da Carta Escolar e do seu acompanhamento. Eu gostaria de alertá-lo para a necessidade deste debate do Programa do Governo se fazer, sobretudo, à volta da questão da qualidade. Sendo assim, gostaria de lhe perguntar se não reconhece que, em termos de qualidade, hoje, a nossa Região é, sem termos em conta os prazos e os empreiteiros, uma região dotada de infra-estruturas educativas muito melhor do que aquela que herdámos?

Obrigada.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** *Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalandia.

**(\*) Deputada Piedade Lalandia (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria reagir à expressão adoptada pelo Sr. Deputado Costa Pereira, quando diz que a escola existe para prestar uma ajuda aos pais.

A escola não existe para prestar uma ajuda aos pais. A escola pode ser complementar na educação das crianças e dos jovens, mas essa complementaridade não é uma ajuda, porque vão longe os tempos em que a família se encarregava das funções que actualmente competem à escola.

A escola tem as suas funções próprias e os pais têm o seu lugar na educação dos jovens e das crianças. Pena é que os órgãos que permitem a participação dos pais nas escolas estejam muitas vezes vazios de participação. Os pais demitem-se da sua voz nos órgãos próprios e nas associações de pais.

Há também que ter em conta que neste apoio que deve ser dado aos jovens e às crianças, devem ser privilegiados aqueles que têm maiores dificuldades e os mais carenciados, porque se a escola hoje em dia é democrática e é acessível a todos, nós sabemos que nem todos conseguem fazer um

percurso escolar idêntico e por isso existe abandono escolar. De certo, que o abandono escolar não é nas camadas sociais mais favorecidas.

Portanto, quando o Programa do Governo aposta no combate ao abandono e ao insucesso, dá prioridade àqueles que têm mais dificuldade na escola, às famílias mais carenciadas e daí que há uma vertente de ligação educação/acção social que é fundamental neste momento.

Era bom que todos os pais fossem ajudados, mas há que fazer escolhas e, em primeiro lugar, ajudar os que mais precisam.

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Dispõe de 3 minutos.

(\*) **Deputado Costa Pereira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, porque não temos tempo, duas questões que gostava de referir.

Primeira questão:

A Sra. Deputada Cláudia Cardoso não percebeu rigorosamente aquilo que eu disse acerca do pessoal docente. Eu não falei que o pessoal não se revia neste programa ou noutro programa qualquer. O que eu disse foi que não há programa nem política educativa que tenha sucesso se nela os docentes não se revirem e não se sentirem implicados. É completamente diferente.

Segunda questão:

Quanto aos temas de debate sobre a educação, se são estes (a qualidade, a questão das construções escolares, a Carta Escolar ou outro tema qualquer), os senhores escolham os que querem debater. Nós escolheremos os nossos com elevação e respeito sobre aquilo que nos une, mas também sobre aquilo que nos divide.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

(\*) **Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu estou estupefacta com a intervenção do Sr. Deputado Costa Pereira!

De facto, em momento algum, eu quis ofendê-lo na escolha dos temas que aqui trouxe. Portanto, a questão da elevação penso que é excessiva e não se aplica de forma nenhuma.

Podia ter pedido a defesa da honra, se se viu assim tão ofendido.

Aquilo que eu queria dizer é que percebi perfeitamente a sua intervenção. Em muitos aspectos, como lhe disse, concordo consigo e só não explicou por que é o voto contra ao Programa do Governo Regional, uma vez que na esmagadora maioria dos exemplos concorda com ele.

**Deputado Costa Pereira (PSD):** Já lhe entrego uma cópia da minha intervenção. Poderá lê-la e compreender melhor!

**Presidente:** Muito bem, terá sido um mal entendido.

Passo a anunciar os tempos disponíveis e em seguida vamos fazer um intervalo.

O Partido Socialista ainda dispõe de 171 minutos.

O Partido Social Democrata dispõe de 93 minutos.

O Governo dispõe de 125 minutos.

O Partido Popular dispõe de 78 segundos.

Estão suspensos os nossos trabalhos durante 30 minutos.

*(Eram 17 horas e 35 minutos)*

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

*(Eram 18 horas e 30 minutos)*

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados:

Permitam-me, em primeiro lugar, que no início desta legislatura cumprimente todas as Sras. e Srs. Deputados, desejando os maiores sucessos no seu trabalho a bem do desenvolvimento dos Açores.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados:

Desde há oito anos assiste-se a um grande investimento público e privado no sector da habitação. Os VII e VIII Governos Regionais imprimiram uma nova energia a este sector direccionando o esforço de investimento para os estratos sociais mais vulneráveis. Um dos indicadores relevantes deste investimento expressa-se, por exemplo, na cedência do número de lotes/ano: 117 até 1996 para 266 de 1997 a 2004.

Elegemos como prioridade para os próximos quatro anos a recuperação do parque habitacional degradado que irá continuar a ser fortemente intensificada com o objectivo de continuar a melhorar as condições de debilidade, salubridade e conforto das edificações dos Açores. Doutro modo, é um imperativo renovar e intensificar a aposta no sector da habitação como uma grande causa regional por duas razões:

- a) potencial efectivo de crescimento populacional em alguns concelhos dos Açores;
- b) parque habitacional antigo, e, ainda em muitas freguesias desajustado em termos espaciais, de segurança e conforto, o que o torna vulnerável e oneroso perante catástrofes naturais cíclicas.

Apesar dos avanços conseguidos nos últimos oito anos no domínio da melhoria das condições habitacionais nos Açores, e do grande investimento feito neste domínio é preciso prosseguir na garantia dos direitos sociais fundamentais resolvendo carências e promovendo o acesso à habitação apoiada. Nos próximos quatro anos este esforço vai prosseguir, principalmente, nos programas de habitação degradada, dos realojamentos e custos controlados, criando-se também novos programas de apoio à construção e reabilitação urbana de modo que se reduzam as vulnerabilidades sísmicas do edificado.

Continuaremos a descentralizar e a desburocratizar o acesso aos programas habitacionais, disponibilizando, via Internet, os requisitos de acesso e formulários de candidatura através de suporte informático.

A integração do sector habitacional prosseguirá atendendo aos aspectos sociais, económicos, ambientais, jurídicos e institucionais com vista a uma estreita relação entre a política de habitação, do ordenamento do território e de desenvolvimento social, pelo que continuarão a ser privilegiados, nos novos loteamentos ou nos que forem requalificados, espaços verdes e equipamentos sociais.

Os loteamentos promovidos pelo Governo terão também atenção a novas condições sociais como famílias monoparentais, para além das majorações nos apoios já existentes para pessoas com deficiências, numa atitude permanente de diversificação de tipologias, modos de promoção e dos promotores.

A habitação constitui, portanto, prioridade absoluta. Partimos de um patamar e de uma situação de grande carência habitacional na RAA. Sabemos que o défice habitacional não se resolve de um dia para o outro, mas, é preciso, como temos feito, dar provas de continuidade na acção, persistência e sentido de urgência no debelar das carências habitacionais ou das situações de catástrofe.

Para o Governo, habitação condigna está necessariamente associada a uma integração social efectiva, de modo a permitir o estabelecimento de novos padrões de qualidade de vida. Mais do que dar um tecto, promover este sector é estabelecer o equilíbrio individual e social em espaços que representem uma oportunidade de integração normal na vida comunitária. Outrossim, é preciso que todos os agentes com responsabilidade em matéria habitacional tenham preocupações de reabilitação dos chamados, na terminologia da década de sessenta, "bairros sociais" e na recuperação de centros urbanos.

A habitação constitui, deste modo, um factor de desenvolvimento social e estrutural da nossa população pelo que continuaremos a actuar de modo solidário junto dos estratos sociais que mais carecem de habitação condigna. Queremos que cada habitação seja um espaço que proteja a vida das pessoas, diariamente, bem como as estimule à plena integração individual e colectiva nas nossas comunidades. Queremos um novo paradigma urbano que signifique "promover a cidadania e fazer bem a cidade".

Vamos continuar a trabalhar para conseguir estar à altura da palavra prioridade, aproveitando as sinergias do Governo e da sociedade, com vista a modernizar, requalificar e garantir segurança ao nosso parque habitacional, renovando a nossa política de habitação e colocando-a no vértice da pirâmide das necessidades e dos direitos das famílias açorianas, a par de outras áreas sociais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Nos últimos oito anos, o sector da construção civil tem vivido num clima de saudável de confiança, onde pontificaram elevados níveis de investimento público e privado, permitindo assim o crescimento do sector, a manutenção da taxa do desemprego a valores nunca atingidos e à criação de valor.

É neste quadro objectivo que, também no sector da construção civil vamos continuar a transformar os Açores com a colaboração activa das empresas, adequando as nossas necessidades aos nossos recursos disponíveis, num esforço crescente de melhoria da vida dos açorianos, afinal primeiros e últimos destinatários do nosso desenvolvimento e futuro colectivo.

Para os próximos anos, prevê-se que o investimento público e privado com impacto no sector da construção continue estabilizado perante novas oportunidades. Temos que potenciar as oportunidades e ultrapassar as ameaças que já foram identificadas. O IV Quadro Comunitário de Apoio pode continuar a fazer crescer o mercado ou a estabilizá-lo através do financiamento directo de obras públicas, quer através do apoio ao investimento de sectores económicos que implicam procura no sector da construção.

A especialização de empresas pode melhorar o número e vantagens das parcerias e consórcios, o que resultará no aumento da produtividade da qualidade das intervenções e no aumento da competitividade.

As infra-estruturas existentes construídas na década de oitenta estão a entrar num ciclo de conservação (por deficiente construção ou pela inevitável requalificação) o que deve ser visto como novo nicho de mercado.

O crescimento de actividades de lazer e recreio, bem como a sua associação ao sector do turismo implicarão necessidades de novas infra-estruturas como marinas, portos de recreio, campos de golfe etc.

Também serão oportunidades os negócios relacionados com a recuperação de edifícios de valor histórico ou de cariz habitacional e os negócios ligados ao ambiente, água, energia e hidráulica que também podem constituir nova frente de oportunidades para a construção civil (correção e limpeza de leitos de ribeira, intervenções em bacias hidrográficas e obras hidráulicas de regimes torrenciais, captação, tratamento, transporte e distribuição de água, requalificação e protecção de orlas costeiras).

O mercado de habitação público e privado, o projecto das SCUT e os investimentos lançados pelas novas sociedades anónimas, serão com certeza outras tantas oportunidades. Em simultâneo, teremos que fazer face a algumas ameaças como a rápida evolução das tecnologias ao nível dos materiais e técnicas construtivas que terá de ser acompanhada pelas empresas.

Continuaremos, portanto, a usufruir da tranquilidade indispensável para o desenvolvimento das nossas empresas; porém, a construção civil carece também de adaptar-se, permanentemente, às novas realidades, oportunidades e desafios que o nosso tempo exige, tendo em vista garantir a sua sustentabilidade, na vigência do IV Quadro Comunitário de Apoio.

Na verdade, temos ainda que continuar a melhorar muitas das empresas do sector ao nível da organização e dos recursos humanos, ao nível da especialização, do apetrechamento para sistemas de garantia de qualidade e para as áreas de higiene e segurança no trabalho. Vamos continuar a fazer dos Açores um lugar cada vez mais seguro também para trabalhar.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados:

Como já referi, o sector das obras públicas regionais continua a ser um factor decisivo no equilíbrio das empresas e na economia regional, bem como na regulação do mercado de emprego. A política de sucesso neste sector, na vigência dos VII e VIII Governos, vai continuar, baseada na prática do faseamento e adequação dos investimentos aos recursos humanos e financeiros de que a Região pode dispor em cada momento.

Desde algum tempo, os Açores entraram numa nova fase de desenvolvimento que atingiu também o sector da construção civil. Mais do que ter posto a funcionar este sector conseguiu-se transformá-lo, como se demonstra com indicadores relacionados com a maior qualificação de algumas das nossas empresas, com o número de parcerias entre empresas entretanto realizadas, ou com os dados comparativos das médias de consumo de cimento entre 92 e 96 e 97 e 2004 ou mesmo das licenças de construção.

É neste quadro objectivo que vamos continuar a transformar os Açores com a colaboração activa das empresas, adequando a crescente melhoria da procura às necessidades dos açorianos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

No sector dos Transportes Terrestres continuaremos o esforço de apoio à renovação das frotas de transportes colectivos, o apoio às associações de táxis e a adaptação, quando se justificar, da Lei de Bases dos Transportes Terrestres à realidade açoriana e à sua compatibilização com as normas europeias. É neste quadro de plena cidadania que queremos também um sector de telecomunicações que garanta objectivos de interesse público, designadamente, com um moderno e adequado acesso à informação e ao conhecimento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A melhoria qualitativa da segurança civil dos Açores passou pelo sucesso de vários projectos: rede de telecomunicações de emergência, revisão da Lei Orgânica, apoio à realização de Planos Municipais e criação de Serviços Municipais de Emergência praticamente inexistentes em 1996, melhoria ou construção de infra-estruturas de corpos de Bombeiros dos Açores, novas gratificações e aumento do número de tripulantes de ambulâncias, renovação das viaturas das corporações de bombeiros (uma centena adquiridas nos últimos 8 anos) e de equipamentos, incremento nas acções de formação e sensibilização nas escolas açorianas, criação de um projecto de sensibilização e treino destinado à prevenção e protecção dos estratos populacionais mais idosos, apoio a novas valências de protecção civil (como complementaridade de socorro a náufragos), assessoria técnico-científica da Universidade dos Açores, criação do Estatuto Social do Bombeiro e do seu regulamento, bem como do Regulamento dos Corpos de Bombeiros.

O grande investimento realizado nos últimos oito anos na protecção civil materializou-se num projecto de segurança e de defesa civil nos Açores balizado por um planeamento estratégico, pelas melhorias na qualificação de recursos humanos e sensibilização das nossas populações.

A Protecção Civil nos Açores continuará a promover a construção de uma cultura de prevenção e segurança através de um maior conhecimento dos riscos e vulnerabilidades e da informação sobre as medidas de auto-protecção de cada cidadão. O Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores continuará a aprofundar a cooperação técnico-científica com a Universidade dos Açores e outras instituições, alargando a monitorização de parâmetros de risco de modo a prevenir acidentes e catástrofes. A Carta de Riscos dos Açores será um instrumento fundamental na análise e revisão dos planos de ordenamento ao nível regional e autárquico.

Serão alargadas as acções de sensibilização a toda a população, em particular, às que vivem em zonas de maior risco sísmico-vulcânico ou em aglomerados populacionais cujo parque habitacional é vulnerável.

O apoio para a aquisição de equipamentos às Associações Humanitárias de Bombeiros da Região deve continuar numa lógica de ajustamentos a novas condições do tecido urbano e ameaças modernas em termos químicos e biológicos.

Em matéria de protecção civil, a próxima legislatura terá, assim, a marca da qualificação dos recursos humanos, de modo a consolidar um sector fundamental para o desenvolvimento sustentável da nossa Região, que fruto do seu enquadramento geodinâmico é vulnerável a catástrofes naturais de origem geológica.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Estamos a construir uma sociedade melhor, mais moderna e segura e assim continuaremos nos próximos quatro anos, com a confiança dos açorianos que sufragaram livremente os princípios programáticos que estamos a apresentar.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Estão abertas as inscrições.

*(Pausa)*

Estão inscritos os Srs. Deputados Jorge Macedo, Rui Meneses e Costa Pereira.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(\*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Dizem na página 52 e 53 do vosso Programa do Governo que pretendem aumentar a qualidade e a competitividade da fileira da construção civil. Para isso propõem duas medidas: uma tem a ver com a qualificação dos recursos humanos e a outra, apenas outra, com a adaptação da legislação nacional.

Sr. Secretário Regional, permita-me a franqueza, mas isso é de uma pobreza franciscana.

A qualidade na fileira da construção civil obtém-se quando o cliente é exigente, obrigando as empresas que querem prestar esses serviços a adaptarem-se e a promoverem a qualidade dentro das suas organizações.

Para isso é preciso que os clientes (Governo Regional) tenham projectos bem executados, sem resmas e quilos de erros e omissões, bem fiscalizados, cadernos de encargos muito exigentes e obras bem fiscalizadas. O Sr. Secretário Regional sabe muito bem que se assim não for, não se promove a qualidade e nós temos obras a custar o dobro, o triplo e, em alguns casos, como V. Exa. bem sabe, muito mais do que o dobro e o triplo.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Meneses.

(\*) **Deputado Rui Meneses (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de fazer uma pergunta muito concreta ao Sr. Secretário.

Em matéria de habitação, uma das medidas, diz que este Programa do Governo pretende concluir, com as câmaras municipais, “os acordos de colaboração existentes para construção e aquisição de habitações destinadas ao realojamento de famílias residentes em barracas ou casas abarracadas”.

Pretende-se dizer com isto que no final desta legislatura desaparecem as barracas e as casas abarracadas dos Açores ou foi por esquecimento dizer que vão ser criados novos projectos de colaboração nessa área?

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

(\*) **Deputado Costa Pereira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Programa do Governo não faz qualquer referência explícita à reconstrução das Ilhas do Faial e Pico. A verdade é que este processo vai ter continuidade na próxima legislatura.

Relativamente à situação dos sinistrados do 1º escalão sem terra, que já está resolvida legislativamente, qual o planeamento das acções futuras que se prevêm?

Em relação à situação dos sinistrados do 2º e do 3º escalão, que foi objecto de uma resolução aprovada por unanimidade nesta Assembleia, qual é a intervenção que se prevê nessa área?

E para a resolução da situação dos sinistrados do 1º escalão que, sem culpa própria, foram colocados fora das empreitadas, o que se prevê?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(\*) **Deputado Lizuarte Machado (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O aumento da fileira da qualidade da construção civil passa, naturalmente, pelo aumento da qualificação humana, que invista de uma forma abrangente, que não tenha a ver com os prestadores directos de mão-de-obra na execução das obras, mas sim com a qualificação humana da gestão ao nível das próprias empresas e passa, necessária e forçosamente, pela qualificação do factor humano. Aliás, nenhum país evoluiu, e nós temos bons exemplos na própria União Europeia, sem apostar na qualificação humana.

Nós, Região Autónoma dos Açores, somos um bom exemplo de que a aposta feita nos últimos anos nessa qualificação humana deu os frutos que há bocado foram aqui apresentados, quer pelo Sr. Vice-Presidente do Governo, quer por outros Membros do Governo.

Portanto, a aposta na qualificação humana é fundamental em qualquer sector e também é fundamental neste.

Relativamente à reconstrução, o Programa do Governo não faz nenhuma referência. Este processo está em fase de conclusão e não fazia sentido fazer referência na medida em que, como qualquer outra obra, esta é uma obra de grande dimensão em fase de conclusão.

Naquilo que diz respeito às responsabilidades directas da Região, concretamente naquilo que são as empreitadas, o processo está em fase de conclusão, as obras estão concluídas ou estão em curso. Há algumas pontas e uma delas é a questão dos sem terra que tem um enquadramento em legislação própria e que também está a ser resolvida. Aliás, sob algumas vertentes será resolvida muito brevemente. Avançará até mais rápido do que aquilo que inicialmente se tinha previsto, felizmente, porque algumas questões avançarão mais rapidamente.

Queria também deixar registado que esta grande obra de reconstrução – não foram só as empreitadas das habitações degradadas, foi um conjunto de infra-estruturas públicas que, por via do sismo, foram também destruídas e foram recuperadas por iniciativa do Governo Regional – como nós tínhamos garantido, está em fase de conclusão. Tanto está em fase de conclusão que se percebeu claramente, durante o processo eleitoral, que não houve nenhuma contestação nas zonas sinistradas que nós tivemos oportunidade de percorrer. Nem nessas circunstâncias a oposição conseguiu (bem que tentou!) trazer para a comunicação social casos pendentes graves ou casos que estando pendentes não estivessem em fase de resolução.

Este foi realmente um grande empreendimento, discutível sob muitos pontos de vista, mas plenamente assumido e em fase de conclusão, com todos os méritos, como tínhamos garantido aos sinistrados.

Relativamente a este processo pouco mais haverá a dizer, a não ser que as perguntas aqui colocadas são apenas para fazer constar, porque as respostas a elas, no terreno, estão mais do que dadas.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** As perguntas colocadas são tão legítimas como as respostas!

**Deputado Mark Marques (PSD):** Para a próxima perguntamos se podemos perguntar!

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

**(\*) Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que o Governo Regional há data de 97, viu-se confrontado com a necessidade de, em primeiro lugar, pôr a funcionar o sector da construção civil e, por isso, nessa altura, o conceito de qualidade nem fazia muito sentido às empresas, porque estas estavam preocupadas com os seus problemas financeiros.

Felizmente, nesta caminhada que temos trilhado, muitas empresas começaram a entender esse conceito de qualidade, muitas já estão acreditadas pelo Instituto Português de Qualidade. Temos mesmo obras, como o Laboratório Regional de Engenharia Civil, que foram projectadas, executadas e fiscalizadas por empresas, todas elas, acreditadas pelo IPQ. Portanto, em matéria de qualidade houve algum desenvolvimento.

Por outro lado, nos Açores temos algumas especificidades que temos que acautelar, mas isso nem é recente, porque já se acautelou no passado alguma legislação nacional que, por via da sua exigência, paralisaria o sistema e o sector da construção civil e por isso foi adaptada.

De acordo com a nossa Autonomia e com aquilo que vem no preceito constitucional e no novo Estatuto, podemos ter intervenção nessa área e teremos sempre intervenção nela desde que isso signifique que essa melhoria será faseada e que as empresas não aguentam numa primeira fase todas essas exigências. Já o fizemos em relação a vários diplomas e continuaremos a fazê-lo se tivermos essa necessidade.

Em relação à questão da habitação degradada e das casas abarracadas, como sabe, temos um grande projecto em curso que representa um investimento superior a 70 milhões de euros, cabendo ao Governo Regional 40 milhões de euros. Só em casos em que as câmaras adquirem as casas é que participam em 20%.

Isto significa que os 1300 realojamentos que estão em curso são um esforço de investimento grande para a Região e a própria Região tem possibilidades, nesta altura, de estabelecer protocolos directos com o INH.

Já tem alguns protocolos solicitados ao INH que ainda não tiveram resposta, mas o combate à erradicação das barracas pode e vai ser feito daqui para o futuro com a participação do Governo

Regional e também das autarquias que o queiram continuar a fazer em termos naturalmente de esforço financeiro, o que significará duas entidades a contribuir para a resolução do mesmo e grande problema.

Em relação à questão da reconstrução, felizmente, como disse o Sr. Deputado Lizuarte Machado, estamos em processo de conclusão. Isto não quer dizer que os casos remanescentes nos preocupem tanto como aqueles que já resolvemos e que foram a larga maioria, mas lá chegaremos também e o planeamento corresponde também aos recursos financeiros que dispomos, porque o Governo da República, em 2004, dos 60% apregoados ainda não enviou um cêntimo que fosse.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Meneses.

(\*) **Deputado Rui Meneses (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de referir que talvez por ser novato nestas andanças, acho estranho que o Sr. Secretário não tenha respondido à minha pergunta, pelos menos foi isso que percebi.

Apenas perguntei se após os projectos que aqui estão ou esses que o senhor pretende elaborar, se poderíamos contar com a erradicação das barracas nos Açores durante esta legislatura.

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(\*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu percebi algum embaraço por parte do Sr. Secretário ao responder a uma questão concreta que eu coloquei.

Eu gostaria de saber como é que se ia implementar a melhoria da qualidade na fileira da construção civil. Afirmei que essa melhoria só é possível ser conseguida através da exigência do cliente.

Veja-se, por exemplo, o que aconteceu com a auto Europa na área do sector automóvel em Portugal. O cliente é exigente, os fornecedores que lhe querem prestar serviço têm que ser exigentes. Isso não está aqui escrito nem o Sr. Secretário nas suas palavras, que agradeço, manifestou intenção de dizer que a partir de agora, já que isso não foi feito no passado, vai haver exigência por parte do cliente de modo a defender os nossos dinheiro público e para que, por parte da construção civil, por parte dos prestadores de serviço, seja dado o passo em direcção à qualidade, mas esta questão fica esclarecida tal qual está.

Outra questão que queria colocar tem a ver com o facto de no ponto 2 estar dito: “colaborar no quadro dos recursos disponíveis na reconstrução do sector do transporte público de aluguer de veículos automóveis ligeiros de passageiros, vulgos táxis”. No Programa do Governo isso foi retirado.

Percebi que fez alguma alusão na sua intervenção, mas não cheguei a perceber aonde é que quis chegar.

Relativamente à questão dos transportes colectivos de passageiros, está dito no objectivo 2, página 76, que é preciso “reformular a prestação do serviço público de transporte colectivo regular de passageiros, nomeadamente, no que se refere à reestruturação de carreiras, horários e tarifas”.

O Sr. Secretário, na sua intervenção, refere apenas que estão a reformular a frota.

Reformular uma frota é importante, mas não é mais do que, um pouco à moda socialista, pegar no dinheiro e atirar para os problemas. Não é assim que se resolve o problema do transporte colectivo de passageiros.

Para isso é preciso outra coisa e queria saber se essa outra coisa é o que está a seguir: “Criar uma unidade de gestão do sistema rodoviário regional para acompanhamento e fiscalização da actividade das concessionárias”. O que é isso?

Obrigado.

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

(\*) **Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, para dizer que nós já fizemos um grande esforço na renovação da frota. Este era um projecto nunca conseguido pelos governos anteriores, mas, nós, com grande insistência junto da Comunidade Europeia, conseguimos. Já foram mais de 102 autocarros participados por esse

sistema e isso é uma grande melhoria para a qualidade do transporte colectivo na Região Autónoma dos Açores.

Por outro lado, o Governo Regional não pode impor. Pode negociar com as empresas de transportes colectivos as questões dos horários, dos itinerários, das carreiras.

Portanto, nessa matéria não estamos num estado soviético que possamos arranjar autocarros para encontrar os itinerários adequados à nossa frota.

Tem havido melhorias no sistema e na segurança das centenas de autocarros que andavam nos Açores sem o mínimo de condições, transportando crianças, alunos para as escolas e mesmo a própria população.

É uma aposta na melhoria da qualidade.

Como sabe, e é uma pessoa ligada ao sector, a qualidade expressa-se de várias maneiras e em vários sistemas.

Quando nós investimos nesta área estamos também a melhorar a qualidade do transporte terrestre, estamos a apostar na melhoria da sociedade açoriana.

Em relação aos táxis, nós já demos apoios de vária natureza, nomeadamente à rede de comunicações e iremos continuar a dar esses apoios no âmbito das competências que fazem parte da área do transporte terrestre e que estão inscritas na Secretaria de Habitação e Equipamentos.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(\*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou ser muito curto e directo.

Por acaso, passou-lhe pela cabeça, em vez de financiarem a renovação da frota, apoiarem os concessionários no sentido de os ajudar a encontrar o modelo de gestão de tráfego adequado às necessidades de cada uma das nossas ilhas?

Essa seria uma boa ajuda que dariam aos concessionários.

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(\*) **Deputado Lizuarte Machado (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por acaso, Sr. Deputado, já nos passou pela cabeça apoiar essas empresas na gestão de área, de uma forma mais directa e próxima, e até já conseguimos resolver isso por forma a que algumas delas ainda existam e não tenham ido à falência.

Por acaso já lhe passou pela cabeça que esses 102 autocarros que são exclusivamente afectos ao transporte público, permitiram que essas empresas libertassem fundos e adquirissem autocarros de luxo para prestarem serviços ao turismo, uma área fundamental e onde em 96 os turistas podiam ver a paisagem, não através dos vidros, mas através dos buracos nas carroçarias?

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente):** Não havia turismo!

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Nem havia Açores!

**Deputado Mark Marques (PSD):** Não. Os Açores só apareceram em 96!

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos prosseguir os nossos trabalhos com uma intervenção do Sr. Deputado Paulo Messias.

**Deputado Paulo Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sendo esta a primeira vez que nesta legislatura subo a esta tribuna para usar da palavra permitam-me, em primeiro lugar, saudar todos e cada um de vós e desejar que possamos trabalhar todos, com o mesmo empenho e dedicação para o desenvolvimento da nossa Região.

Encontramo-nos hoje a analisar e a debater o programa do IX Governo Regional dos Açores. Programa esse que, no essencial, mantém o veiculado pelo Programa Eleitoral do Partido Socialista que, no dia 17 de Outubro último, obteve o voto favorável de sessenta mil eleitores. Cinquenta e sete por cento dos eleitores que participaram na votação deram o seu voto favorável a este programa. É por isso de toda a justiça que quando chegar a hora da sua votação, nesta casa mãe da Autonomia, o mesmo seja votado favoravelmente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O programa do IX Governo consagra, tal como o VII e o VIII fizeram, a habitação como um sector de primordial importância. Outra coisa não seria de esperar uma vez que, segundo a Constituição da

República, “todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”.

O documento hoje em discussão, na sua página 178 evidencia esses dados apresentando-nos alguns números, no que se refere aos apoios concedidos até 96, de 97 a 2000 e de 2000 a 2004. Comparando esses dados podemos constatar que se no VII Governo já houve um aumento nos apoios concedidos, no VIII nota-se ainda um maior investimento do Governo nesta área.

Para além dos apoios concedidos directamente às famílias, os VII e VIII Governos Regionais apoiaram as Câmaras Municipais através de protocolos assinados, com vista à erradicação de barracas nos Açores. Em S. Miguel foram feitos acordos com as Câmaras de Ponta Delgada, Lagoa, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo para a construção de 540 fogos; na Terceira com as Câmaras de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória para a construção de 592 fogos; e na Graciosa com a Câmara de Santa Cruz para a construção de 10 fogos (de referir que estes 10 fogos são para resolver uma situação que deriva do sismo de 1980) o que perfaz 1142 fogos, num investimento total de sessenta e cinco milhões de euros, dos quais 40% estão a cargo da Região e o resto a cargo do INH.

Alguns destes Municípios têm o programa de erradicação de barracas praticamente executado. Infelizmente nem todos trabalharam com o mesmo ritmo e com a mesma preocupação de dar uma habitação condigna a quem continua a viver em barracas, não tendo por isso concluído o programa. Não o concluíram enquanto foi possível, porque não entenderam fazê-lo, não o podem concluir desde 2002 já que o Governo da República decretou endividamento zero para as autarquias, mesmo para a construção de habitação social.

Na continuação desta política o programa do IX Governo Regional tem como objectivos:

- Garantir o acesso a uma habitação condigna;
- Acompanhar a crescente procura de habitação;
- Promover a renovação e o reforço estrutural do parque habitacional regional, tornando-o mais apto, confortável e seguro e, consequentemente, menos vulnerável aos riscos naturais;
- Promover a recuperação de habitação degradada.

Segundo os censos de 2001 o parque habitacional da nossa Região era 47,6% anterior a 1960, e 70% dos edifícios não possuíam estruturas de betão armado, sendo por isso necessário um esforço no sentido destas condições das nossas habitações se irem alterando a fim de resistirem às calamidades a que estamos sujeitos.

Os protocolos firmados entre o Governo, o INH e as Câmaras Municipais, depois de concluídos irão melhorar as condições de habitabilidade de 1142 famílias, contudo ainda existem alguns casos por resolver, sendo por isso, necessário continuar a intervir nessa área.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nos VII e VIII Governos Regionais o sector das obras públicas teve um crescimento sem igual. Nos últimos anos foram efectuados investimentos de grande vulto em infra-estruturas e equipamentos colectivos, tendo gerado inúmeros postos de trabalho, e contribuído para o bem-estar da economia da região.

O Programa do IX Governo mantém a mesma linha de orientação pretendendo:

- Aumentar a qualidade e a competitividade global na fileira da construção civil e reduzir os índices de sinistralidade nesta actividade;
- Construir e/ou reabilitar infra-estruturas e equipamentos colectivos, necessários ao desenvolvimento económico-social sustentável da Região e aumentar a eficácia global da rede viária regional.

Nos últimos anos têm sido construídos e reabilitados inúmeros quilómetros das vias regionais, mas mesmo assim é necessário continuar a melhorar os pisos antigos. Ainda temos muitos quilómetros de estradas com piso colocado há mais de 20 anos, existindo outros colocados há menos de 10, mas que foram de tão má qualidade que se encontram a precisar urgentemente de serem reabilitados.

Na prevenção rodoviária este Governo propõe-se reduzir os índices de sinistralidade, criando uma estrutura técnica que visa o acompanhamento e o estudo dos indicadores da sinistralidade rodoviária na Região, assim como a articulação dos diferentes intervenientes na política de prevenção rodoviária, com especial destaque para o acompanhamento e execução do Plano Regional de Segurança Rodoviária.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A política seguida pelos Governos do Partido Socialista nas últimas Legislaturas, na área da protecção Civil, tem sido no sentido de se modernizar as infra-estruturas e os equipamentos necessários de forma a prevenir e atenuar o risco de catástrofes.

O IX Governo Regional propõe-se continuar a sua consolidação de modo a que todos os açorianos sejam agentes e beneficiários.

Do documento em discussão podemos realçar:

- Continuar a apoiar a elaboração dos planos municipais de emergência ainda em falta;
- Continuar a incrementar acções de formação e sensibilização da população na área da protecção civil e a atribuição de bolsa de estudos, tendo em vista a especialização de técnicos na área da protecção civil.

É urgente terminar os planos de emergência municipal, mas também é urgente que todas as escolas e edifícios públicos tenham os seus planos de emergência executados. Todos estes planos só terão razão de ser se forem periodicamente testados, pois todos os anos existem novos intervenientes em cada um destes locais.

Vivemos numa Região propícia a catástrofes, onde os sismos e as tempestades são frequentes.

Como se sabe, os sismos são das catástrofes mais devastadoras, a que o estado avançado da ciência não corresponde ainda ao desejo de se prever, quando e onde os sismos vão acontecer.

Tendo consciência de que durante o curto intervalo de tempo que dura um sismo cada pessoa terá que reagir por si, pois não haverá tempo para receber auxílio externo imediato, as medidas que cada cidadão adoptar poderão ditar a sua sobrevivência.

A actuação individual tem por isso um papel relevante e indispensável na segurança própria, na do grupo em que se integra, na da família e na da colectividade.

Assim, quanto maior for o conhecimento dos cidadãos em relação ao sistema de protecção civil, aos riscos inerentes ao espaço em que vivem e à vulnerabilidade desse lugar, maior será a capacidade para colaborarem, na sua própria protecção e segurança, na daqueles que os rodeiam e na dos seus haveres, quer seja na prevenção, quer seja na acção rápida de socorro, em caso de catástrofe.

Educar para a segurança deve ser um processo de consciencialização, da necessidade de cada um de nós adquirir conhecimentos e um sentido de participação que nos leve, individual ou colectivamente, a ajudar a resolver os problemas actuais e impedir que os mesmos se repitam no futuro. As medidas de prevenção constituem a chave da segurança e são muitas vezes simples regras de bom senso.

A formação e a informação têm sido e têm de continuar a ser prioridades do Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores. É por isso necessário continuar com os “Cursos de Protecção Civil e Primeiros Socorros”, destinados a Docentes, a Auxiliares de Acção Educativa a funcionários das Casas do Povo e Juntas de Freguesia, e com projectos como “O Idoso em Segurança” e “Crianças em Segurança”, dando continuidade à política de prevenção nos sectores mais frágeis da nossa sociedade iniciada pelos Governos anteriores do Partido Socialista.

Disse

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Antes de mais, quero saudar todos os Deputados e muito especialmente V. Exa., Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, e desejar a todos os maiores sucessos nas vossas funções.

As eleições de 17 de Outubro demonstraram de uma forma clara que os açorianos apreciaram positivamente a actuação do VIII Governo Regional e a estabilidade política e social que se tem vivido nesta Região nos últimos anos.

Durante a última Legislatura, foi notório o progresso que ocorreu nos diversos sectores da actividade económica.

O último destaque de 30 de Novembro de 2004 do Instituto Nacional de Estatística mostra, se dúvidas ainda houvessem, que a Região cresceu significativamente, em termos de PIB per capita, especialmente a partir de 98.

Os Açores já não são a Região mais pobre do País, como dizia um cartaz da oposição.

Já não o éramos em 2002 e claramente não o somos hoje.

Daqui a dois anos saberemos ao certo se hoje já ultrapassamos também o Alentejo, dado que estaremos certamente também à frente do Norte e do Centro.

Estou convicto (e isto é um acto de fé) que será possível nestes próximos 4 anos atingir, pela primeira vez, a média nacional.

Sabemos que temos constrangimentos naturais permanentes que implicam custos acrescidos para o nosso desenvolvimento; sabemos que o ritmo do nosso desenvolvimento ainda está dependente da solidariedade nacional e comunitária; mas sabemos, também, que, hoje, esta dependência é menor e a regulamentação da solidariedade que nos é devida está mais próxima da sua consolidação.

O processo de convergência com o todo europeu é ainda longo. Estamos hoje menos afastados, é certo. A nossa economia está mais forte, gera mais receitas e cria mais emprego. Mas há muito ainda a fazer para atingirmos a média dos Países da União Europeia após o alargamento.

O eleitorado sufragou em 17 de Outubro de 2004 um rumo, uma estratégia e um partido a quem deu uma maioria clara para governar esta Região com estabilidade nos próximos 4 anos.

**Deputado Osório Silva (PS):** *Muito bem!*

**O Orador:** O Programa que apresentamos a esta Assembleia tem como objectivo prosseguir a acção governativa dos VII e VIII Governos Regionais, dando continuidade ao caminho que temos vindo a percorrer que tem por objectivo construir uma Região mais desenvolvida, mais justa e mais solidária, onde, jamais, a emigração seja a solução para a sobrevivência das famílias.

Pela primeira vez desde de 1960 a Região Autónoma dos Açores registou nos Censos de 2001 um aumento de população. De 1991 a 2001 a população dos Açores cresceu 1.7% ou seja cerca de 4 mil habitantes. É evidente que não cresceu de uma forma igual em todas as ilhas: ilhas houve, que aumentaram de população e outras que diminuíram, mas foi a primeira vez, em quarenta anos, que os Açores não diminuíram de população e até tiveram um ligeiro aumento.

Se olharmos para a década que vai de 1991 a 2001, podemos distinguir dois momentos: um, que vai de 1991 a 1996, em que, em média, emigraram 582 pessoas por ano e outro, compreendido entre os anos de 1996 e 2001, em que esta média baixou para cerca de 299 pessoas por ano, ou seja: praticamente a metade do verificado no quinquénio anterior.

Também é fácil verificar que o número de empregos criados de 1996 a 2001 foi muito superior aos criados de 1991 a 1996.

Ainda não estamos satisfeitos. É um facto.

Queremos que a criação de emprego se estenda a todas as ilhas e que se consiga, nesta Legislatura, dar os passos necessários para inverter a redução populacional que se tem vindo a assistir sobretudo nas ilhas mais pequenas.

É por isso que iremos propor para aprovação desta Assembleia a criação do Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico.

Pretendemos agilizar procedimentos, estabelecer parcerias público privadas, de modo a impulsionar o investimento público onde o investimento privado, por razões várias, se faz com menos impacto.

Na VII Legislatura tivemos como principal objectivo o reequilíbrio das Finanças Regionais e o restauro da confiança dos investidores no Estado. Iniciamos um caminho longo na melhoria das acessibilidades e na redução dos custos com os factores ligados à produção de bens e serviços na Região.

Na VIII Legislatura consolidamos este caminho e apesar das dificuldades sentidas com a conjuntura nacional e internacional conseguimos revitalizar o tecido produtivo, aumentar o emprego e dar os primeiros passos para que o turismo, que viveu um estado de letargia durante demasiados anos, sofresse um decisivo impulso.

É verdade que a partir de 2002 a Região Autónoma dos Açores também foi afectada pela conjuntura nacional e internacional. A função pública não é aumentada há dois anos consecutivos o que, naturalmente, se reflectiu no consumo, com especial destaque para o comércio.

O 11 de Setembro, a designada “pneumonia atípica”, a guerra no Iraque, a recessão económica que atingiu fortemente diversos Países europeus, foram factores que condicionaram fortemente a actividade turística em todo o mundo.

Mesmo assim, os Açores foram a Região que, em todos os dados estatísticos, melhor se comportou a nível nacional como destino turístico.

No final deste ano, mais uma vez, tudo indica que atingiremos um crescimento à volta dos 20%.

Se assim for atingiremos mais um resultado excepcional, se atendermos que não fomos beneficiados pelo EURO 2004 e que temos uma oferta hoteleira recente que ainda não atingiu a velocidade cruzeiro.

Os dados disponíveis – de Janeiro a Setembro – demonstram que, exceptuando a ilha Graciosa, todas as restantes ilhas tiveram um comportamento positivo com destaques para Santa Maria, Flores, Faial e Terceira com crescimentos acima dos 28.7% no que toca a dormidas.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Muito se tem escrito sobre a queda do consumo de cimento em 2004.

Bom, é preciso termos a percepção exacta dos momentos, ou seja, onde estávamos em 1996 e onde chegamos em 2004.

Hoje consumimos nos Açores mais 50% de cimento per capita que no País.

Hoje, nos Açores, consome-se mais do dobro de cimento que consumíamos em 1994 ou em 1995.

Esta é que é a realidade.

Alguns acham que ainda é pouco e que este indicador tem a obrigação de subir na Região indefinidamente.

Eu, que tenho a missão de, em conjunto com os privados, negociar, anualmente, o preço do cimento e que estou a par dos níveis de consumo de cimento a nível nacional e europeu, sei que tal não é assim, nem seria bom para a nossa economia que o fosse.

A nossa previsão em 2002, recorde, foi no sentido do consumo deste produto se situar, nos anos de 2003 e 2004, acima das 300 mil toneladas e foi, com base nesta previsão, que negociamos um aumento de 2.5% do cimento para este período.

Se este ano vamos consumir 320 mil toneladas ou 330 mil toneladas, tal como ocorreu o ano passado, vai depender, se calhar, da empresa que está a fazer o porto da Praia, que já tem o seu estaleiro montado, se começa a fabricar tetrápodes. Basta 30 ou 40 tetrápodes para fazer essa diferença.

Penso que vamos atingir este objectivo e estimo que, nos próximos anos, este nível de consumo se mantenha o que, a acontecer, será bom para o sector pois permitirá a sua estabilização e reestruturação com os consequentes ganhos de produtividade.

Relembro, aos mais novos, que o melhor ano de sempre no consumo de cimento nos Açores, no tempo dos Governos do PSD foi o de 1992, quando se consumiu, apenas, 201 mil toneladas.

Todos os empresários deste sector recordam, assim, 1992 como um ano de má memória pois que muitas facturas das obras, então consignadas e realizadas, só foram pagas pelo Governo do PS, alguns anos depois, em 1996 e 1997.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Os Açores pelo 22º trimestre consecutivo apresentam uma taxa de desemprego abaixo dos 4%.

Longe vão os tempos em que se atingiram taxas de desemprego próximas dos 8%.

Mas há novas realidades que surgem no horizonte que irão condicionar o futuro próximo e que convém ter em atenção.

Temos que aprender a conviver com o elevado custo dos combustíveis.

Estaremos, provavelmente, no início de uma nova etapa de desenvolvimento das sociedades que têm de se tornar cada vez mais independentes dos combustíveis fósseis. O combate ao desperdício, o uso racional da energia tem de ser uma prioridade no nosso dia a dia. A intensificação da produção de energias renováveis deve ser um objectivo primordial da nossa actuação.

Tudo indica, também, que o euro se manterá elevado face ao dólar norte-americano nos próximos tempos. Este dado tem reflexos importantes para as principais economias europeias.

A instabilidade política do Médio Oriente e os níveis gerais de insegurança no mundo continuam sem um fim à vista e, embora haja uma maior rotina nas medidas de segurança nos aeroportos e portos, estas implicam, sempre, custos acrescidos nas acessibilidades.

Apesar das dificuldades que todos conhecemos e sem querer ser demasiado optimista, gostaria de afirmar que é possível que o próximo quadriénio nos traga melhores dias. Mesmo considerando que a realidade é que ainda subsistem demasiadas incertezas tanto a nível nacional, como a nível internacional que podem fazer retroceder o início da recuperação económica encetada ainda muito recentemente, é bom verificar que é possível criar desenvolvimento na nossa terra.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

A manutenção do equilíbrio social existente nos Açores obriga-nos a uma atitude selectiva em relação ao nosso futuro.

Temos condições para optar por um desenvolvimento económico que privilegie a qualidade e esteja intimamente ligado ao aproveitamento dos nossos recursos naturais e humanos. É esta a opção que melhor serve a população dos Açores; é esta a opção onde podemos ter vantagens comparativas; é esta a opção que melhor remunera os nossos trabalhadores, respeita a nossa qualidade de vida e que melhor se adequa às nossas condições geográficas e sociais.

Gostaria agora, de uma forma sumária, traçar os principais objectivos dos diversos sectores que são tutelados pela Secretaria Regional da Economia e que fazem parte do Programa do IX Governo Regional aqui apresentado.

No que diz respeito às políticas dirigidas ao sector do turismo, que estão descritas no capítulo 4.2, merecem realce os seguintes objectivos:

- Fomentar, qualificar e diversificar a oferta hoteleira, os serviços de animação turística e os produtos turísticos;
- Reforçar a produtividade e a competitividade das empresas do sector;
- Promover a formação profissional e a qualificação dos activos;
- Implementar o Plano de Ordenamento Turístico.

A política dirigida ao sector comercial, industrial e artesanal regional, para o próximo quadriénio, centrar-se-á em torno dos seguintes vectores:

- Estimular a modernização e a dinamização do comércio tradicional existente nos centros históricos urbanos e no espaço rural;
- Fomentar o alargamento da base económica de exportação, desenvolvendo novos produtos, diversificando os mercados e melhorando os circuitos de distribuição;
- Reforçar a discriminação positiva das iniciativas empresariais nas ilhas de menor dimensão populacional;
- Promover uma imagem dos Açores como produtor de qualidade e respeitador do ambiente;
- Incrementar a produtividade e a competitividade das empresas do sector.
- Promover as diversas artes artesanais, valorizar o património cultural e dignificar o estatuto do artesão;
- Continuar a promover a qualidade e a certificação dos produtos artesanais açorianos.

No que diz respeito ao apoio ao investimento privado e à coesão regional, devo referir os seguintes objectivos:

- Continuar com as políticas de apoio à iniciativa privada em consonância com os sistemas de incentivos nacionais de forma a manter o clima de confiança e de estabilidade que actualmente se vive na Região Autónoma dos Açores;
- Criar as condições para a atracção do investimento externo à Região Autónoma dos Açores de forma a diversificar a nossa actividade económica;
- Reforçar a política de coesão regional criando medidas específicas de apoio à iniciativa privada nas ilhas de menor dimensão populacional, nomeadamente através de parcerias público privadas, incentivos fiscais ou caso se verifique a sua necessidade da criação de uma sociedade de desenvolvimento regional.

No que diz respeito aos transportes marítimos e aéreos, merecem realce os seguintes aspectos:

- Melhorar a eficácia de todos os serviços correlacionados com as operações portuárias e aeroportuárias dependentes da Região;

- Prosseguir os investimentos de reabilitação, reordenamento, manutenção e reapetrechamento dos portos, aeroportos e aerogares regionais;
- Prosseguir o esforço que tem vindo a ser feito no sentido de atrair à Região Autónoma dos Açores a indústria de cruzeiros.

No que diz respeito às políticas direccionadas para produção e utilização de energia e para a protecção e defesa dos direitos do consumidor mencionaria o seguinte:

- Assegurar a oferta aos açorianos de todas as formas de energia a preços iguais ou inferiores aos praticados no continente português;
- Incentivar o aproveitamento dos recursos energéticos endógenos e renováveis e a utilização racional de energia;
- Consolidar os sistemas de regulação do serviço público de electricidade e assegurar os direitos dos consumidores;
- Promover a defesa da concorrência, com vista ao reforço da competitividade dos agentes económicos e a salvaguarda dos interesses dos consumidores;
- Defender a saúde e a segurança dos consumidores, incrementando, nomeadamente, o reforço da vigilância sobre todo o circuito alimentar;
- Reforçar a actividade fiscalizadora em matéria económica.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Alguns desafios são novos e exigem novas respostas, outros já foram iniciados durante a vigência do VIII Governo e exigem a continuidade e o aprofundamento das acções já anteriormente encetadas.

Acreditamos que este Programa contempla um conjunto vasto de objectivos e de medidas que promoverão a qualidade de vida dos açorianos.

Acreditamos que durante os próximos 4 anos haverá com certeza acertos a fazer fruto do diálogo com os diversos parceiros sociais ou de novas condicionantes macroeconómicas entretanto surgidas. Estamos certos, porém, que o cumprimento destes objectivos aproximará os Açores do todo nacional e do todo da União Europeia.

Contamos, como sempre, com a participação activa e dialogante de todos vós para construirmos uns Açores mais modernos e mais solidários.

Vamos, assim, continuar a mudar os Açores para melhor.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Estão abertas as inscrições.

*(Pausa)*

Estão inscritos os Srs. Deputados António Marinho, Carla Bretão, António Gonçalves, Alberto Pereira e Lizuarte Machado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(\*) **Deputado António Marinho (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Economia:

Apenas lhe quero informar que, em relação ao seu acto de fé quanto à aproximação à média nacional do PIB per capita, se evoluir ao mesmo ritmo que evoluiu de 96 a 2002, vai demorar qualquer coisa como 15 anos para lá chegar.

Muito obrigado.

**Presidente:** O Sr. Secretário Regional opta por responder a cada um dos Srs. Deputados, por isso tem a palavra.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se evoluir ao ritmo de 2000-2002 chegará em 4 anos.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

**Deputada Carla Bretão (PSD):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Economia:

Como já foi aqui referido, o Programa do Governo prima por uma ambiguidade, generalidade e alguma contradição, contradição essa não só entre o Programa Eleitoral e o Programa do Governo, mas também dentro do Próprio Programa do Governo.

As duas perguntas que quero colocar são muito simples.

A primeira tem a ver com o desaparecimento no Programa do Governo da criação da Agência para o Desenvolvimento e Captação de Investimento Externo, que apontava como um dos instrumentos essenciais para a criação de um terceiro pilar de desenvolvimento na Região e que, inicialmente, estava previsto no Programa Eleitoral.

A segunda questão tem a ver com, dentro do mesmo objectivo de criação do terceiro pilar, a criação de um “Guia ao Investidor”.

No entanto, o mesmo Programa do Governo, nas páginas 193 e 194, refere a divulgação de um “Guia do Investidor nos Açores”, já elaborado pelo VIII Governo Regional e com o mesmo objectivo: captação do investimento externo.

Gostaria de saber se é a mesma coisa ou não. O que é que está aqui presente?

Muito obrigada.

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Agência de Captação do Desenvolvimento Externo deixou de figurar aqui, porque foi criada uma Direcção Regional. A Direcção Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico inclui essa agência.

Quanto ao “Guia do Investidor” há duas áreas distintas. Há um “Guia do Investidor” que já está elaborado nas Finanças, que nós, Secretaria Regional da Economia, colaborámos, que diz respeito às benesses fiscais. O outro vai ser criado. Não foi criado antes, porque o Governo da República tem alterado sistematicamente os sistemas de incentivos.

Os sistemas de incentivos regionais estão de certo modo ligados aos sistemas nacionais. Havia o Programa Operacional de Economia, depois passou para o PRIME, quando este Governo entrou. Depois modificou seriamente o PRIME. Estamos à espera da estabilização dos sistemas de incentivos nacionais para, com o ajuste que vamos fazer dos sistemas de incentivos regionais que já anunciámos, criar também um “Guia do Investidor”, relacionado com incentivos financeiros.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Gonçalves.

(\*) **Deputado António Gonçalves (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Programa Eleitoral do Partido Socialista, na sua página 95, refere concretamente:

“Comparticipar financeiramente com recursos a fundos comunitários no estabelecimento de um anel óptico submarino que interligue o actual anel de fibra óptica com as ilhas das Flores e do Corvo.”

Visto que o Programa do Governo não faz referência a essa matéria, pedia ao Sr. Secretário que esclarecesse a razão de ser dessa omissão e se uma vez mais estas duas ilhas mais isoladas da Região vão continuar esquecidas.

Muito obrigado.

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Embora na nova orgânica isto não dependa da Secretaria Regional da Economia, depende da Secretaria da Habitação e Equipamentos, gostaria de informar que o anel de fibra óptica é feito pela PT. Nós colaborámos com a PT no anel de fibra óptica que foi colocado nas diversas ilhas, excepto no Grupo Ocidental.

Nós estamos disponíveis a abordar com a PT a extensão do anel de fibra óptica ao Grupo Ocidental, mas pode ser através do fundo de coesão ou através dos fundos estruturais. Ainda não temos certeza absoluta como é que isto será feito.

Portanto, não íamos colocar algo que não temos a certeza de como é que serão os contornos que envolverão este processo de participação da região na resolução deste problema que não é certamente nosso, mas é da PT.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Pereira.

**Deputado Alberto Pereira (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Economia:

Um conjunto de questões sobre o turismo, se me permite.

Eu verifico com perplexidade que o Programa do Governo ignora, pura e simplesmente, a problemática da operação e dos transportes de charter, afinal, o fenómeno mais relevante e original dos últimos anos, em matéria de turismo, e que, concorde-se ou não com o modelo, motorizou o crescimento da procura.

Assim, permito-me solicitar a V. Exa. que informe esta Assembleia sobre qual a razão dessa omissão; se o Governo assumirá ou não políticas activas de fomento da operação charter e se considera ou não essencial a definição de um quadro legal de apoio aos operadores, objectivo e transparente, promovendo a diversificação e qualificação dessas operações e fomentando a concorrência entre operadores?

Segunda questão, ainda relativa à operação charter.

Esta operação é, bem ou mal, condicionada fortemente por financiamento público, como recentemente se demonstrou com a cobertura integral dos custos de uma extensão à Ilha Terceira. Assim, o argumento correcto em circunstâncias normais – reconhece-se – de que este tipo de operações depende exclusivamente das condições e estímulos do mercado, estando fora da acção dos governos, deixou, pura e simplesmente, de ter validade por acção do próprio Governo.

A verdade é que foi o Governo a determinar o timing, o volume e a própria origem dessas operações.

Nestes termos, e uma vez que o Faial já tem massa crítica em termos de capacidade hoteleira instalada, a promoção de operações charter para esta ilha depende exclusivamente da vontade e decisão do Governo Regional, sendo por isso previsível que as mesmas se iniciem brevemente. Poderia V. Exa. transmitir algo sobre esse processo, designadamente se se perspectiva já alguma operação dessa natureza e qual o respectivo mercado de origem?

Relativamente à promoção, quais são afinal as grandes opções estratégicas para a promoção turística no curto e médio prazo, que deveriam, a meu ver, ter a dignidade de integrar explicitamente o Programa do Governo?

Como quase tudo no Programa do Governo é para ser definido pelo novo Plano Operacional de Marketing, qual é então a fonte de inspiração para a política promocional até lá?

E o plano de acção promocional para 2005 irá já revelar um claro incremento da actuação promocional com expressão financeira no próximo Plano e Orçamento?

Em matéria de planeamento turístico, suponho que concordará comigo se eu disser que, por definição, não há nenhum instrumento de planeamento que seja verdadeiramente actuante se não for aceite ou pelo menos compreendido pelos seus destinatários.

Em matéria de turismo, dada a sua transversalidade, destinatários somos seguramente todos nós.

Neste sentido, o Governo tenciona ou não, para mais fazendo “profissão de fé” da concertação social, submeter o Plano Regional de Ordenamento Turístico a discussão pública e promover a sua consensualização no sector turístico?

Se tenciona percorrer esse caminho, e se o próprio Plano não se encontra ainda concluído, por que razão anunciou o Governo o sentido da próxima revisão dos sistemas de incentivos, matéria que em sede do próprio Programa, na medida 3, do Objectivo 4, faz depender de um ainda inexistente Plano de Ordenamento Turístico?

**Presidente:** Sr. Deputado, terminou o seu tempo.

**O Orador:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Termino já.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Deputado, acha que isso são perguntas para responder em 3 minutos?

**O Orador:** O Sr. Secretário Regional devia estar a tomar notas, porque facilitava-lhe depois a resposta.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** E quais são os fundamentos técnicos e de política sectorial para soluções tão radicais como a de suprimir ou reduzir os incentivos à hotelaria de três ou quatro estrelas, incentivar especialmente a oferta à construção de hotéis de cinco estrelas nas ilhas com maior oferta, aqui incluindo, em pacote, realidades tão diferentes como são as ilhas da Terceira, Faial e Pico?

Alem disso, gostaria que equacionasse esta questão, sublinhando o que resulta, ...

**Presidente:** Sr. Deputado, receio que esteja a fazer uma intervenção.

**O Orador:** ... em termos de expectativas de crescimento de ilhas como o Faial e o Pico, que serão severamente penalizadas em termos da sua estruturação como oferta turística com capacidade para gerar uma nova procura turística, que aliás não correspondeu como o Sr. Secretário Regional bem sabe, no último exercício do Governo, à informação estatística que divulga. Foram menos 13% as dormidas gerais.

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aquilo que o Sr. Deputado Alberto Pereira fez é impossível ser respondido em 3 minutos, numa hora ou em duas. Qualquer um desses assuntos que foram aqui colocados, dava para eu explicar durante uma hora e meia. São assuntos complexos.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** A oposição tem o direito de perguntar o que quer, sobre o que quer!

**O Orador:** Falou aqui do Plano de Ordenamento Turístico.

Os Açores são a segunda região do País que vai ter um plano sectorial, não é o plano de orientações que os senhores fizeram antigamente e que não serviu para nada.

Nós estamos a fazer um plano sectorial que vai ser aprovado por esta Assembleia Legislativa Regional e que será aberto à discussão pública, como já está a ser feito.

Nós não podemos estar à espera que o Plano de Ordenamento Turístico esteja pronto para nós definirmos a nossa estratégia de promoção. Vamos continuar a trabalhar como temos trabalhado até agora e com muito êxito.

Se alguém vem dizer para aqui que, no ano de 2004, nós crescemos 20%, não estamos a ter sucesso, boa noite, até amanhã.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

Se o Professor Ernâni Lopes, a nível nacional, sem lhe ter pedido nenhum discurso, nem lhe ter encomendado nada, vem dizer que os Açores neste momento são um exemplo a ser seguido pelo País, só lhe posso dizer mais uma vez boa noite, até amanhã.

*(Risos dos Deputados da bancada do PS)*

O que é que o senhor quer neste momento?

**Deputado Alberto Pereira (PSD):** Neste momento o senhor ainda não respondeu a uma única pergunta!

**O Orador:** Nós passámos de 400 mil dormidas para 1 milhão de dormidas, que é o que provavelmente vamos atingir este ano.

O que é que vocês evoluíram nos últimos tempos?

Olhe para trás! Veja o que é que fez!

Nós fizemos muito e em pouco tempo. Crescemos muito. A oferta hoteleira cresceu, o número de charters cresceu. Vieram da Suécia três voos por semana.

**Deputado Alberto Pereira (PSD):** Fiz-lhe uma pergunta acerca dos charters!

**O Orador:** Vieram da Noruega dois por semana. Da Dinamarca vem um por semana.

Em Fevereiro do próximo ano vêm dois da Dinamarca. Também vão vir da Finlândia.

Temos voos regulares com Frankfurt, com Munique. No próximo ano vamos ter com Londres. Já temos ligações à Suíça.

Este ano tivemos voos regulares para Madrid.

Não tivemos sucesso em tudo. Também tivemos erros, omissões, situações que não correram bem, mas pela primeira vez os empresários estão a definir o futuro da promoção.

Vocês não vêm aqui dizer que estamos a fazer isto sozinhos.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Vocês?! Que linguagem é essa, Sr. Secretário?

**O Orador:** É a Associação Turismo Açores.

Esta associação inclui todos os empresários. Nós definimos a nossa promoção turística com os empresários do sector.

Quanto aos charters e a ligação ao Faial, é evidente que não é o Governo que realiza os charters. O Governo procura influenciar para que tal voo ou ligação aconteça.

Nós tivemos a possibilidade, por exemplo, de requerer um voo directo da Suécia para a Terceira, mas não o conseguimos. Tentámos influenciar, mas não conseguimos.

Ele está a voar para São Miguel sem qualquer apoio.

**Deputado Alberto Pereira (PSD):** Como vai o processo de influência?

**O Orador:** É evidente. Eu não posso fazer o concurso público para saber qual é o operador turístico que, na Suécia, quer vir para os Açores.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Por que é que não pode, Sr. Secretário?

**O Orador:** O senhor não percebe nada disto!

*(Risos e aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

Não posso porque é assim mesmo.

Eu não posso fazer o concurso, porque a Associação de Turismo Açores, através dos seus empresários e a através do ICEP, procura encontrar os parceiros que melhor servem os Açores, que têm capacidade para o fazer.

Em relação ao Faial, para responder mais claramente ao que o senhor me disse, é provável que o próximo ano se consiga levar pessoas para o Faial.

Estamos a tentar que isso aconteça.

Vamos ver se a experiência que estamos a fazer para a Terceira dá resultado.

Se der resultado é provável que para o ano se consiga também enviar cerca de sessenta turistas para a Terceira todas as semanas, mas ao contrário do que o senhor diz, elas não são pagas.

A ligação para a Terceira é paga pelo operador que está a fazer um desconto especial na origem, está a vender duas ilhas pelo preço de uma.

A SATA está a fazer no Inverno aquilo que também está a fazer para a promoção do turismo interno, ou seja, de Outubro a Março, um desconto de 50% nas passagens.

É isto. É através da conjugação de esforços da SATA, dos operadores, dos hotéis, dos rent-a-car, dos operadores privados que se consegue desenvolver o turismo.

Não é o Governo, não é o Secretário da Economia. São todos em conjunto. É a Associação de Turismo Açores.

Boa parte da promoção turística da Região passa pela Associação de Turismo Açores.

Nós não estamos parados, estamos a trabalhar.

É evidente que não temos o instrumento que devíamos ter, o Plano de Ordenamento Turístico, mas quando o tivermos vamos ser a segunda região do País que tem o plano sectorial aprovado. Neste momento só a Madeira é que o tem, mas os Açores também vai passar a ter.

Estamos muito a tempo de o ter. Penso que não cometemos erros excessivos. Somos uma Região pequena, temos 8 mil camas. Ainda temos muito para andar.

Estamos muito longe da saturação.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(\*) **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria colocar duas questões ao Sr. Secretário da Economia e fazer uma chamada de atenção.

A primeira questão tem a ver com o facto de no Programa do Governo se fazer referência à criação de um Observatório Portuário.

A minha dúvida é saber se se trata de um Observatório Portuário ou de um Observatório Portuário dos Transportes, porque, como sabemos, o IPTM é que tem competências fiscalizadoras nesta matéria e uma dessas competência fica apenas ao nível da fiscalização do cumprimento do serviço público.

Embora haja muita legislação produzida ao nível da concorrência – basta fazermos uma visita ao site da Alta Autoridade da Concorrência – a verdade é que na prática nada disso funciona.

Como sabemos, é urgente que haja um Observatório Portuário, ou Portuário e dos Transportes, que consiga e que tenha competências para fazer uma desagregação da factura marítimo-portuária para que se possa perceber claramente aquilo que estamos a pagar.

Como sabemos, os transportadores marítimos só muito indirectamente é que prestam serviços aos carregadores. Esses serviços são prestados pelos transitários, ou seja, muitas vezes são prestados por terceiros, são operadores de vão de escada, sem estrutura montada que ficam com as mais valias do sistema.

Portanto, nós temos necessidade de saber exactamente o que é que estamos a pagar, a quem é que estamos a pagar.

Era apenas esta a minha dúvida, saber se esse Instituto Portuário é portuário ou é Portuário e dos Transportes e se pretende que tenha competências nessa matéria que, aliás, me parecem fundamentais.

Por outro lado, o Programa do Governo também faz referência à regionalização do IPTM. Essa foi uma questão que eu também já chamei atenção algumas vezes e que considero fundamental, mas que considero que tem duas vertentes distintas:

Uma, é aquela que diz respeito à aprovação de projectos, vistoria e certificação de embarcações de pesca, comércio e recreio, até pelo menos ao nível das embarcações da navegação costeira nacional, e é urgente que estas competências sejam transferidas para a Região, porque nós não podemos continuar a ter investidores regionais que investem o seu capital e ficam dois anos ou mais à espera de uma certificação do IPTM e impossibilitados de exercer a sua actividade.

Portanto, é urgente proceder a esta regionalização.

Há outra componente nas competências do IPTM que tem a ver com o controlo e a fiscalização do memorando de entendimento de Paris, do Port State Control, que tem a ver com as bolsas de estado a estado, e que eu não vejo vantagens nenhuma nem exequibilidade em que sejam regionalizadas.

Portanto, numa das vertentes penso que é urgente fazê-lo, na outra julgo que não e pedia apenas ao Sr. Secretário que me esclarecesse esta situação.

Outra questão fundamental, é a regulamentação do sector portuário e flexibilização dos serviços portuários.

Este procedimento, naquilo que são as competências directas da Região, tem vindo a ser feito através da criação das administrações portuárias e, por essa via, têm vindo a ser flexibilizados muitos procedimentos e muitos serviços.

Ainda faltarão muitos outros, mas esse trabalho está a ser feito, paulatinamente, de forma segura.

Mas há uma componente fundamental que importa resolver e que tem a ver com a desregulamentação do trabalho portuário, ...

**Presidente:** Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

**O Orador:** ... aquilo que normalmente designamos como estiva. Esta desregulamentação que é vital e que agora com as novas competências, por via da alteração constitucional, nós até podemos fazer, na prática não a podemos executar, porque a executá-la, teríamos nesse dia os portos de Lisboa e Leixões paralisados e não teríamos carga para os Açores.

Portanto, esta é apenas uma chamada de atenção sobre um assunto que eu considero importante.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional para responder.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação ao Observatório, o que disse é verdade. É uma falha que temos. Achamos extremamente importante e vamos tentar concretizar nesta Legislatura.

Em relação ao IPTM tem toda a razão. Nós temos um decreto legislativo pronto, temos este melindre do Port State Control que achamos que não deve ser regionalizado, mas tudo o resto pode e deve ser regionalizado.

Em relação à desregulamentação da estiva, é um assunto que preocupa a todos há muitos anos, mas somos uma região muito frágil. Temos nove ilhas. Se houver uma greve nós podemos fazer a requisição civil dos estivadores aqui, mas a nível nacional isso não ocorre e os Açores não podem paralisar.

Portanto, temos que ir um pouco a reboque do que vai acontecendo a nível europeu e nacional e vamos procurar influenciar o Governo da República para que isto seja feito a nível nacional para não termos o problema de uma greve que nos pode paralisar na Região.

Muito obrigado.

**Presidente:** O Sr. Deputado Pedro Gomes pediu a palavra para...?

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, pedi a palavra para defesa da honra pessoal e da minha bancada, na sequência da resposta do Sr. Secretário da Economia.

**Presidente:** O Sr. Deputado pode me identificar qual é a expressão ofensiva da sua honra?

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Penso que foi evidente e só lamento que a Mesa, na altura, não tenha interrompido o Sr. Secretário da Economia para o advertir que o uso desta linguagem é impróprio nesta casa e nesta câmara, quer por um deputado, quer por um membro do Governo.

**Presidente:** Sr. Deputado, uma coisa é o uso da linguagem e compete à Mesa analisar. Outra coisa, e é o que eu estou a perguntar, é se a sua honra foi ofendida?

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** A minha honra está ofendida, como foi notório, Sr. Presidente.

**Presidente:** Mas qual foi a expressão que ofendeu a sua honra?

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Na sequência do meu aparte sobre o concurso para os operadores, a linguagem que foi usada pelo Sr. Secretário parece-me que é imprópria.

**Presidente:** Sr. Deputado, eu costumo ter alguma amplitude no entendimento. Acho que as pessoas que se sentem ofendidas devem reagir, naturalmente. Agora, eu estive atento à intervenção do Sr. Secretário, percebi o calor do debate, mas não encontrei nada que ofendesse ninguém e o senhor também não é capaz de me identificar o que é que o ofendeu.

Nestas circunstâncias eu não lhe posso dar a palavra para defesa da honra, a não ser que me diga qual é a expressão que o ofende.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** “O senhor não percebe nada disto!”

**Presidente:** O Sr. Secretário insultou-o? Chamou-lhe algum nome?

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, dizer “o senhor não percebe nada disto”, no contexto em que foi proferido, não me parece elogioso.

**Presidente:** Sr. Deputado, estamos a iniciar os nossos mandatos. Portanto, vamos ponderar isto com cuidado, porque isto vai repetir-se durante muito tempo.

Durante os nossos plenários há calor de debate, há algumas expressões que não agradam a todos. Agora, temos que ter cuidado em limitar a defesa da honra.

Sinceramente, eu entendo que não há razões para sentir ferida a sua honorabilidade e a sua honra.

Portanto, Sr. Deputado, essa expressão é acalorada. O senhor vai ouvi-la aqui imensas vezes e como compete à presidência da Mesa decidir estas coisas, eu, com toda a sinceridade, digo que não encontro motivos para lhe dar a palavra para defesa da honra.

Portanto, com esta simpatia, poderia procurar outra figura regimental, mas essa, pela sua saúde, não faça isso, porque não houve nenhuma ofensa da sua honorabilidade.

Nós continuamos a respeitá-lo e, com certeza, que o Sr. Secretário o respeita inteiramente.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, não concordando com a sua interpretação, naturalmente que a respeito, como é meu dever.

Se quer que eu procure outra figura, farei um protesto.

Se assim contentamos o Regimento e a interpretação da honra que a Mesa tem, farei um protesto.

**Presidente:** Pode protestar, Sr. Deputado.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, ficou claro que o Sr. Secretário da Economia não respondeu a nenhuma das perguntas levantadas pela bancada do PSD.

Em segundo lugar, protesto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, pela linguagem inapropriada e excessiva do Sr. Secretário da Economia ao responder a uma pergunta formulada pela bancada do PSD.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Não formulou nenhuma pergunta!

**O Orador:** Queria concluir que o Sr. Secretário da Economia reage desta maneira porque não gosta de ser confrontado no debate político que se faz nesta câmara.

**Presidente:** O Sr. Secretário tem direito a um contra-protesto.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** É muito simples, Sr. Presidente.

O Sr. Deputado não estava a debater comigo. Apenas fez um aparte e eu respondi-lhe.

**Presidente:** Esclarecido este incidente, e porque faltam 6 minutos para as 20 horas, ficamos hoje por aqui.

Antes chamava à Mesa o Sr. Secretário Regional da Presidência e os Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares para acertarmos o nosso horário de amanhã.

*(Pausa)*

Passo a anunciar os tempos disponíveis.

O Governo dispõe de 83 minutos e 34 segundos.

O Partido Socialista dispõe de 155 minutos e 32 segundos.

O Partido Social Democrata dispõe de 81 minutos e 28 segundos.

O Partido Popular dispõe dos célebres 78 segundos.

Os nossos trabalhos recomeçam amanhã às 11 horas.

Boa noite e até amanhã.

*(Eram 20 horas)*

---

**A Redactora:** *Maria da Conceição Fraga Branco.*